

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Kleber Mascarenhas Navas

Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras
com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Kleber Mascarenhas Navas

Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social sob a orientação da professora Dra. Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO
2016

Banca Examinadora

*A todas as travestis e transexuais que lutam e resistem a
todas as formas de violência presentes no cotidiano e
pela dor e delícia de serem o que são.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luzinete e Mauro, pelo amor e apoio incondicional.

Aos meus irmãos Kátia, Vinicius e ao meu sobrinho Mateus.

Às minhas doces e amadas avós Pixica e Irene.

A toda a minha família, pelo apoio e pela compreensão por minhas ausências durante esse meu percurso; e, em especial, ao meu primo Lúcio, pela presença nos momentos difíceis.

Ao Henrique, pelo companheirismo, pela paciência e pelo suporte.

A todos os amigos e colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto/SP, pela acolhida, pelo carinho, respeito e pela oportunidade. Não é possível elencar todos aqui e, com certeza, cometerei alguma injustiça. Meu muito obrigado pelo aprendizado, por dividir comigo os desafios cotidianos da profissão e por participar da construção dessa política, Helena, Edimara, Claudinha, Cris Lechado, Carla, Cris Matos, Nalva, Tati, Raquel, Fernanda, Jucielly, Sueli, Chini, Claudia, Renata e Nanci.

Aos colegas do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Novo Mundo, Priscila, Marcio, Silvia, Raquel, Tati, Patrícia, Cris, Claudinéia, Carol, Aline, Grazielle, Rita, Isa, Stela, Guilherme, Reginaldo, Dona Maria e Dona Cida.

Aos colegas do Cras de Engenheiro Schmitt, pela acolhida nessa nova etapa da minha vida. Vocês são muito especiais, Pammella, Solange, Sirlane, Rodrigo, Silvana, Adriana, Ana Maria, Daniel, Sr. Paixão e Cleide.

Aos amigos e companheiros de docência do Curso de Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos (Unilago), Lucimara, Mariana, Denise, Ana Paula,

Adriano, Anoel, Aira, Mariza e Cida, que exercem a arte da formação profissional com competência e compromisso.

Ao corpo discente do Curso de Serviço Social da Unilago, pelo aprendizado cotidiano.

A Lucimara. Obrigado pela amizade, é muito bom saber que podemos contar um com o outro para além dos espaços de trabalho. Obrigado também pela contribuição com a leitura do trabalho, pelas palavras de apoio e carinho em momentos de ansiedade.

À minha querida amiga Maria Cristina. Mesmo com poucos e curtos encontros, cultivo uma amizade de muita admiração. Prometo que agora visitarei Uberaba/MG.

Aos amigos assistentes sociais pesquisadores e militantes na área de gênero e diversidade sexual, pelo companheirismo e contribuição com a temática. Aos amigos Tibério Oliveira, Guilherme de Almeida, Guilherme Ferreira, Marco José, Alan Loiola, Luiza Cassemiro, Bruna Irineu e Val Peixoto.

Ao querido Tibério Oliveira, pela amizade que a vida meu deu. Obrigado pelas leituras, sugestões e contribuições.

A todos os amigos “filhos” da PUC, hoje muitos mestres e doutores e que carrego a amizade para a vida. Fernanda Carriel, Fernanda Caldas, Rodrigo Diniz, Mirela Ferraz, Najila Souza, Lilita Espinosa, Fabi Moreno, Conceição Silva, Rose Santos, Evelyn Secco, Géraldine Challe, Denis Barreto, Sheila, Josi Moraes, Paula Galindo, Janice Gusmão, Higor Caleffi, Carlos Moraes, Alessandra Genú e muitos outros.

A Fernanda Caldas. Obrigado pela amizade e afeto, amora.

Aos meus queridos amigos, Rodrigo, Anderson, Gilson, Junior Valdir, Nathalia, Pollyanna, Tarcísio, Breno, Mariana, Sergio, Alan, Ricardo, Junior Souza, Fernanda Abra, Mirela e muitos outros, pela compreensão por minhas ausências e pela força

de sempre. Obrigado por permanecerem fiéis ao meu lado, ou mesmo a distância, mas por não me deixarem caminhar sozinho.

Às professoras Carmelita Yazbek e Lucia Barroco, pelos apontamentos e contribuições na banca de qualificação.

À querida professora Carla Cristina Garcia pela acolhida em suas disciplinas e reflexões que tanto contribuíram com minha formação.

À minha querida orientadora, Maria Lúcia Martinelli, pela delicadeza, sutileza e respeito com meu processo de amadurecimento intelectual e minha constituição como sujeito pesquisador, meu muito obrigado.

Ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

A Andréia, da Secretaria de Pós-graduação em Serviço Social.

A todos aqueles e aquelas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para esta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento do projeto de pesquisa.

E, por último, mas não menos importante, às sujeitas da minha pesquisa, que me ensinaram e me fizeram refletir sobre várias questões cotidianas da minha vida pessoal e profissional.

Aqueles que têm a chance de dedicar suas vidas ao estudo do mundo social não podem recolher-se, neutros e indiferentes, diante da luta da qual a aposta é o futuro do mundo.

Pierre Bourdieu

RESUMO

NAVAS, K. M. **Vidas e corpos em trânsito:** tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital. 2016. 138 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2016.

A presente tese tem como objeto de estudo o tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual. O objetivo geral é analisar e compreender criticamente as determinações do tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual de travestis e transexuais no mercado transnacional do sexo, bem como as formas de enfrentamento no plano das políticas públicas. Nesse sentido, analisamos os deslocamentos de travestis e transexuais nos mercados do sexo em direção a países do sul da Europa, bem como se a dinâmica desses deslocamentos se aproxima das noções de fraude, coação ou abuso de situação de vulnerabilidade que caracterizam o tráfico de pessoas com o intuito de detectar indícios de crime acerca desse fenômeno. Sob o ponto de vista teórico, parte-se do Materialismo Histórico Dialético como fundamento. Os procedimentos metodológicos foram a abordagem quanti-qualitativa, com pesquisa de campo realizada com entrevista semiestruturada e roteiro, aplicado com duas sujeitas. Os principais resultados da pesquisa apontam que as sujeitas pesquisadas foram vítimas do tráfico de pessoas e que, nesses casos, há especificidades, quando comparados com aqueles que envolvem mulheres e adolescentes, principais vítimas desse fenômeno. Foi possível verificar, ainda, que as faces do tráfico de pessoas na contemporaneidade se reatualizam e é necessário analisar o contexto da crise do capital em que está inserido, visto que influencia tanto na dinâmica do tráfico, como nas políticas de enfrentamento, que se apresentam, na maioria das vezes, com um discurso camuflado e que esconde o verdadeiro caráter de políticas antimigratórias.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti e transexual. Transfobia. Tráfico de pessoas. Crise do capital. Políticas públicas.

ABSTRACT

NAVAS, K. M. **Vidas e corpos em trânsito:** tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital. 2016. 138 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2016.

This thesis is to study the subject of trafficking in Brazilian transvestites and transsexuals for the purpose of sexual exploitation. The overall objective is to analyze and critically understand the determinations of human trafficking for the purpose of sexual exploitation of transvestites and transsexuals in the transnational sex trade, as well as ways of coping in terms of public policy. In this sense, we analyze the movement of transvestites and transsexuals in sex markets towards southern European countries, as well as the dynamics of these displacements approaches the fraud notions, coercion or abuse of vulnerability that characterize human trafficking in order to detect crime evidence about this phenomenon. From a theoretical point of view, it is part of Dialectical Materialism history as a foundation. The methodological procedures were quantitative and qualitative approach, with field research conducted with semi-structured script interview and applied with two subject. The main results of the research show that the subject surveyed were victims of human trafficking and that in such cases, there are specific compared with those involving women and adolescents, the main victims of this phenomenon. We observed also that the faces of human trafficking in the contemporary world is reactualized and it is necessary to analyze the crisis of capital of the context in which it appears, as it influences both the dynamics of trafficking, as the confrontation policies, which are presented, most of the time, with a camouflaged speech and hiding the true character of antimigration policies.

KEYWORDS: Transsexual and transgender. Transphobia. Trafficking in persons. Capital crisis. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

Abepss	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Antra	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
Cfess	Conselho Federal de Serviço Social
CNCD/ LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
Cress	Conselho Regional de Serviço Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enpess	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GGB	Grupo Gay da Bahia
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
Pestraf	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PL	Projeto de Lei
PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SNJ Secretaria Nacional de Justiça

SUS Sistema Único de Saúde

Unilago União das Faculdades dos Grandes Lagos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico

Gráfico 1 – Destino mais frequente de brasileiras.....	92
---	----

Quadro

Quadro 1 – Prioridades no enfrentamento do tráfico	99
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1	
SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO	33
1.1 Serviço Social, Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Um Diálogo Imprescindível.....	33
1.2 Trajetória de Vida	36
1.3 Constituição do Corpo	39
1.4 Políticas Públicas	41
1.5 O Reconhecimento e a Garantia do Nome Social	43
1.6 Entre Reivindicações, Conquistas e Desafios	45
 CAPÍTULO 2	
TRANSNACIONALIZAÇÃO E TRÁFICO DE PESSOAS COM A FINALIDADE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL.....	66
2.1 Crise do Capital e Tráfico de Pessoas.....	66
 CAPÍTULO 3	
CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO DO TRÁFICO DE PESSOAS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	85
3.1 Tráfico de Pessoas.....	85
3.2 Legislação sobre o Tráfico de Pessoas	94
3.3 Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	97
3.4 Travestis e Transexuais, o Voo da Beleza e Algumas Interfaces com o Tráfico de Pessoas	104
3.4.1 Promessas, sonhos e expectativas.....	108
3.4.2 Travestis, transexuais e tráfico de pessoas	110
3.4.3 Idioma	116
3.4.4 Relação com outras travestis, transexuais, outras colegas de trabalho e cafetões	117
3.4.5 Relação com os clientes	118
 CONCLUSÃO	123
 REFERÊNCIAS.....	127
 APÊNDICES	133

INTRODUÇÃO



Fonte: Conselho Federal de Serviço Social (Cfess)

Confuso amanhecer, de alma ofertante
 E angústias sofredas,
 Injustiças e fomes e contrastes
 E lutas e achados rutilantes
 De riqueza da mente e do trabalho,
 Meu passo vai seguindo no ziguezague de equívocos,
 de esperanças que malogram mas renascem
 De sua cinza morna.
 Vai comigo meu projeto entre sombras, minha luz
 De bolso me orienta
 Ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?

(Carlos Drummond de Andrade, em seu Canto Brasileiro)

No decorrer da nossa trajetória, a busca pelo conhecimento, a dedicação à pesquisa científica e o compromisso ético-político profissional sempre seguiram no intento de contribuir para outra sociabilidade, livre de todas as formas de exploração

e opressão. E mesmo em tempos de crise e de barbárie, que insistem em negar direitos, nossa luta segue adiante.

As questões relacionadas a gênero e sexualidade sempre acompanharam e estiveram intrínsecas em nossa vida, desde a tenra infância, devido à orientação sexual homossexual. Portanto, falamos do lugar vivido onde o enunciado performativo da injúria torna vidas inabitáveis. Situações vividas em casa, na escola, no trabalho e em outros espaços, demonstram que os “guardiões do gênero”, os pais, inspetores de alunos, professores, as chefias, estão sempre atentos para corrigir todo e qualquer ato, ou comportamento, que saia, ou mesmo ameace os padrões hegemônicos da heterossexualidade, obrigando, assim, a dissimulação da homossexualidade e o desenvolvimento de repertórios de comportamentos que são utilizados alternativamente em função dos diferentes públicos.

O *coming out*¹ tem levado pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) a experimentar viver “fora da ordem” e resignificar várias questões que, até então, eram impossíveis de ser pensadas. “As vidas gays são frequentemente vidas diferenciadas; só começam quando um indivíduo reinventa a si mesmo, ao sair de seu silêncio, de sua clandestinidade vergonhosa” (ERIBON, 2008, p. 59).

Sedgwick (2007, p. 26) aponta a “epistemologia do armário” como dispositivo regulador da vida de gays e lésbicas, no século XX, e estrutura definidora da opressão, que não se dá apenas na dimensão subjetiva, já que a ausência de direitos, de proteção jurídica e políticas que reconheçam as sexualidades dissidentes da “matriz heterossexual”, enquanto práticas legítimas, também é uma manifestação dessa segregação social.

Concordamos com Eribon (2008, p. 64) quando afirma ser a injúria constitutiva da subjetividade LGBT, mesmo a ameaça de agressão verbal iminente, e que muitos heterossexuais podem desconfiar da afirmação, simplesmente por nunca terem refletido sobre esse aspecto, principalmente se

são homens – e homens brancos e cristãos do mundo ocidental (é, com certeza, diferente para as mulheres ou para os homens negros, judeus ou árabes) –, como nunca estiveram confrontados com a violência da injúria, pensarão que há aí um certo exagero.

¹ Saída do armário, ou o mesmo que assumir sua sexualidade/orientação sexual.

Porém, o *bullying* na infância e mesmo as situações vexatórias na adolescência e vida adulta, sofridas exclusivamente devido a uma orientação sexual ainda considerada desviante, por aqueles que imaginam deter o controle a partir da heteronorma, sempre conduziu-nos a pensar formas possíveis de romper com essas amarras do gênero, da diversidade sexual e também humana.

A violação de direitos de travestis e transexuais, vivenciada a partir de nossa experiência profissional como assistente social em um hospital escola, no Município de São José do Rio Preto/SP, durante o período de 2004 a 2011, também nos colocou diante dessas reflexões, fazendo-nos buscar como aporte os estudos de gênero e sexualidade e a dimensão da ética profissional para o enfrentamento da discriminação e do preconceito e a promoção da cultura do respeito à diversidade.

Mas é a partir da experiência profissional no Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, durante o ano de 2007, na cidade de São José do Rio Preto/SP, que essas questões se tornam mais evidentes e influenciam nosso ingresso, em 2011, no Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), no qual dissertamos sobre trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade, no Município de São José do Rio Preto/SP, com o objetivo de conhecer o cotidiano dessas sujeitas², bem como os enfrentamentos das limitações impostas pela sociedade heteronormativa, e como se dá o processo de construção de cidadania³.

² No decorrer da exposição, o termo “sujeita” será utilizado como forma de apoiar politicamente as lutas de valorização do gênero feminino desse segmento. Portanto, o emprego do substantivo “travesti” como pertencente ao gênero gramatical feminino, além das razões que valorizam o próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis, usualmente empregado na flexão feminina, é também uma justificativa política.

³ Analisamos, nesta pesquisa, a forma como o Estado se apropria do discurso sobre o sexo, fazendo com que este se torne objeto de disputa com o indivíduo, e de como a ciência moderna aparece para sustentar a ordem burguesa, utilizando discursos capazes de regular os papéis e comportamentos sexuais, colocando a heterossexualidade burguesa como “natural” e, em contrapartida, a homossexualidade como crime ou pecado. Na perspectiva de valorizar experiências e trajetórias de resistências dessas sujeitas, que travam cotidianamente uma luta contra formas de injúrias, preconceitos e violências em suas mais diversas facetas. Na ocasião, também foi analisada a contribuição do Serviço Social como interlocutor dessas sujeitas, a partir do seu Projeto Ético-Político Profissional, pela construção de um Estado democrático e de direito responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, com o direito de todos, o que inclui a diversidade sexual. Este trabalho permitiu trazer uma discussão muito pouco contemplada no Programa de Serviço Social da PUC-SP, que são as questões de gênero e diversidade sexual, tão incipientes ainda para o próprio Serviço Social.

Concordamos com Alcoforado (2009, p. 724) quando refere que os temas de pesquisa muitas vezes estão ligados a questões que acompanham a trajetória profissional do pesquisador.

Os temas de pesquisa geralmente surgem de uma dificuldade identificada na prática, ou lacunas e imprecisões verificadas em outros trabalhos ou na própria teoria, mas também sofrem influência dos interesses, trajetória profissional e visão de mundo do pesquisador.

Esses anos de pesquisa, tanto na área do Serviço Social, das Políticas Sociais, de gênero e sexualidade, estão longe de apresentar uma verdade absoluta de sua constituição, mas nos mantêm em contato com pistas epistemológicas que nos permitem refletir e aprofundar a discussão.

E assim como Eribon (2008), pensamos que não são apenas problemas teóricos, portanto acadêmicos, que estão em jogo, a militância se faz presente, ao remeter ao pensamento as várias vítimas de homofobia cotidianamente. A experiência da academia não valeria a pena se não contribuísse com a militância e, conseqüentemente, tornasse muitas vidas mais habitáveis.

Nossas temáticas de estudo não são apenas acadêmicas, são problemáticas sociais, contêm camadas de história e um rico repertório de histórias de vida, onde se entrelaçam dimensões políticas da vida pública e privada que só podem ser desvendadas quando nos dispomos a ouvir histórias pessoais, cotidianas (MARTINELLI, 2014, p. 3).

No decorrer da construção desta tese, várias vidas deixaram de ser vividas e várias outras carregarão, no próprio corpo e na memória, as marcas do preconceito e da discriminação.

O presente objeto de pesquisa surgiu de problematizações durante nossa trajetória profissional e, mais especificamente, a partir de espaços de militância, durante as conferências regionais LGBT no ano de 2011, no Município de São José do Rio Preto/SP, quando foram apresentadas propostas com o objetivo de combater o Tráfico de Pessoas, porém, durante essa discussão, naquele momento, ficou evidente o desconhecimento, por parte de profissionais de várias áreas e inclusive de pessoas LGBTs, sobre o fenômeno. A partir dessas lacunas e imprecisões, é que se verifica a necessidade do aprofundamento da temática.

No que se refere à temática, é necessário dizer que a dificuldade de acesso a fontes bibliográficas, no que diz respeito especificamente ao tráfico de pessoas

envolvendo travestis e transexuais, evidencia a escassez de material e a originalidade da tese, principalmente na área do Serviço Social.

Cabe salientar que no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, há duas pesquisas com a temática do Tráfico de Pessoas relacionado com a exploração sexual envolvendo mulheres como vítimas.

O tema do tráfico de pessoas apresenta-se no momento em que a sociedade vivencia de forma crítica a crise do processo de acumulação do capital, num contexto marcado pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais (ANTUNES, 2006).

Atualmente, o tráfico de pessoas configura-se como a terceira atividade criminal mais lucrativa do mundo, gerando cerca de 7 bilhões de dólares anuais de lucro, ficando atrás, em termos de rentabilidade, somente do tráfico de drogas e de armas (PESTRAF, 2002).

A falta de compreensão acerca do fenômeno, a difícil detecção, prevenção e punição, o silêncio que impera entre os envolvidos, bem como a falta de ações efetivas do Estado, caracterizam-se como os principais desafios.

O crescimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual fez com que algumas medidas fossem implementadas.

O Protocolo de Palermo trouxe um conceito geral sobre o que é o tráfico de pessoas e, dessa forma, os países signatários, entre os quais está o Brasil, poderiam utilizá-lo, adequando-o às suas realidades, trazendo uma conceituação para as ações no estágio atual e para o seu enfrentamento.

De acordo com o Protocolo de Palermo, tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento, ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recurso à força ou a outras formas de coação, por rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou por meio da oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens, para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

Tal como descrito, o conceito de tráfico inclui as modalidades nacional e internacional e abrange suas diferentes finalidades: trabalho escravo, adoção ilegal,

tráfico de órgãos, e a exploração sexual, sendo, este último, objeto da presente pesquisa.

O fenômeno utiliza-se das relações de gênero, elencando mulheres como principais vítimas desse tipo de violência para fins de exploração sexual, modalidade que mais tem visibilidade. Seguindo a perspectiva das relações de gênero, travestis e transexuais também têm enfrentado os problemas advindos do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial.

A dimensão do tráfico de pessoas travestis e transexuais brasileiras destinado ao comércio sexual em países da Europa faz levantar a problematização sobre as condições de vida, exploração, coerção e, muitas vezes, escravidão, a que essas sujeitas estão submetidas e, conseqüentemente, nos desdobramentos das ações de combate e enfrentamento ao tráfico de pessoas nesses países.

É importante destacar que, de acordo com o Relatório Nacional da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil (Pestraf), realizada em 2002, mesmo se tratando de um fenômeno multidimensional e multifacetado, cujos fatores determinantes são de ordens política, socioeconômica, cultural, jurídica e psicológica, o tema não se constitui em questão social e política relevante para os sujeitos governamentais e não governamentais que atuam em áreas relacionadas ao problema.

A Pestraf é a primeira pesquisa realizada no País a afirmar que o tráfico de pessoas ocorre nas regiões de fronteira e litorâneas (externas e internas) e faz conexão com as redes locais e transnacionais.

Importante marco científico em relação à temática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial no País, a Pestraf traz importante contribuição, fazendo com que o governo, os parlamentares e a mídia brasileira dessem ampla visibilidade para o tema.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas é uma questão complexa que não está deslocada da política antimigratória, uma política que se utiliza do discurso da defesa da vítima para impedir a entrada de imigrantes indesejados, os quais, na maioria das vezes, são humilhados, desqualificados e impedidos de embarcar ou de permanecer no país de destino.

Esta tese apresenta o desafio de compreender o fenômeno do tráfico de pessoas em suas múltiplas dimensões: como fenômeno econômico global; atividade do crime organizado internacional; elemento de um contexto de intensas desigualdades de gênero, raça e classe; e parte de processos de transformação cultural.

Parte das hipóteses de que a homofobia ou, mais especificamente, a transfobia, representada pelas formas de violência e discriminação, funciona como processo facilitador para o ingresso de travestis e transexuais no tráfico de pessoas.

Verifica que a violação de direitos e suas expressões na questão social, e a falta de políticas públicas que assegurem direitos a travestis e transexuais, contribuem com esse processo.

E visa compreender os elementos constitutivos desse fenômeno, bem como traçar as especificidades que envolvem travestis e transexuais, e refletir sobre os mecanismos de enfrentamento utilizados pelos referidos órgãos em relação a tal realidade.

Ainda, nessa direção, analisam-se os deslocamentos de travestis e transexuais nos mercados do sexo, bem como se a dinâmica desses deslocamentos se aproxima das noções de fraude, coação, ou abuso de situação de vulnerabilidade, que caracterizam o tráfico de pessoas, com o intuito de detectar indícios de crime que caracterizem esse fenômeno.

Compreender o fenômeno do tráfico em suas múltiplas dimensões: como fenômeno econômico global; atividade do crime organizado internacional; elemento de um contexto de intensas desigualdades de gênero, raça e classe; e parte de processos de transformação cultural, é o desafio que sobressai.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender criticamente as determinações do tráfico de pessoas com a finalidade da exploração sexual de travestis e transexuais no mercado transnacional do sexo, bem como as formas de enfrentamento no plano das políticas públicas.

Caracterizam-se, como objetivos específicos:

- Traçar o perfil socioeconômico, político e cultural de travestis transexuais;
- Problematicar as determinações e

consequências/rebatimentos/desdobramentos do tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual de travestis e transexuais;

- Mapear os programas e serviços de prevenção, atendimento e enfrentamento ao tráfico de travestis e transexuais.

No sentido de compreender o processo do tráfico de travestis e transexuais na Europa com a finalidade de exploração sexual, elencamos as seguintes questões para a problematização do objeto da pesquisa:

Quais são as consequências das mudanças no mundo do trabalho para o tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual comercial?

Quais são as políticas públicas diretas e indiretas de enfrentamento do tráfico de pessoas?

Quem faz parte dessa rede? Organização criminosa, redes de convívio?

Quais são os motivos que determinam o tráfico de travestis e transexuais? São apenas decorrentes de vulnerabilidades? Ou o desejo, mesmo que esse desejo não se descole das vulnerabilidades?

Quais as intersecções (etnia, classe social, geração) entre gênero, corpo, sexualidade e a dimensão do tráfico?

O que é declarado pelas travestis e transexuais para entrar no país de destino? Entram como turistas? Ou se a trabalho, que profissão? Qual é a justificativa?

Qual a compreensão de travestis e transexuais acerca do fenômeno do tráfico de pessoas?

São sujeitas, da presente pesquisa, travestis e transexuais vítimas do tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual, especificamente observando o deslocamento em direção a países do sul da Europa.

A pesquisa está organizada em três capítulos e a pesquisa de campo foi trabalhada/mesclada de forma articulada com os capítulos teóricos.

Assim, no primeiro capítulo, são apresentadas as particularidades do cotidiano de travestis e transexuais, sob a luz das discussões de gênero, a partir das várias violações de direitos enfrentadas por essas sujeitas e a compreensão e contribuição do Serviço Social.

No segundo capítulo, analisa-se o tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual, seu caráter transnacional, no contexto da crise do capital; os elementos constitutivos do capital e do neoliberalismo e suas repercussões na sociedade contemporânea.

O terceiro e último capítulo tem como enfoque analítico a legislação brasileira voltada para o enfrentamento do tráfico de pessoas, bem como a realidade e o cotidiano de travestis e transexuais vítimas do tráfico de pessoas.

PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Referenciais Teóricos

A presente pesquisa visa a construção de um conhecimento emancipatório e contra-hegemônico à ideologia dominante e a uma sociabilidade regida pela valorização da mercadoria e lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, na competitividade e no individualismo.

Foi utilizado o Materialismo Histórico Dialético, como fundamento teórico, e realizada uma interlocução na perspectiva da discussão sobre gênero e diversidade sexual, para atender às exigências do próprio objeto, visto que as relações de classe não são suficientes para explicar o sexismo, a transfobia, assim como o racismo. A classe trabalhadora tem cor, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. A opressão, por sua vez, muda, se atualiza, mas as formas de resistência também acompanham o processo.

É importante compreender de que forma o capitalismo se apropria das relações de gênero, sexo, raça/etnia e lida, no campo das desigualdades, especialmente as sociais, em que muitos sofrem um complexo processo de violação de seus direitos, inclusive o direito à vida.

A categoria gênero é transversal ao tráfico de pessoas e envolve não só mulheres, mas também pessoas trans, travestis e transexuais. Considerando o preconceito e a discriminação que pessoas trans sofrem cotidianamente,

relacionando as intersecções entre gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração, aprofundam-se as desigualdades sociais e é dificultada sua inserção no mundo do trabalho.

O tratamento dado ao tema da prostituição, neste trabalho, ocorre na perspectiva de compreendê-la como profissão que, como outra qualquer, está sujeita à lógica capitalista e consequente exploração pelo capital. A reificação das relações sociais está implícita na dinâmica do modo de produção capitalista, independentemente de ser prostituição ou outro tipo de serviço prestado.

Sobre essa questão, Leal (2013, p. 26) refere que a questão do trabalho é fundamental, ao reconhecer que há profunda estratificação social desse trabalho desenvolvido nas fendas da sociedade.

(...) a relação capital comercial-prostituta espelha a estratificação social que existe na sociedade capitalista. Na realidade, o processo de trabalho da prostituta na oferta de serviço implica no fato de que este se encontra atado umbilicalmente ao capital-dinheiro de comércio que necessita valorizar-se, como todo e qualquer capital. Obter o maior lucro possível é sua meta.

Nessa perspectiva, Leal (2013, p. 28) entende que é necessário compreender a prostituição como trabalho, não só para que as pessoas que a exercem possam ter garantidos os direitos trabalhistas de se prostituir e evitado o sentimento de aversão ao seu próprio modo de vida, que é essencial para seu sustento econômico, mas também por outras três razões.

1) Dentro de uma leitura marxista, pela possibilidade de enxergarmos a (o) prostituta (o) como inserida (o) na luta de classes e, consequentemente, como membro da classe trabalhadora que se emancipará coletivamente ao se insurgir contra as estruturas do sistema que os exclui naturalmente; 2) por conceder à pessoa que exerce a profissão direitos e garantias que elevam sua autoestima; e 3) por obrigar, com a atuação decisiva do Estado, o capital-dinheiro de comércio vinculado a essa atividade a mostrar sua cara.

Nesse sentido, ressalta-se que o tráfico de pessoas para fins de exploração não se confunde com prostituição e que a compreensão do fenômeno do tráfico de travestis e transexuais não representa em si o ato de se prostituir, mas a imposição do recrutamento, transporte, da coação, do alojamento sob ameaça, da servidão por dívida, retenção de documentos, do cerceamento de liberdade e das diversas formas de violência, seja ela física ou psicológica.

Para Piscitelli (2013, p. 35), os modelos legais relativos ao exercício da prostituição são basicamente quatro:

[...] proibicionista; abolicionista; regulamentarista; e, mais recentemente, um modelo denominado de trabalhista, laboral ou de “despenalização”. No modelo regulamentarista, também denominado de legalização na discussão internacional, a prostituição é aceita, mas é vista como ameaça à saúde e à ordem pública. A prostituição é controlada pelo Estado, regulamentada, mediante a introdução de regras destinadas a garantir a ordem, a saúde, a moral e a decência e o pagamento de impostos. No modelo trabalhista, o foco recai sobre os direitos laborais e as condições de trabalho. Reivindicam-se o reconhecimento do trabalho do sexo como atividade legítima e a despenalização dos diversos aspectos vinculados à prostituição, exigindo-se que ela seja regulada por leis civis e laborais, e não por leis penais. O modelo mais repressivo é o proibicionista, que considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades a ela vinculadas e todas as partes envolvidas, incluindo as prostitutas, consideradas delinquentes. O modelo abolicionista penaliza a todos que recrutam e organizam a prostituição e dela se beneficiam. Nele, as prostitutas são consideradas, sobretudo, vítimas.

A autora chama a atenção para o último modelo, em particular, já que as leis brasileiras, especificamente o Código Penal, não compreendem a prostituição como crime, mas penalizam a sua exploração, e porque parte do debate feminista se situa sobre prostituição e tráfico de pessoas.

Demanda apresentada pelas associações de trabalhadoras sexuais, já há bastante tempo, ao redor do mundo, recomenda a descriminalização e regulamentação do trabalho sexual, evidenciando a falência do modelo sueco que criminaliza essa prática.

[...] já está mais do que clara e a descriminalização é um mecanismo que empodera as trabalhadoras, trazendo mais controle sobre as relações de trabalho e criando mecanismos legais para que cobrem seus direitos, assim como facilitando a fiscalização e denúncia de irregularidades tais como exploração sexual de menores e outros abusos⁴ (PRADA, 2015).

A compreensão que considera as prostitutas como vítimas é específica do abolicionismo; logo, a prática de criminalizar a prostituição é partilhada pelas linhas proibicionistas, que associam o debate sobre prostituição com o tráfico de pessoas, isso porque o próprio debate sobre sexualidade polarizava-se em dois campos, pelas abordagens feministas, já nas primeiras discussões das sufragistas (PISCITELLI, 2013, p. 36).

⁴ Artigo de Monique Prada, trabalhadora do sexo e militante do movimento das trabalhadoras do sexo. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/de-estrelas-e-putas-vidas/#gs.d666a66722984b708fc477d3960fe606>>. Acesso em: 10 ago.2015.

Alguns grupos entendiam a sexualidade como elemento utilizado para objetificar as mulheres, impedindo-as de aceder ao seu reconhecimento como sujeitos portadores de direitos civis. Outros grupos, ao contrário, entendiam a sexualidade como uma arena de potencial liberação para as mulheres.

O modelo abolicionista tornou-se o estatuto legal mais difundido entre os países da União Europeia no que diz respeito ao trato da prostituição e, segundo Adriana Piscitelli (2007b, apud TEIXEIRA, 2008, p. 300), esse modelo orientou a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição, de 1949. A vinculação da prostituição com o tráfico e a exploração é explícita no documento destinado aos clientes e a saída vislumbrada para proteção das mulheres, nessa perspectiva, é abolir a prostituição.

Ainda no campo de disputas, estão os termos “trabalho sexual” e “prostituição”. O primeiro foi criado na década de 1970, por uma integrante de uma organização de trabalhadoras sexuais considerada mais influente nos Estados Unidos, fundada em São Francisco, nos primeiros anos dos anos 1970. A ideia de trabalho sexual remete a uma normalização como integrantes de uma categoria ocupacional, como trabalhadoras do setor de serviços, mais especificamente no setor de cuidados, enquanto prostituição apresenta conotações de vergonha e estigma.

Porém, a definição da prostituição como trabalho não está isenta de questionamentos e intensa oposição, uma vez que é entendida, por alguns setores, inclusive do movimento feminista, como forma de violência, escravidão, e não como trabalho. Outro argumento recusa o estatuto de trabalho, da prostituição, por considerar

que a sexualidade não pode ser separada da pessoa da prostituta: vender a sexualidade envolveria vender uma parte fundamental do *self*. O pagamento às prostitutas serviria para ocultar o abuso sexual, transformando-o, aparentemente, em trabalho (PISCITELLI, 2013, p. 39).

Em contraponto, defensoras da prostituição como trabalho sustentam que

[...] o processo de alienação não se restringe ao trabalho sexual, já que, de acordo com Marx, a alienação é uma dinâmica fundamental em todo trabalho produtivo no marco do capitalismo. Elas argumentam que o processo de separação das emoções (que, longe de serem inatas, são socialmente produzidas) não é uma característica exclusiva do trabalho sexual (PISCITELLI, 2013, p. 39).

As aproximações entre setores da academia que compartilham a perspectiva de que a mercantilização não é necessariamente destrutiva e que o trabalho sexual, como intercâmbio de serviços específicos por dinheiro, deveria ter o respeito análogo ao concedido a outras ocupações do setor de serviços e aos movimentos de prostitutas, refletem-se em novas publicações sobre a temática.

Trata-se, sobretudo, de um deslocamento do posicionamento atribuído às pessoas que prestam serviços sexuais, e isso exigiu uma revisão dos pressupostos presentes nas reflexões e pesquisas sobre prostituição. O deslocamento reflete-se em perspectivas que, longe de considerarem as prostitutas vilãs, heroínas ou vítimas, percebem-nas como seres dotados de capacidade de agência que exercem um trabalho (PISCITELLI, 2013, p. 40).

Tais publicações deslocam as discussões, sobre trabalho sexual, criadas por pessoas privilegiadas, brancas e de classe média, que não representavam as experiências de pessoas menos favorecidas, envolvidas na prostituição de regiões “pobres” do mundo.

Há, portanto, um contraponto ao imperialismo cultural, evidente nos discursos internacionais sobre prostituição, que contestam as abordagens que percebem as trabalhadoras do sexo como inerentemente vítimas (passivas) da violência sexual (PISCITELLI, 2013).

Nesse debate, encontra-se a tendência, principalmente em países do sul da Europa, de propostas e, inclusive, legislações em diversos países, de criminalização dos clientes, como forma de combater o tráfico de pessoas, como se o tráfico existisse necessariamente devido à prática da prostituição. Em países como Suécia, onde acontece a criminalização dos clientes, além de expor as trabalhadoras do sexo ao aumento da vulnerabilidade, obrigando-as a utilizar intermediadores e reduzindo a margem de negociação e segurança, não considera os clientes como preciosa via de acesso a essas situações, eliminando importante possibilidade de localizar vítimas em situação de tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2013).

Pode-se afirmar que há um processo de normalização da prostituição, mas é preciso lembrar-se de uma série de movimentos, em curso no Brasil, durante a década de 2000.

Nas discussões sobre sexualidade no mundo contemporâneo, a prostituição é situada por alguns autores entre o leque de práticas sexuais que foram objeto de intensa repressão no passado, mas que hoje estão inseridas em um processo de relativa normalização, por causa, em parte, de negociações

suscitadas pela pressão dos movimentos sociais e organizativos (PISCITELLI, 2013, p. 66).

Entre esses movimentos sociais e organizativos, ocorre a entrada da própria atividade de profissional do sexo para a Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2002, paralelamente à inserção considerável, na mídia, de algumas organizações de prostitutas, que adquirem visibilidade e aceitação (PISCITELLI, 2013).

O imperativo desta pesquisa, portanto não é de considerar a prostituição como fenômeno que violenta travestis e transexuais, mas sim a exploração da prostituição, que faz submetê-las a condições de trabalho aviltantes, análogas ao tráfico.

Manter esse posicionamento se faz de extrema relevância, por permitir a problematização dos conceitos de prostituição e tráfico de pessoas, não os compreendendo como sinônimos.

Fundamentos Metodológicos

Utilizou-se, nesta pesquisa, a abordagem qualitativa, com metodologia de pesquisa documental, de campo, exploratória e explicativa e técnica de pesquisa de história de vida – trajetória de vida.

O objeto de estudo é o tráfico de travestis e transexuais para fins de exploração sexual no mercado transnacional do sexo na Europa, e o objetivo é analisar os motivos que levam travestis e transexuais em seu país para vivenciar experiências como profissionais do sexo em países da Europa e os processos de violência vividos em decorrência desse fenômeno.

No Brasil, faltam dados confiáveis, perfis das vítimas, rotas do tráfico e atores que possam contribuir para desvelar o fenômeno. Em relação ao perfil das vítimas, no caso de mulheres, todas as fontes confluem para a caracterização de pobres, negras ou mestiças, pouco escolarizadas, profissionalmente despreparadas e pouco informadas sobre os próprios direitos.

As pesquisas sobre tráfico de pessoas com finalidade de exploração sexual, quase sempre, apontam mulheres e crianças e adolescentes como vítimas, porém, o fenômeno também abarca meninos, jovens, travestis e transexuais. Assim, trabalhamos com a categoria de travestis e transexuais, considerando a dimensão da identidade de gênero e, conseqüentemente, os processos inerentes a essa característica, que são particulares e apropriados por aliciadores no campo das vulnerabilidades.

Ou seja, a ideia hegemônica de transformar experiências dominantes em experiências universais, como verdades absolutas e objetivas, denota a incompreensão e o não reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais e não oferecem a essas sujeitas as mesmas oportunidades vividas pelo sujeito universal, aquele que partilha de uma classe, sexo, raça, ou etnia dominante.

Tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias localizadas no campo do gênero e respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros.

A princípio, a intenção era analisar as condições de vida de três travestis e transexuais durante o processo no país de destino e as possíveis explorações e violações de direitos porventura sofridas. Portanto, entrevistaríamos travestis e transexuais vítimas do tráfico de pessoas, porém, no decorrer da pesquisa, alguns contratempos não permitiram o cumprimento desse objetivo.

Ao lidar com o tema do tráfico de pessoas, algumas situações devem ser consideradas, como, por exemplo, o próprio entendimento do fenômeno como crime, dentre outras situações de violência que o envolve e fazem com que suas vítimas apresentem algum receio.

No que tange às travestis e transexuais abordadas durante o período da pesquisa, é importante assinalar que, mesmo conhecendo os objetivos e reforçado o compromisso ético do pesquisador, bem como as informações no que se refere ao sigilo na identificação das entrevistadas, a recusa foi imediata, por parte de algumas, enquanto outras desistiram mesmo depois do seu aceite. Voltaram atrás e expuseram que não se sentiam à vontade para participar da pesquisa e por isso desistiam.

A primeira aproximação, portanto, com as duas sujeitas que efetivamente participaram desta pesquisa ocorreu através de rede pessoal. Ao conhecerem os objetivos da pesquisa, informaram conhecer algumas travestis e transexuais que se deslocaram para países do sul da Europa e viveram por um período, trabalhando no mercado do sexo e que, por isso, poderiam conhecer alguma outra travesti ou transexual que tivesse sido vítima do tráfico de pessoas.

O contato com as travestis ocorreu através do Facebook⁵, rede social em que foram apresentados os objetivos da pesquisa. Logo de imediato, a primeira sujeita mostrou-se solícita e referiu ter sido vítima do tráfico de pessoas, aceitando participar da pesquisa. Disse, ainda, conhecer mais duas travestis que também foram vítimas. Uma delas, sua própria prima, e uma amiga, que acabou presa no período em que esta pesquisa aconteceu.

Houve ainda outras tentativas, para identificar a terceira sujeita, porém, com o tempo exíguo, não foi possível, visto que a pesquisa de campo ocorreu apenas no mês de agosto deste ano.

Durante o processo de negociação das entrevistas, ficou acordado que nenhuma informação remeteria à identidade e cidade onde as entrevistadas vivem. Apenas as cidades e os países por onde passaram e viveram na Europa seriam identificados. As entrevistas ocorreram na casa de uma das sujeitas, em data e horário escolhidos por elas próprias.

As participantes foram orientadas sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, porém não aceitaram assiná-lo. Mesmo assim, uma cópia do documento foi entregue a cada uma.

Houve o cuidado do pesquisador em realizar, ele próprio, a transcrição das entrevistas, num total de 2 horas e 56 minutos de gravação, e respeitando com fidelidade as informações, de acordo com as fontes.

A realidade social envolve inesgotáveis aspectos, o que faz com que a pesquisa nas ciências sociais contribuía para o conhecimento. Contudo, o resultado de uma pesquisa não é uma verdade final, um resultado inquestionável, mas o que é possível obter em face dos pressupostos teóricos do pesquisador e das narrativas e dos dados analisados (LANG, 1998).

⁵ Rede Social disponível em plataforma eletrônica.

Segundo Martinelli (1999, p. 21), a pesquisa qualitativa:

(...) tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa.

A metodologia da História Oral apresenta-se dentre os mais variados meios utilizados para se conhecer a realidade. Trata-se de uma metodologia qualitativa de pesquisa, adequada ao conhecimento do tempo presente e que permite reconhecer a realidade passada e atual, pela experiência e voz daqueles que a viveram (LANG, 1998).

O referencial teórico delinea sob qual perspectiva o problema está sendo colocado e oferece os parâmetros por meio dos quais as narrativas e os dados serão analisados e interpretados para responder ao problema (LANG, 1998).

Traçamos a trajetória social dessas sujeitas a partir de histórias de vida baseadas em suas narrativas. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Foram valorizadas suas experiências, privilegiando suas narrativas, no sentido de que a narrativa “(...) conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (BENJAMIN, 1994, p. 204-205).

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Em busca de uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, esta pesquisa está fundamentada no método dialético, que permite compreender as relações sociais a partir das dimensões políticas, econômicas e culturais.

Como construção social de sujeitos históricos, tais práticas expressam embates entre grupos sociais. Estão presentes aí dinâmicas cotidianas de homens, mulheres, jovens, crianças que buscam inserir-se no processo

social, forjando seus modos específicos de viver, lutar, resistir e também de reivindicar direitos (MARTINELLI, 2014, p. 3).

A abordagem qualitativa, entendida como dimensão que complementa nossa imersão qualitativa na realidade, é um instrumento que possibilitou traçar o perfil socioeconômico, político e cultural das travestis e transexuais, sujeitas desta pesquisa, bem como suas condições de vida, proporcionando-nos os elementos fundamentais para a compreensão desse universo como produto de múltiplas determinações.

A abordagem quantitativa foi utilizada para desvendar os casos, mediatizando as singularidades e particularidades que se apresentam, sem perder de vista as determinações sócio-históricas dos sujeitos e no contexto de suas trajetórias de vida, marcado pela linha do tempo, para traçar algumas categorias e compreender o seu lugar social, como idade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, trabalho e violência.

Contemplamos os aspectos familiares, afetivos, os sonhos e as aspirações, o cuidado com o corpo e a saúde, a atividade laboral e identidade com a profissão e a percepção sobre os riscos vivenciados em suas trajetórias de vida.

Os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados empíricos foram norteados pela abordagem quantitativa e qualitativa, com destaque para a aplicação de questionário e roteiro de entrevista semiestruturado, capaz de possibilitar a aproximação sucessiva com o objeto de estudo. Nas entrevistas estruturadas, lançou-se mão de perguntas previamente formuladas, enquanto nas entrevistas não estruturadas, as sujeitas abordaram livremente o tema proposto.

Com esse instrumental procuramos obter a reflexão qualitativa dos sujeitos sobre o tema proposto, bem como agregamos outras técnicas fundamentais no encontro e confronto com a realidade: observação participante, diário de campo, pesquisas documental e bibliográfica, entre outras necessárias na processualidade da pesquisa. Os elementos obtidos, constituíram categorias analíticas do processo de conhecimento, pois proporcionaram dados valiosos que contribuiram para a análise crítica do objeto em pauta e sistematização de novos conhecimentos.

Apresenta-se, aqui, a caracterização das duas participantes, sujeitas desta pesquisa.

Caracterização das sujeitas

Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e escolhidos pelas próprias sujeitas.

Mayanne tem 39 anos; é travesti; declara-se negra; casada; trabalha e vive com o esposo suíço numa pequena propriedade rural, onde são criadores de cavalos, gado, porcos e galinhas. Mayanne cursou o ensino fundamental incompleto e declara apresentar renda de até três salários-mínimos provenientes do trabalho com o esposo e do aluguel de um salão comercial de sua propriedade.

Segundo ela, no momento, está reabrindo um restaurante, novamente no espaço da própria casa, localizada na zona rural, porém muito próxima, cerca de 1 quilômetro, da cidade onde vive.

Mayanne retornou ao Brasil há dois anos e permaneceu ao todo 8 anos na Suíça, entre 2005 a 2013: *“Três anos de putinha e cinco anos casada”* (Mayanne).

Depois que se casou, trabalhou ainda em restaurantes como dançarina e garçonete. *“Fazia bicos em boate como dançarina e servindo alguma bebida”* (Mayanne).

O casamento ocorreu ainda na Suíça com um de seus clientes e possui toda a documentação que comprova sua situação e estende a ela todos os direitos como esposa, relata.

Patrícia tem 31 anos; identifica-se como travesti; declara-se branca; e vive união estável. Declara trabalhar informalmente como cabeleireira e esporadicamente faz faxinas para complementar a renda, que é de, aproximadamente, um salário-mínimo. *“A gente tem que ta fazendo um pouco de tudo, fia”* (Patrícia).

Atualmente, frequenta o supletivo e está concluindo o ensino fundamental. Patrícia permaneceu por três anos na Europa, entre 2006 a 2008, dos quais dois anos na Suíça e um ano em Portugal. Durante o período em que permaneceu na Suíça, também teve um companheiro, porém, antes de regularizar a situação referente à sua união, seu companheiro acabou falecendo.

Ambas possuem casa própria e, no caso de Mayanne, verifica-se que, além da propriedade rural, onde vive com o esposo, também possui um prédio comercial naquela cidade, que hoje lhe confere uma renda mensal advinda do aluguel.

Apesar da religião não ter sido questão abordada na presente pesquisa, Mayanne fez questão de mencionar que frequenta atualmente um centro espírita umbandista. Também mencionaram que no período em que viveram na Suíça ambas frequentavam o budismo.

Participação Política

Patrícia e Mayanne frequentam Paradas do Orgulho LGBT do município em que residem e de outras cidades da região e Mayanne faz parte da comissão organizadora do evento de seu município, que é, de alguma forma, seu único vínculo com o movimento.

As Paradas do Orgulho LGBT são uma das principais formas do movimento afirmar sua existência enquanto sujeito político e cumprem um papel de suma importância no enfrentamento das limitações de espaços de sociabilidade hegemonicamente heterossexuais, como considera Simões (2010, p. 32-33) ao problematizar os desafios que se apresentam ao movimento e de sua crescente segmentação:

Diante de desafios tão formidáveis, as melhores esperanças talvez ainda provenham das imagens das Paradas do Orgulho LGBT, onde as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público. Nelas parece se refazer a expectativa que o movimento LGBT possa atualizar permanentemente a promessa de celebração de identidades vívidas, diversas e porosas, sobre um terreno renovado e compartilhado de igualdade.

CAPÍTULO 1

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO



Fonte: Conselho Federal de Serviço Social (Cfess)

O Serviço Social é uma das poucas profissões que trata da questão humana, no seu sentido mais profundo possível. Somos profissionais que lutamos pelo direito conjunto da sociedade.

(Maria Lucia Martinelli)

1.1 Serviço Social, Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Um Diálogo Imprescindível

O cotidiano profissional do/a assistente social é marcado pelo compromisso ético-político⁶ da profissão e pelos desafios de garantir os direitos da população usuária devido à precarização das condições de trabalho. É um/a profissional que lida com as mais variadas expressões da questão social e busca o aprimoramento constante para dar respostas qualificadas a essas demandas.

⁶ O Projeto Ético-Político da Profissão é hegemônico na categoria, mas pode não estar presente no cotidiano de parte desses profissionais.

Já no campo dos desafios da profissão, confronta-se com a relação contraditória da própria atuação, uma vez que viabiliza tanto o processo de acumulação capitalista como o atendimento das necessidades sociais da população, especificamente da classe trabalhadora. E compreender esses aspectos é imprescindível, do ponto de vista do trabalho profissional, visto que os dilemas cotidianos vão exigir respostas e colocar esse posicionamento em xeque a todo momento.

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social – em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de superlucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos. As medidas para superação da crise sustentam-se no aprofundamento da exploração e expropriação dos produtores diretos, com a ampliação da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, comprometendo simultaneamente recursos naturais necessários à preservação da vida e os direitos social e humanos das maiorias (IAMAMOTO, 2009, p. 342).

O/A assistente social é considerado, pela lei que regulamenta a profissão, como profissional autônomo/liberal, porém pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) sobre o perfil dos/as assistentes sociais no Brasil, com base em dados de 2004, mostra que 78,16% dos/as assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, e apresenta a predominância desses profissionais como funcionários públicos, portanto, assalariados (IAMAMOTO, 2009).

A inserção do/a assistente social como assalariado, portanto, como um profissional que vende sua força de trabalho para alguma instituição, permite entender como se situa sua autonomia, que é relativa, e, a partir daí compreender os rebatimentos dessa relação.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalhador não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELI, 2011, p. 423).

Raichelis (2011, p. 425) continua a análise sobre as relações de trabalho do/a assistente social, no sentido de que:

As implicações desse processo são profundas e incidem na *autonomia relativa* desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho *socialmente necessário*, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada.

Enfrenta grande demanda de trabalho e, em contrapartida, espaços sócio-ocupacionais sem equipe mínima de trabalho e políticas públicas focalizadas, excludentes, que estão longe de garantir os direitos e o atendimento de necessidades humanas básicas e evitar o agravamento da precarização e insegurança que avançam por toda parte no mundo do trabalho.

Na verdade, o que angustia e, ao mesmo tempo, justifica sua inserção em vários espaços ocupacionais, são as expressões da questão social, em suas múltiplas faces, traduzidas pela fome, pobreza, desemprego, subemprego, ausência de direitos; formas de exploração; opressão de classe, raça/etnia, gênero, geração, orientação sexual, identidade de gênero; violência, preconceito; falta de um espectro de políticas que garanta proteção social.

De acordo com Bader Sawaia (2006), o/a profissional vivencia aquilo que denomina de sofrimento ético-político, ou seja, o sofrimento por algo que revela a vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se das produções material, cultural e social. Ou seja, é necessário pensar e analisar esses processos de exclusão, como ocorrências e escolhas mais amplas; do centro para as margens; de países centrais para países periféricos; da mundialização do capital financeiro; do desenvolvimento desigual e combinado, que dita as regras do jogo.

É imprescindível refletir sobre as questões postas no cotidiano; pensar projetos coletivos e estabelecer estratégias que não recaiam em respostas individualizadas, as quais, além de culpabilizar os/as usuários/as, culpabilizam também os/as profissionais que estão à frente desse desafio.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de*

demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

No cotidiano profissional, em suas mais variadas facetas, é que o/a assistente social encontra as dificuldades e os desafios para assegurar as condições de trabalho e os direitos da população usuária, e, no que se refere a travestis e transexuais, soma-se a incompreensão sobre a identidade de gênero (seu devido valor na sexualidade humana e possíveis expressões vivenciadas a partir de seu estabelecimento) e também do próprio reconhecimento da diversidade humana, questão que ocasiona violento processo de discriminação.

O desconhecimento e a discriminação são os lugares sociais reservados para aqueles e aquelas que transpõem os limites das referências heteronormativas, ou seja, referências baseadas nos padrões e nas normas de uma sociedade pautada no modelo heterossexual, e as travestis e transexuais podem ser consideradas as principais protagonistas desse processo, pois têm a vivência prática da desconstrução dessa normativa.

Por mais que haja visibilidade e é inegável o espaço que os movimentos de lutas pelos direitos de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros vêm conquistando, o preconceito está presente na vida de travestis desde a infância. As que chegam ao envelhecimento atravessam a vida como alvo de ataques constantes, que se coloca na realidade da vida social, por meio da violência nas suas múltiplas faces: psicológica, física, sexual e moral.

1.2 Trajetória de Vida

A violência e discriminação são constantes e marcam o cotidiano de travestis e transexuais, que muitas vezes revelam os lugares de exclusão social, econômica, sexual, cultural e de gêneros em que se situam no cenário urbano.

A família pode se constituir um espaço de não aceitação e conflitos vividos por travestis, transexuais e seus familiares. Agressões verbais e físicas não são raras. Acompanhadas até mesmo da expulsão de suas casas, leva-as a recorrer a

amigos e pessoas que propiciem acolhimento, o que Green (2000) denomina de “redes sociais”.

Minha infância foi muito difícil, por conta da pobreza, do preconceito, do preconceito do meu pai. Eu não me aceitava. Eu era uma criança muito triste, de cantinho, vivia agarrada com minha mãe, segurada na perna dela. Meu pai me batia muito, mas minha mãe sempre me acolheu (Mayanne).

Eu apanhava quando era mais nova, por causa do meu irmão. Ele não aceitava (Patrícia).

Em pesquisas com travestis realizadas nas cidades de Salvador/BA, Porto Alegre/RS e Londrina/PR, respectivamente, Kulick (2008), Benedetti (2005) e Peres (2005) constataram a rejeição e o abandono familiar, importantes características na formação da identidade travesti. Já Duque (2009), ao pesquisar travestis adolescentes, no município de Campinas/SP, deparou-se com realidades em que a relação com suas famílias têm mostrado melhor aceitação e convivência.

Ao refletir sobre esse processo de exclusão no âmbito familiar e o respeito à sua identidade, a ativista Simpson (2011, p. 111) questiona uma travesti.

[...] estará literalmente à margem – ou será que nem lá, na margem, haverá um lugar? [...]. Assim começa a construção da identidade travesti, já colocada à margem. Ao descobrir que o menino não se comporta como prega o padrão preestabelecido, ele será colocado de lado; [...].

No que se refere ao campo da educação, a escola, na maioria dos casos, representa um espaço de muita dificuldade no trato da orientação sexual e de gênero, revelando falta de habilidade em lidar com a diversidade. Nesses espaços, travestis e transexuais vivenciam a intensificação da discriminação e intolerância, o que resulta na evasão escolar.

A baixa escolaridade, os despreparos técnico e profissional e a discriminação no mercado de trabalho caracterizam o cotidiano de travestis e transexuais. As queixas são recorrentes, visto que, por não terem a oportunidade de estudar e, conseqüentemente, obter uma profissão que lhes garanta a sobrevivência, acabam recorrendo à prostituição.

Na escola eu também enfrentava o preconceito, mas na escola eu batia, eu enfrentava. Eu sempre fui meio maloqueirinha. Minha adolescência, foi só

prostituição. Desde os 14 anos trabalhava como prostituta. Antes trabalhei na roça na safra de laranja. Minha adolescência, eu não tive, foi em zona, foi em pista, em porta de bar, se prostituindo em pista. Eu queria sair daquela pobreza, de um jeito ou de outro, só não queria roubar e matar. Então eu viajava, ia pra pista, ficava fazendo pista (Mayanne).

Patrícia está concluindo o ensino fundamental e considera ótima sua relação com os demais colegas de sala, refere que a respeita e não vê nenhuma forma de preconceito.

[...] sem emprego, sem escola – não porque não queira estudar, mas a escola a trata pior do que em casa, sem respeito a sua identidade, sem respeito de pares e superiores, então por que ficar nesse lugar? Trabalhar em quê? Afinal, não deu para se formar. Ou se tenta fazer algo por conta própria ou então vai fazer o que é mais fácil no ambiente novo ao qual foram conduzidas, com as referências que começaram a ser (SIMPSON, 2011, p. 112).

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), somente no ano de 2014, 326 pessoas foram assassinadas vítimas de homofobia e transfobia, no Brasil; a média de uma morte a cada 27 horas. Desse total de vítimas, 53% são gays; 43%, travestis; e, 4%, lésbicas. A metodologia da pesquisa e os números são questionados, visto que apenas os crimes divulgados pela mídia são contabilizados e, portanto, subnotificados. Até maio de 2015, já foram notificados 122 assassinatos, total que coloca o Brasil como um dos países com mais mortes de pessoas do grupo LGBTs⁷.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) mostram que 90% desse público está se prostituindo, no Brasil. Os números são parecidos com a pesquisa da Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), que revela que apenas 5% das travestis de Uberlândia estão no mercado formal de trabalho; e 95% prostituem-se. O fato coloca para as travestis e transexuais o desafio e a luta pela inserção no mercado formal de trabalho⁸.

⁷ São Paulo é, em termos absolutos, a metrópole onde ocorreram mais assassinatos no ano passado: 16, seguido do Rio de Janeiro e Bahia. João Pessoa é a capital mais perigosa, com 15,3 vítimas por milhão de habitantes, seguida de Teresina, com 11,9; e Cuiabá, com 10,4. Enquanto no Brasil, como um todo, os LGBT assassinados representam 1,6 de cada um milhão de habitantes, na Paraíba, esse risco sobe para 4,5; e 4,1 para o Piauí. Durante décadas, o Nordeste foi a região de maior incidência de crimes homofóbicos: pela primeira vez, em 2014, o Centro-Oeste emerge como a região geográfica mais intolerante, com 2,9 de “homocídios” para cada 1 milhão de habitantes, seguido do Nordeste (2,1), Norte (1,5), Sudeste (1,2) e Sul – a região menos violenta, com 0,7 mortes (Disponível em: < <http://grupogaydabahia.com.br/?s=assassinatos&submit=>>. Acesso em 18 jun. 2015).

⁸ Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/32210>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

Os territórios de prostituição têm se caracterizado como os locais fundamentais para a construção da pessoa travesti⁹.

A prostituição não é de todo ruim. Não quero aqui dizer que a prostituição seja negativa, porque não a vejo como tal – ela é sim uma profissão muito dura, mas rentável para quem sabe explorá-la. Temos exemplos positivos de boas profissionais e é para elas que escrevo estas linhas. Se uma travesti desenvolve a prostituição, faz dela o seu trabalho cotidiano e aplica todas as suas forças e experiências nesse trabalho, é também porque é rentável (SIMPSON, 2011, p. 112).

A partir do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de 2014, já foi possível a utilização, por parte de pessoas trans, do nome social, e a indicação de preferência do uso do banheiro. Foram 95 inscrições, de um total de 8.721.000 inscritos naquele ano, segundo dados do Ministério da Educação (MEC).

1.3 Constituição do Corpo

Hoje tem aquelas histórias que a gente é transexual, aquelas coisas, mas eu me defino como travesti. Mas lá fora é transexual. Travesti é aquela pessoas que coloca uma peruca e uma saia e sai.
(Mayanne)

Mas a gente é transexual lá fora, porque a gente tem peito, é feminina. Mas quem define o que a gente é, é a gente mesmo.
(Patrícia)

No caso das travestis, os processos de transformação do gênero e suas construções corporais contribuem para ampliar a compreensão dos processos culturais de construção do corpo, gênero e da sexualidade, o que, por sua vez, contribui para afastar imagens exóticas e as perspectivas vitimizantes, que ainda são correntes no senso comum (BENEDETTI, 2005).

Bento (2008, p. 55) explica que tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias localizadas no campo do gênero e que

⁹ O universo que foi apresentado em várias pesquisas anteriores como o principal destino, muitas vezes tido como o único, para a sociabilidade da experiência das travestis no Brasil (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2005; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007; KULICK, 2008).

representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros.

Por estarem referenciadas no gênero, é comum escutarmos mulheres transexuais diferenciando-se radicalmente das travestis.

“Transexual é uma coisa e trava [travesti] é outra. São muitas as diferenças. Elas são gritantes. Hoje não sou operada e nem por isso ‘vivo como travesti’. Travestis são pessoas que se sentem em parte como mulher, e até aceitam alguns caracteres masculinos... normalmente não pretendem realizar a CRS [cirurgia de redesignação sexual]. Vivem na condição feminina e masculina ao mesmo tempo e, não necessariamente são pessoas prostituídas, muitas vezes, se estão na prostituição, isso se dá por falta de opção de emprego, já que são muito discriminadas, não conseguem emprego e são criticadas até por *gays*, lésbicas e transexuais. Muitas transexuais estão vivendo como travestis, um pouco por não saberem se são exatamente transexuais e um pouco por falta de opção.” (texto escrito para um grupo de discussão na internet).

De acordo com a pesquisadora Pelúcio (2010, p. 77) a questão do reconhecimento para as travestis “parece ainda mais desafiadora e problemática”.

Primeiro porque o próprio termo de reconhecimento e autorreconhecimento está impregnado de significados depreciativos, o que tem custado às travestis um grande esforço de resignificação; segundo porque, como discutem Don Kulick e Charles Klein (2003) as pessoas, em geral, no Brasil não conseguem definir o que seria de fato ser travesti. Essa dificuldade em localizá-las em uma definição segura de gênero e orientação sexual as faz fascinantes e perigosas, sedutoras e poluidoras, com sensível predominância dos segundos termos dessas díades. De fato, a indeterminação é sempre entendida como perigo. Ainda que as travestis também saibam se valer disso como forma de defesa.

Para a autora, assim como Benedetti (2005), travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino, aceitando-o, convivendo sem grandes conflitos e que procuram aproximar seus corpos do gênero feminino, sem, contudo, se submeter à cirurgia de transgenitalização. “Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo-orientados” (PELÚCIO, 2006, p. 524-525).

As travestis, além dessas intervenções e da apreensão de uma série de técnicas corporais que as distanciam dos padrões masculinos, buscam agir, em muitos momentos, segundo prescrições de comportamentos instituídos como femininos, sem esquecerem, em contextos específicos, que dentro delas “mora um rapaz”, expressão habitual no meio (PELÚCIO, 2006, p. 524).

Em depoimento, Mayanne explica:

Desde os oito anos, eu me via diferente dos outros homens, já me sentia feminina. Aos 10 anos, já me sentia uma mulher. Eu sempre me vi diferente dos outros. Eu não era homem. Comecei a tomar hormônio aos 15 anos de idade, com orientação de uma travesti mais velha, tia de uma outra amiga travesti. E naquela época não existia muita burocracia, você chegava na farmácia e comprava. Quando eu comecei, eu já queria ficar feminina, eu não gostava nem de olhar meu sexo. Eu vivia escondendo, tanto que ficou deformado de tanto puxar ele pra trás. Depois, com o decorrer do tempo, uns 17 anos, eu já não tomava mais hormônio, mas eu já era feminina, feminina mesmo (Mayanne).

Patrícia possui prótese de silicone nos seios que colocou após retornar da Europa e silicone industrial nas nádegas, injetado pela própria cafetina da casa onde trabalhava no Brasil.

Para Fernanda Benvenutty, coordenadora da Antra, durante o Seminário Serviço Social e Diversidade Trans¹⁰ relata que o termo travesti não existe em outro lugar do mundo. No Brasil, é sempre utilizado numa abordagem pejorativa, ligado à violência, criminalidade, enquanto a transexual é aquela que nasceu em um corpo errado e que, portanto, sofre de disforia de gênero e busca a cirurgia de transgenitalização de sexo¹¹. Mas, para a autora, as categorias travesti e transexual são a mesma coisa e ainda ressalta que prefere trabalhar com a categoria de travestis porque a luta por visibilidade se deu mais fortemente pelo imprescindível papel político do movimento social relacionado.

As relações entre travestis mais jovens e mais velhas podem ser estabelecidas mediante o respeito, mas, sobretudo, de subordinação das primeiras às segundas, fazendo com que os espaços de trabalho das profissionais do sexo sejam demarcados por essas relações. O recorte geracional é determinante, principalmente na disputa por espaços na pista¹².

1.4 Políticas Públicas

¹⁰ Seminário Serviço Social e Diversidade Trans: Exercício Profissional, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, em debate ocorrido em São Paulo, nos dias 11 e 12 de junho de 2015.

¹¹ No que se refere à cirurgia de transgenitalização, ainda é necessário diagnóstico médico de transexualismo, o que denota e condiciona a patologização necessária à cirurgia.

¹² No vocabulário dos(as) profissionais do sexo, a *pista* é o local no qual exercem a comercialização do prazer sexual. O vocábulo, portanto, é utilizado para designar as ruas, avenidas, travessas, rodovias, e todo tipo de logradouro público que serve à passagem de veículos e pedestres e no qual os sujeitos em questão executam o *trottoir* (palavra da língua francesa que significa calçada. No Brasil, refere-se à prostituição exercida nas ruas, calçadas, etc.).

Dentre as várias vulnerabilidades institucionais relacionadas à diversidade sexual e de gênero, pode-se destacar o despreparo do profissional da rede pública de diversos setores e seus múltiplos fatores vivenciais, assim como a ausência de programas e ações que atendam às demandas específicas, o que evidencia que ora temos uma política esvaziada de direitos, ora esvaziada do social (AYRES, 1993).

As políticas públicas não são suficientes e efetivas para garantir a responsabilidade de atender esse segmento e enfrentar essas vulnerabilidades.

Patrícia afirma que acessa todas as políticas públicas de forma geral, mas refere que sente falta de uma modalidade que incentive as travestis a estudar e ingressar no mercado de trabalho formal e cita o Programa TransCidadania, do município de São Paulo, como exemplo que deveria se estender pelo País.

A Prefeitura do Município de São Paulo, com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, lançou, em janeiro de 2015, o programa TransCidadania, com o objetivo de promover a reintegração social e a reinserção das travestis e transexuais no mercado de trabalho. O projeto oferece bolsa de R\$ 840 para que concluam os ensinos fundamental e médio, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que acompanham cursos profissionalizantes. Cerca de 100 vagas são disponibilizadas, com duração de 2 anos, e a prioridade é para travestis e transexuais em situação de rua.

Tal experiência mostra-se positiva, sob o ponto de vista da garantia de acesso a políticas públicas voltadas às travestis e transexuais e possibilita a escolarização, profissionalização e o reconhecimento do nome social, mas ainda não é suficiente.

Mayanne refere que o preconceito está amenizado, mas que ainda há muito a avançar.

Antes, ao ser atendida por um médico, primeira coisa era pedir pelo exame de HIV, de hepatite, se não nem colocava a mão na gente. Hoje, o preconceito mudou tanto, que quando estava com o restaurante, foram me convidar para me candidatar a presidente do bairro. Eles insistiram tanto e foram tão educados que eu acabei aceitando e vencendo a eleição, coisa que nem acreditava (Mayanne).

Relata com muito orgulho o que considera uma conquista e o respeito perante a sociedade.

Eu construí o meu espaço na sociedade. Construí uma vida com minha família, com meu marido do lado. Eu entro num banco, eu vou no supermercado, se tiver que entrar na igreja, eu entro, se tiver que ir numa procissão eu vou (Mayanne).

Mayanne ainda aciona a estilística do bom cidadão, muito utilizada entre travestis, para se referir ao comportamento.

Como forma de resistência, ao desenvolver respostas a recorrentes interpelações, verificam-se alguns exemplos criados por travestis, como o “escândalo” e a estética do “bom cidadão” (PELÚCIO, 2010, p. 77).

Algumas constroem imagens de perigo em torno de si; articulam redes de proteção que vão da casa até a rua e, ainda, que estas não evitem que algumas tenham fins trágicos, de alguma forma, proporcionam meios de trânsito e defesa. Entre estas tantas estratégias, as travestis acionam o “escândalo”, a fim de alargar a abjeção, conseguindo, por vezes, atingir aos clientes, intimidar policiais ou ter voz em espaços de poder.

Para se fazer como sujeitas de direitos, as travestis também utilizam um “bom” comportamento ou, nas palavras de Pelúcio (2010, p. 78), se adéquam à “estética do ‘bom cidadão’”, pois “acreditam que para obterem esses direitos devam ser e agir como se já fossem possuidoras deles” .

Aprendi com uma travesti que tinha passaporte italiano que não adiantava bater de frente, não adianta xingar. Tem que ter educação. Ela falou: Amiga, é mais fácil você ser artista do que passar raiva toda hora (Mayanne).

1.5 O Reconhecimento e a Garantia do Nome Social

Algumas conquistas já podem ser celebradas, como o direito ao reconhecimento do nome social, que aqui no Brasil era usual apenas no Sistema Único de Saúde (SUS), e agora conta com a Resolução 11, de 18 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais; e a Resolução 12, de 16 de janeiro de 2015¹³, que estabelece

¹³ Ambas publicadas no DOU, Seção I, n. 48, de 12/3/2015, p. 2-3t.

parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais, nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Patrícia relata que tem seu nome social reconhecido na escola, mas, no início, teve que conversar com professores e diretora para que fosse respeitado, inclusive pelos colegas de sala.

Mayanne passou por situação constrangedora ao acessar um serviço de saúde por ter sido chamada para atendimento pelo nome de registro civil. Mas, segundo ela, também orientou e cobrou dos profissionais de saúde o respeito pelo nome social.

Enquanto na Argentina e no Uruguai o nome social já é garantido na documentação civil e em outros serviços, no Brasil, não há uma lei nacional de reconhecimento da identidade de gênero¹⁴, mas um projeto de lei prevê que pessoas trans¹⁵ modifiquem seus documentos de forma que o estado brasileiro reconheça suas identidades, sem acionar o Judiciário.

A aprovação dessa lei vai permitir o reconhecimento da identidade dessas pessoas que muitas vezes têm suas vidas interditas como resultado de um Estado que, devido a essa forma jurídica, tem uma compreensão binária, reconhecendo apenas a partir da leitura do sexo, homem ou mulher.

O direito ao nome social evidencia a luta pela cidadania, por condições de vida, e, sobretudo, pela vida e a valorização do gênero feminino das travestis e transexuais, que está ligada à garantia do direito de utilizar o nome social em serviços de saúde, por exemplo, segundo a livre escolha da sujeita, para ser

¹⁴ O Projeto de Lei de Identidade de Gênero (PL 5002/2013), também conhecido como Lei João W Nery, prevê que as pessoas trans modifiquem seus documentos de forma que o estado brasileiro reconheça suas identidades de fato, sem necessidade de acionar o Judiciário, contratar advogados, e, ainda, sem exigir autorizações e laudos de médicos e psicólogos, apenas procurando o cartório que lavrou a certidão de nascimento. É importante reforçar que o direito à identidade reconhecida é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal e um dos pilares do estado democrático de direito: a dignidade da pessoa humana. Atualmente, no Brasil, a decisão de promotores e juízes tem sido embasada na Lei de Registros Públicos, de 1973, porém, na maioria dos casos, para ter esse direito reconhecido, as pessoas trans são obrigadas a se submeter a uma cirurgia de transgenitalização, o que evidencia a compreensão do seu gênero a partir do seu sexo biológico.

reconhecida sua identidade social. A garantia e o respeito à identidade de gênero são direitos fundamentais e a base para ser pensada a efetivação de outros direitos.

O respeito e a garantia à construção feminina estão entre as principais reivindicações do movimento organizado das travestis e transexuais, indicando que é parte constitutiva de sua cidadania. Portanto, o emprego do substantivo travesti como pertencente ao gênero gramatical feminino, além das razões que valorizam o próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis, usualmente empregado na flexão feminina, é também uma justificativa política.

1.6 Entre Reivindicações, Conquistas e Desafios

Outras lutas relativas à promoção da cidadania LGBT têm, hoje, a defesa de algumas frentes de atuação, para a garantia dos direitos dessa população. Entre elas, além da lei da identidade de gênero, cuja função é garantir o respeito ao nome social de transexuais e travestis, estão o tratamento com hormônios e a despatologização da transexualidade e uma legislação que criminaliza a transfobia¹⁶.

Se a vida dos indivíduos que pertencem a grupos LGBT costuma ser muito difícil quando se trata de direitos, preconceitos e discriminação, para travestis e transexuais a vida é, certamente, pior. Embora todos lutem pela igualdade de direitos e não discriminação, as demandas transexuais são, além disso, muito mais específicas. Estão centradas no direito a fazer cirurgia de transgenitalização por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), no direito à troca de nome e sexo na documentação e, mais recentemente, no direito à despatologização da transexualidade (ZAMBRANO, 2011, p. 103).

Em 14 de maio de 2013, foi aprovada a Resolução 175 que dispõe sobre a habilitação, celebração do casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo.

Essa garantia tem alavancado a organização desse segmento, mas a luta continua pelo direito de expressão do seu corpo, e, principalmente, pela recusa da

¹⁶ O Projeto de Lei 122/2006, da Câmara, que equiparava a homofobia ao racismo, e propunha a criminalização de preconceitos motivados pela orientação sexual e identidade de gênero, foi arquivado em janeiro de 2015.

condição de abjeto, que não confere o *status* de humano a travestis e transexuais, incluindo pessoas LGBTs.

O enfrentamento do cotidiano pela via da resistência coloca uma questão e o desafio de como mobilizar os sujeitos para enfrentar as dificuldades por essa via, e não do sofrimento. O cotidiano, como categoria dialética, é o do tempo miúdo, mas também o de superação, pois é o espaço onde essas sujeitas se constroem e constroem vias de superação, reivindicando seus direitos, movimentando-se em novos espaços de sociabilidade, optando por vias de superação e negando as de conformismo.

São exemplos algumas situações de violação de direitos em espaços sócio-ocupacionais onde o/a assistente social¹⁷ está inserido e que, portanto, deve, ou pelo menos deveria, ser refletido e discutido com a equipe de trabalho.

Particularmente, pontuamos três casos como os mais emblemáticos de violações envolvendo travestis e transexuais, nesse espaço, no período supracitado. Uma das formas se dava no momento de internação hospitalar, ao serem alocadas em enfermarias masculinas, fato que as impedia de viver sua orientação sexual e identidade de gênero na plenitude, portanto, desrespeitando-as como seres humanos; o descaso do cirurgião plástico, ao atender uma fratura de nariz de uma profissional do sexo, resultado de agressão física na rua, como se fosse merecida, pelo trabalho que desempenha; por fim, o fato de não considerarem o nome social no cadastro de atendimento, algo extremamente vexatório e opressor para uma travesti ou transexual, logo na porta de entrada daquele serviço.

As intervenções como assistente social, bem como os questionamentos e as problematizações, se davam por entender que tais situações são compreendidas como motivo de constante humilhação, inferiorização e constrangimento contra essas pessoas, baseado em dimensões de suas vidas, como gênero e sexualidade, e colidiam com os valores contidos no Código de Ética Profissional.

Essa compreensão não era compartilhada por todos os demais colegas assistentes sociais, como também profissionais de outras áreas, os quais, pelo contrário, tinham a concepção de que o corpo deveria refletir o sexo e,

¹⁷ A temática da sexualidade vem crescendo em vários campos, inclusive no Serviço Social, em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, porém, ainda requer ampla discussão.

automaticamente, estava anulada qualquer performatividade de gênero que acontece fora dessa lógica, colocando-as às margens.

Recentemente (em 12 de abril de 2015), a travesti Verônica Bolina, acusada de agredir violentamente uma vizinha idosa, e já na prisão, acusada de também agredir gratuitamente um carcereiro, arrancando-lhe a orelha em decorrência de uma mordida, ganhou destaque na mídia nacional, após fotos de Verônica com o rosto totalmente inchado e marcado por diversos hematomas, sentada no chão, algemada, com os seios à mostra e com o cabelo curto, como se tivesse sido cortado, tiradas pelos próprios policiais, circularem pela Internet, mobilizando vários coletivos de direitos humanos e movimento LGBT.

A latente transfobia institucional e o desrespeito à identidade de gênero, que a polícia está habituada a praticar contra pessoas trans levaram a uma investigação para apurar se Verônica havia sido torturada e garantir que a sua integridade física¹⁸ fosse respeitada.

O que o movimento de travestis e transexuais tem feito, desde então, é tentar que o caso seja investigado e que Verônica tenha seu direito à ampla defesa e, se confirmado o ato de que é acusada, que seja devidamente punida criminalmente pelas agressões que cometeu. Portanto, o que está em questão não é a isenção de culpa nem muito menos a defesa da impunidade de Verônica, mas que seja garantido o seu direito de defesa, resguardando também sua integridade física e dignidade (o que inclui o respeito à sua identidade de gênero feminina), da mesma forma como seria tratada uma pessoa não trans.

A exposição de Verônica algemada e de seios à mostra se dá em decorrência da incompreensão de sua identidade de gênero feminina e da sua não aceitação como travesti, uma forma clara de deslegitimá-la, descaracterizá-la, ridicularizando-a e remetendo-a ao gênero masculino.

Outra violação de direitos refere-se ao fato de colocarem Verônica em uma cela comum, visto que há, tanto no estado de São Paulo, como em outros, portarias que garantem celas especiais para pessoas LGBTs, assim como portaria especial

¹⁸ Sabemos que a violência praticada contra Verônica vai além do desrespeito à sua integridade física, mas também envolve sua integridade moral, visto que não respeitar sua identidade de gênero feminina é uma forma de violência moral e psicológica.

da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de 2014, que oficializa o tema.

Fica explícito que o Estado e a sociedade se colocam de forma autoritária, machista e heterossexista, em relação à garantia do direito de seus cidadãos, que sucumbem ao viés conservador de suas estruturas.

Uma vez que Verônica se encontra sob a tutela do Estado, deve ter preservada a integridade física, moral e psicológica e não o contrário, e cabe ao movimento LGBT adiantar-se para que, nesse e em outros casos, a violência (estatal) e brutalidade cotidianas não sejam naturalizadas e para que os responsáveis não fiquem impunes.

Não é aceitável o tratamento desumano, portanto, o ocorrido precisa ser investigado e isso não significa que Verônica tenha privilégios, mas direito à justiça.

Relatório inédito do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que ouviu 50 pessoas nos presídios Evaristo de Moraes, Esmeraldino Bandeira, Instituto Penal Plácido Sá Carvalho e Alfredo Tranjan (Bangu 2), entre fevereiro e março deste ano, mostra que travestis e transexuais são vítimas de todos os tipos de abusos, pois “elas não têm sua identidade reconhecida pelos agentes e são tratadas com agressões e violações de direitos”.¹⁹

O relatório ainda traz relatos de travestis torturadas por policiais; transexuais que têm seus cabelos raspados pelos agentes e são obrigadas a tomar banho de sol sem camisa, mesmo que muitas delas tenham próteses de silicone. Além disso, são forçadas a ficarem nuas na revista íntima, na frente de outros presos, e não têm garantida a manutenção do tratamento hormonal, motivo pelo qual surgem barba e pelos.

Em sua dissertação de mestrado, Ferreira (2015) relata como ocorre o controle dos corpos de travestis nas prisões, um importante instrumento que aponta o aprofundamento da violência sofrida e a reiteração do cerceamento dos direitos cotidianos.

Nessa perspectiva, ao se apoiar em Butler, Louro (2010, p. 146), analisa:

¹⁹ Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-14/transexuais-sofrem-agressoes-e-abusos-dentro-de-penitenciarias.html>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Judith Butler falou-nos de normas regulatórias que regem as sociedades. Tais normas supõem que um corpo, ao nascer, seja nomeado, sem hesitação, como macho ou fêmea e, uma vez feita esta distinção, que este sujeito assuma um dos dois gêneros – masculino ou feminino – e experimente o desejo por alguém de sexo/gênero oposto.

Esse suposto alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) sustenta a heteronormatividade, ou seja, produz e reitera de forma compulsória a norma heterossexual.

Uma vez que se espera que todos sejam (ou devam ser) heterossexuais, segue-se que as instituições e os sistemas de saúde ou de educação, a justiça ou mesmo a mídia são construídos, basicamente, à imagem e semelhança desses sujeitos. Como todo processo normativo, a heteronormatividade é onipresente. Ela é, também, praticamente, invisível e, de certo modo, silenciosa. Ela é *naturalizada*. A heteronormatividade só é reconhecida como um processo social, quer dizer, como algo que é *fabricado, produzido e reiterado* a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos *gays* e *lésbicos* e aos estudos *queer* (LOURO, 2010, p. 146).

Dentro do modelo heterossexual, é impossível e inconcebível discutir que a condição de gênero se formula independentemente do sexo e que, ao contrário do sexo, gênero se constitui a partir de sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Gênero sempre é pensado a partir do sexo, das formas, dos atos, e o discurso tem a função fundamental de formatar esses corpos homem, corpos mulher, buscando a inteligibilidade desses e como devemos entendê-los por meio da razão, pelo uso da racionalidade, visto que somos fruto do discurso que formata os corpos, e nos tornamos homem-mulher pela reiteração cotidiana desse discurso, que materializa os corpos; e a heteronormatividade regula as relações, mesmo as homossexuais.

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas (BENTO, 2008, p. 36).

O objetivo é entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, como tendo identidades plurais, múltiplas, que se transformam, pois não são fixas ou permanentes, e podem, até mesmo, ser contraditórias.

(...) algumas experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (BENTO, 2008, p. 30-31).

Por meio do modelo heteronormativo é que muitos assistentes sociais orientam seu fazer profissional, e entendem que a heterossexualidade se apresenta como norma, ou seja, demarca, com seus parâmetros, o campo da normalidade.

O movimento feminista trouxe estudos de gênero, que provocaram profundas transformações e deslocamentos tanto no nível político e das relações entre homens e mulheres, cujas novas dinâmicas são incontestáveis. O conceito de gênero transitou de uma base natural e orgânica, ligada a uma dimensão biológica, para uma perspectiva construída a partir de valores, práticas e significados culturais e históricos que podem ser reinterpretados e resignificados.

Simone de Beauvoir publicou em 1949 a obra histórica *O Segundo Sexo*, e lhe é atribuída a responsabilidade por ter transformado o modo como se pensava a subordinação das mulheres em relação aos homens. Mas quem mencionou e conceituou o termo *gênero* pela primeira vez foi Robert Stoller, em 1968. Contudo, esse conceito só se tornou mais conhecido a partir de 1975, com a formulação da antropóloga Gayle Rubin sobre o *sistema sexo-gênero*. Este sistema, mencionado anteriormente, seria um conjunto de arranjos em que a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (IRINEU, 2009, p. 52).

As relações de gênero envolvem o jogo do poder entre homens e mulheres e se constroem baseadas nas diferenças entre os sexos e se reproduzem em várias instâncias, como nas práticas sociais, no cotidiano, nos valores e nas normas e também nas instituições (família, escola, igreja, trabalho e lazer).

Por meio dessas instituições, a sociedade tenta materializar nos corpos (sexo biológico) verdades absolutas para os gêneros e reproduzir o modelo hegemônico da mulher - delicada, bondosa, carinhosa, mãe dedicada -, e do homem - macho, viril, trabalhador, que não chora.

Mesmo antes de nascer, as pessoas já têm determinadas sobre seus corpos expectativas sobre comportamentos, gostos e subjetividades, expectativas essas

materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos de vida para o futuro filho, ou filha.

Segundo Weeks (1986), a sexualidade é social, pois é construída como todas as outras esferas da vida, de arbitrariedades, sob moralismos e convenções históricas, que vão se naturalizando e universalizando, criando hierarquias de normalidades e aceitação social. Essas percepções naturalizadas são incapazes de questionar radicalmente as normativas de gênero e sexualidade e, no campo das políticas sociais, esse questionamento poderia possibilitar a elaboração de políticas sexuais que se aproximassem da efetiva democracia sexual.

A linha de inteligibilidade do humano é pensada por intermédio do “corpo – gênero – sexualidade” e dos polos masculino e feminino, e na relação destes com seus opostos, dada assim também a nossa capacidade de compreensão da existência do outro. Ou o sujeito é isso ou aquilo. Os efeitos do discurso “ou isso ou aquilo” – possibilidades de compreensão nos polos – se manifestam na impossibilidade de escutar, falar ou pensar, em forma de relações não heterossexuais. A universalidade do atendimento no âmbito das políticas públicas torna o “sujeito de direitos” destinatário de políticas com cunho universal. Por essa universalidade, são abarcadas as diferentes formas de raça/etnia, orientação sexual, cultura e as diferentes formas de expressão.

Ao problematizarmos e intervirmos sobre os efeitos da normalização, que se expressam em nossa cultura ocidental marcando uma linha de inteligibilidade e de elegibilidade para o “humano”, tratamos de denunciar concepções e práticas heterossexistas que revelam a fragilidade de instituições e políticas públicas; a violência não raras vezes perpetuada pelo Estado; e os efeitos destas no âmbito maior de nossa sociedade, com a corrosão da democracia (POCAHY, 2007, p. 10).

Ao analisar a “inteligibilidade cultural a qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”, por meio do termo matriz heterossexual, Butler (2003, p. 216) considera que o modelo discursivo hegemônico caracteriza a inteligibilidade do gênero, a partir do qual se presume que os corpos são coerentes e fazem sentido, ou seja, masculino expressa macho e feminino expressa fêmea, que é necessário haver um sexo estável, “definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade”.

Butler (2003, p. 154-155) sustenta, ainda, que as normas regulatórias do “sexo” materializam a diferença sexual a serviço do que chama de “imperativo heterossexual”, e que essa definição de sexo “(...) é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável; é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”. Esta se torna uma “matriz excludente pela qual os sujeitos são formados”, e produz seres abjetos, “aqueles que ainda não são sujeitos”. Para Butler (2003, p. 38), na medida em que as práticas reguladoras de formação e divisão de gênero constituem a “identidade, a coerência interna do sujeito e o *status* auto-idêntico de pessoa”, essas não são características da condição de pessoa, mas normas de inteligibilidade:

Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 155).

A partir da demarcação do lugar do heterossexual e das demais classificações de grupos “dominantes”, o poder é assim naturalizado entre grupos sociais normatizados e que ocupam quase sempre posições centrais, ditando aos demais as formas de representação, pois falam por si e pelos outros, tanto pela negação dos demais ou por considerá-los subordinados. Desta forma, a heterossexualidade se naturaliza, é universal e normal, e as demais manifestações são o contrário dessas premissas.

As experiências coletivas e públicas, como o ambiente escolar, cujo espaço é de frequência obrigatória para todas as classes sociais, ao menos até a adolescência, é um campo de análise privilegiado para demonstrar o disciplinamento dos corpos. Louro (2001) indica que, mesmo não atribuindo à escola papel determinante nas identidades sociais, seus aspectos condicionantes têm parte significativa nas histórias pessoais. As estratégias de disciplinamento e controle produzem, individualmente, culpa e vergonha, remetendo ao segredo e privado, permeados por processos de controle e censura sociais, e que acabam por

incorporar-se e constituir a subjetividade dos sujeitos. Isso resulta em não mais perceber a sexualidade como social e política, mas como ligada ao privado.

Por heteronormatividade, entendem-se aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e pessoais, percebida como um estado natural e também se projeta como um objetivo ideal ou moral (WARNER apud MISCKOLCI, 2007, p. 5).

De certa forma, a pessoa que não se sente confortável com a identidade de gênero atribuída por seu sexo biológico, produz uma revolução nos conceitos pre-estabelecidos da sociedade. O reconhecimento das possibilidades que surgem nos âmbitos da orientação sexual e da identidade de gênero compõe a diversidade sexual, que deve ser respeitada como parte da diversidade humana, e, assim, parte dos direitos humanos necessários à construção de uma sociedade igualitária e justa.

O respeito à autonomia, democracia, superação da inferiorização do outro, perpassa necessariamente pelo respeito à diversidade sexual. A importância da visibilidade do tema é desnaturalizar a imposição da heteronormatividade, oposta à luta dos patamares de sociabilidade em que a diversidade é efetivamente reconhecida.

A sexualidade humana sofreu historicamente um árduo processo de polarização sexual, que estabeleceu referências opostas: masculino x feminino, homem x mulher, macho x fêmea, valorizando os discursos binários em detrimento da inserção da temática da sexualidade nos campos social e político.

Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, o que significa dizer que dela decorre um conjunto de elementos que estrategicamente produzem algo, uma invenção social constituída de discursos e valores pautados em uma materialidade do sexo que regularizam, normatizam, instituem saberes e produzem verdades. Nesse sentido, o Estado reproduz esses valores, visto que ele próprio é a representação da sociedade civil, lócus de produção e reprodução desses valores.

Foucault (1988, p. 33) analisa a forma como o Estado se apropria do discurso sobre o sexo, no século XVIII, e aponta como o sexo se torna objeto de disputa entre Estado e indivíduo: “(...) o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”.

(...) é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988, p. 33-34).

Ao estender suas análises para os séculos XVIII e XIX, Foucault (1988, p. 43) mostra como a medicina, a psiquiatria e até a justiça penal se valem desses discursos sobre o sexo.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto?

O autor questiona se essa forma de apropriação da sexualidade, há dois ou três séculos, não teria como função “assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?” (FOUCAULT, 1988, p. 44).

O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais (FOUCAULT, 1988, 44).

As práticas sexuais eram regidas por três influentes códigos, até o final do século XVIII (FOUCAULT, 1988): o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil, que determinavam o que era lícito e ilícito, e consideravam pecado e crime a homossexualidade e as relações fora do casamento.

A homossexualidade foi fortemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelos discursos religioso e médico-científico, a considerou, ao

longo do tempo, como crime, pecado, anomalia, distúrbio e patologia, gerando formas violentas de discriminação, que se perpetuam até os dias atuais.

Discursos históricos sobre homossexualidade²⁰ colaboraram para que a não heterossexualidade se tornasse uma dimensão importante da construção social das posições e práticas identitárias da política contemporânea. É importante destacar que, na história da humanidade, sempre existiram comportamentos não heterossexuais.

Freud e Kinsey²¹ desenvolveram estudos que contribuíram para a sua desmistificação, enquanto orientação e expressão sexual “normal”, dada a diversidade sexual humana.

No entanto, somente a partir da metade do século XX essas questões começam a ser questionadas e pensadas no âmbito da diversidade sexual, com a organização de grupos sociais e estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade.

Nessa direção, podem ser citados, dentre vários outros estudos que contribuem com a discussão sobre a sexualidade fora do *status* da patologia ou da perversão, os de Butler (2003) e Fry (1982), que versam sobre a sexualidade como um construto complexo que relaciona fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, étnicos, religiosos, políticos e geográficos.

A ciência moderna aparece para sustentar a ordem burguesa e, para isso, utiliza discursos capazes de regular os papéis e comportamentos sexuais, colocando a heterossexualidade burguesa como “natural” e, em contrapartida, a homossexualidade como crime ou pecado.

Nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ainda permanece um desafio encarar que vivemos em uma ordem heteronormativa, na qual mesmo homossexuais são induzidos a

²⁰ Foucault (1988); Kinsey (1948; 1953); dentre outros.

²¹ A publicação dos dois livros pioneiros de Alfred Kinsey sobre sexualidade humana, em 1948 (*O Comportamento Sexual do Homem*) e 1953 (*O Comportamento Sexual da Mulher*), provavelmente exerceu mais influência nas concepções modernas sobre a sexualidade do que qualquer outro trabalho realizado desde os de Sigmund Freud. Embora a pesquisa que deu origem aos chamados relatórios de Kinsey não tenha se baseado na geração que vivenciou a chamada revolução sexual, posterior à Segunda Guerra Mundial (Kinsey havia abordado pessoas que cresceram entre as duas guerras), os relatórios acabaram se tornando, na consciência popular e na história da cultura norte-americana, símbolos da revolução sexual (GAGNON, 2006).

adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas transferindo a linha da abjeção para quem rompe com as convenções de gênero, por exemplo. Não por acaso, travestis, transexuais e gays femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, gays masculinos e lésbicas femininas (MISKOLCI, 2011, p. 55).

Em uma sociedade heteronormativa, a homossexualidade apresenta-se como subversão ao modelo vigente, e os homossexuais ficam invisíveis e estigmatizados socialmente, indicando a aceitação de apenas uma prática sexual correta.

Homossexualidade e heterossexualidade fazem parte de um mesmo sistema, onde aparecem hierarquizados, e em que a segunda precisa da primeira como limite, como campo do abjeto. Portanto, fica explícito que a heteronormatividade não aceita os desejos, as vivências que rompam com seu modelo.

Na disputa com as normas é que se impõe e passa a funcionar o que se determinou serem dispositivos de gênero e sexualidade, reconhecendo o público LGBT como sujeitos, e também uma forma de ampliar a liberdade, luta e recusa às determinações medicalizantes do corpo, prazer, e dos desejos (POCAHY, 2007).

A sexualidade, a homossexualidade e a cidadania ainda são desafios a serem superados na dimensão do respeito dos direitos humanos na “diferença”. Além da sexualidade, somam-se outras dimensões de análise, como: classe social, geração, nacionalidade, gênero, raça/etnia, todas voltadas à compreensão dos múltiplos processos implicados nas relações de poder contidos na sociedade.

A sexualidade não diz respeito apenas às múltiplas formas como “naturalmente” homens e mulheres vivem suas preferências, seus desejos, sentimentos, suas intimidades e seus prazeres. É, também, uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos (POCAHY, 2007).

A sexualidade não é natural, as identidades sexuais, posições sexuais e práticas das sexualidades são construídas sociopolítico e historicamente, e, por serem construídas dessa forma, são criados consensos morais hegemônicos, que fazem com que, em contrapartida, o debate e a luta sobre os direitos de igualdade nas diferenças sejam realizados.

Como muito bem observa Louro (2010, p. 145-146):

(...) a heterossexualidade não é natural, e sim que é, como qualquer outra forma de sexualidade, construída e aprendida ao longo da vida. Apesar disso se espera que todos sejam ou devam ser heterossexuais. A heterossexualidade assumiu um caráter compulsório nas sociedades ocidentais. Este tipo de análise já foi realizada por vários teóricos e teóricas, mas é possível dizer que foi, no âmbito dos estudos *queer*, que se radicalizou a crítica à centralidade da heterossexualidade.

É importante ressaltar que há uma lacuna na formação profissional do/a assistente social no que tange a questões relacionadas a gênero e sexualidade. Em vários cursos de graduação, não há a disciplina de Gênero e as disciplinas de Ética e Movimentos Sociais são as que mais acolhem tais assuntos, porém, com abordagem transversal²².

Nem todas as ações têm implicações para os outros, como a orientação sexual e identidade de gênero, porém, muitas vezes, são julgadas de forma moralista, fazendo cumprir o papel ativo da consciência no juízo de valor acerca das relações humanas e o papel ideológico desempenhado pelos preconceitos morais na preservação dos costumes (BARROCO, 2010).

Instituídos, esses valores morais passam a se estruturar como sistema normativo, que acabam por regular o comportamento dos indivíduos, mas, assim como há um sistema normativo que regula esse comportamento, é necessária a transgressão, a partir da relação do indivíduo com essa estrutura moral da sociedade. Na sociabilidade do capital, a moral exerce função ideológica.

Conservadorismo crescente, acentuado e expresso por uma variável externa do preconceito pela via do moralismo e que repercute de forma intensa na sociabilidade contemporânea, que, no caso do segmento LGBT, mais especificamente de travestis e transexuais, isso se acentua de modo intenso, uma

²² Os Grupos Temáticos de Pesquisa foram criados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), para discutir os encaminhamentos da pesquisa, sobretudo no que se refere a critérios que são estranhos às Ciências Humanas e Sociais. Dadas as especificidades do Serviço Social e a perspectiva teórica que referencia as análises da realidade em que a profissão atua, foram estabelecidos os seguintes eixos temáticos de pesquisa: 1. Trabalho, questão social e Serviço Social; 2. Política social e Serviço Social; 3. Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; 4. Movimentos sociais e Serviço Social; 5. Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; 6. Classe, gênero, raça etnia, geração, diversidade sexual e Serviço Social; e 7. Ética, direitos e Serviço Social.

vez que já sofrem com a violência e expropriação das suas identidades de gênero, história e suas vivências.

Ao analisar o cotidiano como espaço que propicia a reprodução de valores de forma acrítica e, conseqüentemente, contribui para formas de preconceito, exatamente por suas características de espontaneidade, pragmatismo e heterogeneidade, Barroco (2010a, p. 38) afirma que:

Na vida cotidiana, a relação entre o indivíduo e a sociedade se faz de modo espontâneo, pragmático, heterogêneo, acrítico; o “nós” é geralmente apreendido como aquele pelo qual o “eu” existe, ou seja, através de uma identificação imediata. O indivíduo responde às necessidades de sua reprodução sem apreender as mediações nelas presentes; por isso, é característico do modo de ser cotidiano o vínculo imediato entre pensamento e ação, a repetição automática de modos de comportamento.

Ainda analisando como a repetição acrítica dos valores e a alienação da vida cotidiana se expressam por meio do moralismo vinculado a um conservadorismo e, conseqüentemente, do preconceito, Barroco (2010b, p. 72) refere:

Em função de sua repetição acrítica dos valores, de sua assimilação dos preceitos e modos de comportamento, de seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador, a vida cotidiana se presta à alienação. A alienação moral também se expressa através do moralismo, modo de ser movido por preconceitos. Devido ao seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização, o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, em juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre pensamento e a ação (...).

Sobre como o preconceito pode ser praticado de forma direta, sem mediação, e também de forma indireta, Heller (2008, p. 69) afirma:

(...) crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito.

Segue ainda afirmando que, frequentemente, um preconceito social típico não consegue exercer função rígida de preconceito em todos os membros da sociedade.

(...) muitas vezes, trata-se apenas de um juízo provisório que consegue se afirmar tão só até o momento em que o indivíduo se vê confrontado com verdades que ignorava. O modo de “provar” se um preconceito social tem

função de preconceito também no indivíduo ou carece dela, consiste sempre na confrontação com os fatos (HELLER, 2008, p. 70).

Segundo Heller (2008, p. 84), o preconceito não basta para que um homem seja imoral, “mas isso depende essencialmente da relação da individualidade com a totalidade, das consequências e das motivações do preconceito”. Dessa forma, verifica-se que o preconceito é histórico, e a forma como se expressa ganha materialidade como é veiculado nas diferentes formas de vida do sujeito, e se constrói na própria história, por meio do conjunto de objetivações do ser social.

Mas, ao afirmar que o preconceito, via de regra, é considerado moralmente negativo, Heller (2008, p. 85) assim justifica:

Porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. Não podemos, portanto, dizer que todo homem predisposto ao preconceito é “imoral”. Mas podemos afirmar que, sob todos os aspectos nos quais tem preconceitos, ocorre uma diminuição para o homem de suas possibilidades de uma escolha adequada e boa, historicamente positiva, e, com elas, a possibilidade de uma explicação da própria personalidade.

Vale ressaltar que mesmo sendo, o cotidiano, espaço do espontaneísmo, pragmatismo e da repetição acrítica dos valores, exatamente por pressupor reflexão teórico-crítica.

[...] não significa a inexistência de mediações, mas que, no âmbito do cotidiano, elas permanecem ocultas pela aparência imediata dos fatos, dadas a espontaneidade e a rapidez com que são apreendidas e a forma como se manifestam no âmbito da alienação (BARROCO, 2010a, 38).

O cotidiano abarca a alienação e também a elevação ao humano genérico, porém “por suas características, o moralismo é uma forma de alienação moral, pois implica na negação da moral como uma forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres, de construção da particularidade” (BARROCO, 2010a, p. 48).

Para Barroco (2010b), no contexto da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho e de classes, a universalização da moral, em torno de normas abstratas, não significa sua realização universal, pois tende a atender a necessidades e interesses privados e nega a práxis, as capacidades humanas; a defesa de direitos e valores emancipatórios tão necessários, principalmente em se tratando de processos de desumanização.

O resultado da articulação das diversas formas de preconceito e discriminação apresenta-se nos segmentos de raça, sexo, classe, geração, orientação sexual e deficiência.

O preconceito, mecanismo social, é um instrumento importante na manutenção das hierarquias sociais, ao colaborar para produzir formas subalternas de cidadanias e, a partir da politização das sexualidades é que se dão os enfrentamentos em torno da visibilidade e dos direitos homossexuais.

O pensamento conservador expresso no moralismo e preconceito repercute de forma incisiva na construção da sociabilidade contemporânea e no que concerne a travestis e transexuais verifica-se de maneira acentuada.

O modo de ser capitalista, por outro lado, é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja,

[...] em uma lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, na competitividade e no individualismo; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado (BARROCO, 2010b, p. 157).

Dessa forma, é imprescindível desmistificar os fenômenos que se apresentam como naturais, são sedimentados pela ideologia dominante e justificados pela dinâmica capitalista.

A ideologia dominante exerce função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe, em que a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada; tratada em função de suas consequências; e abstraída de suas determinações sociais (BARROCO, 2010b).

Ainda que a interação entre moral, as relações sociais de produção e de dominação político-ideológica não seja imediata, nem mecânica; ainda que a ideologia dominante não seja absoluta, a sociedade não se (re)produz sem a existência de um certo consenso ideológico que corresponde a determinada sociabilidade e cujos valores adquirem significados de acordo com as necessidades objetivas de (re)produção da sociedade, em sua totalidade. Nesta perspectiva, faz parte da existência das próprias classes, em sua relação de dominação/subordinação, a representação universal dos valores que expressam interesses e necessidades das classes dominantes (BARROCO, 2010a, p. 53).

O cenário apresenta um quadro de generalização das relações mercantis a todas as esferas e dimensões da vida social; reconfiguração da relação Estado e

sociedade civil, dificultando as lutas e os movimentos sociais em uma conjuntura já adversa para os trabalhadores.

A ideologia dominante possibilita o ocultamento das contradições entre a existência objetiva de valores humano-genéricos (expressos pelas normas abstratas) e suas formas de concretização (seus significados históricos particulares), entre os valores humano-genéricos e sua não realização prática (BARROCO, 2010a, p. 53).

E nada expressa de forma mais clara esse conservadorismo do que a atual Câmara dos Deputados, que é apoiada pela mídia burguesa, e possui as bancadas evangélica, da bala, ruralista e propõe o Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta a Terceirização e, conseqüentemente, rebaterá ainda mais e de forma contundente a precarização das relações de trabalho; o PL 6.583/2013, do Estatuto da Família; e o PL 171/1993, sobre a redução da maioridade penal.

O cenário político, hoje, é extremamente conservador e essa postura produziu reflexos no período das eleições presidenciais de 2014 com as pessoas demonstrando, principalmente nas redes sociais, ódio contra pobres, nordestinos, e outros grupos ditos de minorias.

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011, p. 209).

Um ano antes, o deputado e pastor Marco Feliciano foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, o que significa uma afronta à Constituição Federal de 1988 e à laicidade do Estado, visto que, por mais que parlamentares, como o próprio Marco Feliciano - e verifica-se também crescente número de religiosos em diferentes esferas do poder, inclusive na Câmara dos Deputados, em que compõem a bancada teocrática, conhecida como bancada evangélica -, afirmem que não se colocam nos cenários político e público como religiosos, não deixam de legislar se pautando em valores desse cunho.

Por trás do discurso de intolerância e de ataque ao segmento LGBT, há o interesse da religião como um negócio, e o que está em jogo é um projeto de poder e não de fé, o qual, disfarçado de ensinamento bíblico, contribui para fomentar a homofobia, que violenta e tira a vida dessas pessoas todos os dias.

Diariamente parece surgir um novo programa policial sensacionalista que vibra em transmitir de forma desrespeitosa desgraças alheias e não se pode negar que moldam opiniões, ao defender que “bandido bom é bandido morto”, ou que “defensor de direitos humanos deveria levar um bandidinho pra casa”. São conservadores e, acima de tudo, desonestos intelectualmente. Está mais do que provado que a saída não é a redução da maioria penal. Não há nenhuma tese que confirme que casais homossexuais podem trazer traumas ou danos na socialização de crianças. Mas o contrário, sim, pois há teses e pesquisas que mostram como o ódio e a violência contra pessoas LGBTQs matam e trazem inúmeros danos.

O modo de ser adotado nas relações sociais burguesas, na contemporaneidade, é determinado por essas formas de sociabilidade.

Considerando, então, que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que a trajetória de lutas dos profissionais, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira, permite esse enfrentamento, e o projeto ético-político tem norteado na busca pela ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (BARROCO, 2011).

O/A Projeto Profissional da Categoria dos Assistentes Sociais é evidenciado por seus pilares, como a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares e, principalmente, o Código de Ética de 1993. Requer exercício democrático, compromisso com a cidadania, para preservar, ampliar e viabilizar as conquistas legais colocadas em sua realidade efetiva.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos (IAMAMOTO, 2007, p. 223).

O Código de Ética dos/as Assistentes Sociais é explícito, em seus 11 princípios básicos, mas, em relação a essa temática, podem ser ressaltados os seguintes:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos sociais discriminados e à discussão das diferenças;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.

Tais princípios ético-políticos, alicerçados em valores, como democracia, liberdade, pluralismo, equidade e justiça social, efetivados no Código de Ética Profissional de 1993, reforçam o compromisso com processos de trabalho afirmativos, e não reiteradores de expressões de dominação e opressão, estendendo-se não só à categoria profissional como à população usuária.

A efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático-popular por direitos que acumulem forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja a medida de todas as coisas. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 226).

O Código de Ética de 1993 organiza-se em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orienta o comportamento ético-profissional; oferece parâmetros para a ação cotidiana; e define suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional ao projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história (BARROCO, 2012).

O conjunto Conselho Federal de Serviço Social (Cfess)/Conselho Regional de Serviço Social (Cress) posiciona-se, enquanto categoria profissional, por meio da Resolução 489, de 3 de junho de 2006, estabelecendo normas que vedam condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual de pessoas

do mesmo sexo, no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando o princípio inscrito no Código de Ética Profissional²³.

Na luta pela defesa do acesso a direitos pela população LGBT, o Cfess foi eleito para cumprir mais um mandato (2015/2017) no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD-LGBT).

Discutir, portanto, questões de gênero e sexualidade, é prática extremamente complexa, ainda mais quando não contempladas pela formação profissional. Não é possível afirmar deliberadamente que se trata de uma negativa, de homofobia, ou, no caso de travestis e transexuais, de transfobia, mas, com certeza, remete à idéia de (desin)formação. Dessa forma, configura-se como um desafio e vale destacar a necessidade de o Serviço Social se aproximar da temática, até mesmo para dar respostas mais qualificadas às demandas que chegam aos assistentes sociais nos vários espaços sócio-ocupacionais, seja em hospitais, Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), empresas, ou mesmo em Centros de Referência para Mulheres, dentre outros, e para que não fiquem apenas sob responsabilidade de profissionais com orientação sexual homossexual, nesses espaços, sob a pretensa bandeira de defesa da própria causa.

É verdade que existem, na formação profissional dos/as assistentes sociais, elementos que permitem compreender a alienação e as contradições da relação capital x trabalho, porém, são insuficientes para o enfrentamento das desigualdades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero e, uma vez que falta compreensão, questionamos sobre quais valores norteiam as ações profissionais voltadas a essas questões.

Não há ação profissional que não emita valor e se esses valores não estão pautados no respeito e na garantia de defesa dos direitos desse segmento, assim

²³ Em maio do mesmo ano, após aprovação no 39º Encontro Nacional do Conselho Federal do Serviço Social (Cfess)/Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), apresenta o projeto da Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual, nomeada de Assistente Social na Luta contra o Preconceito: Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual. Dentre as deliberações, no eixo Ética e Direitos Humanos, há uma proposição que visa aproximar a categoria profissional do debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços público e privado, e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando o respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero. Assim, todos os profissionais devem ter clareza da concepção e das implicações da diversidade sexual para que possam exercer um trabalho socioeducativo condizente com as contradições dessa sociedade que, no seu desenvolvimento, produz e reproduz a heteronormatividade, pactuando, mesmo sem querer, com a exclusão social do segmento LGBT.

como os demais existentes na sociedade, surge a violação de direitos por parte desses profissionais.

O desafio é enfrentar a barbárie do capital, assim como as normas de gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, dentre outras.

Exigi-se um olhar crítico para o mapa da violência que envolve travestis e transexuais, e a capacidade de denunciar e enfrentar as violações de direitos humanos.

A igualdade entre mulheres e homens, brancos e negros, heterossexuais e pessoas com sexualidades dissidentes, é questão de direitos humanos e condição indispensável de justiça social.

Enquanto a barbárie continuar, é preciso lutar e ninguém tem mais legitimidade para se manifestar do que aquelas pessoas que o fazem em favor da vida e que sofrem todos os dias variados tipos de violência, que, não raro, ceifam suas vidas. Casos e mais casos engrossam as estatísticas e comprovam que a expectativa de vida de travestis está em torno dos 30 anos.

CAPÍTULO 2

TRANSNACIONALIZAÇÃO E TRÁFICO DE PESSOAS COM A FINALIDADE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL



Fonte: Disponível em: < <http://www.maranhaodagente.com.br/maranhao-adere-a-campanha-coracao-azul-contra-o-trafico-de-pessoas/> >

2.1 Crise do Capital e Tráfico de Pessoas

No processo de crise do capital, além da pobreza, miséria, do desemprego, das precárias condições de vida, ocorre o conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes e, em contrapartida, há crescente política anti-imigração, acompanhada por ondas de racismo e discriminações étnicas, no seio da classe trabalhadora, e que contribuem para o tráfico de pessoas.

O capitalismo controla o trabalho, colocando os indivíduos em concorrência uns com os outros. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo, ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho, ou seja, se incumbem de tratar os diferentes pela perspectiva da desigualdade, a partir da valorização da hierarquia de um segmento sobre o outro, com base no sexo, gênero, etnia, orientação sexual, classe, e também identidade de gênero.

O mercado de capitais rege livremente a economia e, com isso, assumem os controles social, político e ideológico, em meio a um cenário de crise que tem sua origem no capitalismo.

Ao analisar a radicalização liberal, em tempos de mundialização do capital, Iamamoto (2009, p. 343) afirma:

[...] o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. Impulsiona-se uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e circulação de mercadorias-capitalistas e sua realização. O bem-estar social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependentes do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema. Nesse cenário, cresce o desemprego que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com repercussões na luta salarial e na organização autônoma dos trabalhadores. Adquirem destaque políticas sociais voltadas à preservação dos mínimos vitais dos segmentos da crescente população excedente lançados ao pauperismo; e ao seu controle político, preservando o direito à sobrevivência de imensos contingentes sociais e alimentando o consenso de classe necessário à luta hegemônica.

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, especificamente de travestis e transexuais, segue a lógica do mercado e as regras básicas que proporcionam as condições necessárias para a acumulação do capital florescer.

Os traficantes confundem-se com os capitalistas, ao compreenderem que o capital não é uma coisa, mas um processo, em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Com capitalistas financeiros, que se preocupam em ganhar mais dinheiro, emprestando-o a outras pessoas em troca de juros, quando financiam a transformação do corpo de jovens travestis e transexuais. Com capitalistas comerciantes, que compram barato e vendem caro. Com proprietários, que cobram aluguéis, porque a terra e os imóveis que possuem são recursos escassos. Com os capitalistas, que se apropriam da força de trabalho alheia e expropriam do trabalhador a única coisa que ele pode oferecer.

Isso se dá, basicamente, porque a alienação é própria da sociedade, em que há a exploração do homem pelo próprio homem, em que há a divisão social do trabalho e da propriedade privada, dos meios de produção em que o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence.

Para Marx (2010b, p. 80), a alienação é a negação do processo de exteriorização da essência humana e do não reconhecimento desta atividade como tal, tornando o trabalhador mais pobre quanto mais riqueza produz e “uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*).

O trabalho excedente, em Marx (2010a), também é realizado com a trabalhadora do sexo, vítima do tráfico de pessoas, visto que, assim como qualquer outro trabalhador “[...] não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (MARX, 2010b, p. 25).

[...] quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido, de trabalho excedente. Conceber o valor como simples solidificação do tempo de trabalho, apenas como trabalho objetivado, é tão essencial para seu conhecimento geral quanto, para o da mais-valia, ver nela simples solidificação do tempo de trabalho excedente, trabalho excedente objetivado. Só a forma em que se extrai do produtor imediato, do trabalhador, esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais, a sociedade da escravidão, por exemplo, da sociedade do trabalho assalariado (MARX, 2010a, p. 253-254).

Dessa forma, o que, para Marx (2010a, p. 273), seria exclusivo na sociedade de classes, é reatualizado mediante nova face, que consegue conjugar uma forma de trabalho escravo ao trabalho excedente.

Não foi o capital que inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção.

Do ponto de vista marxista, a acumulação de capital consiste na aplicação da mais-valia obtida em períodos anteriores para ampliação do processo produtivo atual, que ocorre mediante a compra dos meios de produção e força de trabalho.

A lei da produção capitalista, que serve de base à pretensa lei natural da população, reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar. Não é de modo nenhum uma relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado a magnitude do capital, do outro o número dos trabalhadores; em última análise, é apenas a relação entre trabalho não-pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora. Se cresce a quantidade do trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora e acumulado pela classe capitalista, com velocidade bastante que só possa transformar-se em capital com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salário e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não-pago. [...] A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2009, p. 723-724).

Atualmente, as discussões sobre os mercados do sexo estão marcadas pelo caráter transnacional.

Com esse termo, faz-se referência aos processos de atravessar as fronteiras para consumir e oferecer serviços sexuais, nos quais se estabelecem relações complexas entre diversos locais, incluindo redes e laços sociais entre o local de origem e os diferentes destinos (PISCITELLI, 2013, p. 42 apud AGUSTÍN, 2001, 2005).

A ideia de transnacionalidade faz surgir reflexões acerca da migração, entretanto, no Brasil, essa discussão é feita a partir dos mercados do sexo e traz um significado ao termo transnacional como sinônimo de organização de grupos criminosos através de fronteiras. O termo transnacionalidade:

[...] tem adquirido relevância no debate público alimentando a noção de fraude, coerção, violência e escravidão na indústria do sexo e de máfias articuladas através das fronteiras, em um procedimento no qual a ideia de transnacionalização é vinculada ao crime organizado. Essa noção faz as redes sociais que viabilizam a migração, principalmente de pessoas pobres, mulheres e, mais recentemente, travestis, serem olhadas com suspeita, inclusive as relações sociais mais próximas, pois os integrantes dessas redes são considerados potenciais associados aos grupos de crime organizado (PISCITELLI, 2013, p. 43).

Piscitelli (2013, p. 45 *apud* ONG, 1999) refere que a noção de transnacionalidade é utilizada para confrontar as leituras sobre globalização.

[...] que concedem esse fenômeno como racionalidade econômica esvaziada de agência social e também as formulações que apresentam o global como macropolítico e o local como situado, culturalmente criativo e resistente. Para Ong, a mobilidade através do espaço, que se intensificou no marco dos períodos mais recentes do capitalismo, e o transnacionalismo, longe das restrições impostas ao termo nos estudos sobre migração, refere-se às especificidades culturais dos processos globais.

A globalização é termo utilizado para expressar a intensificação do intercâmbio mundial de mercadorias, ideias, informações, mas também nova modalidade de dominação imposta pelo capital.

Nos últimos anos, tem havido uma grande publicidade em torno das virtudes benéficas da “globalização”, falsa ideia de expansão e integração do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A grande ironia dessa tendência do desenvolvimento capitalista – que, inerente à lógica do capital e desde a constituição do seu sistema há séculos, alcançou a maturidade de uma forma inexoravelmente ligada a sua crise estrutural – é o modo antagônico pelo qual o avanço produtivo e o controle do metabolismo social lançam uma parcela crescente da humanidade na categoria de trabalho supérfluo (MÉSZÁROS, 2006, p. 31).

A globalização significa, muito mais do que o processo de internacionalização do capital, um novo padrão de acumulação, comandado pelo capital financeiro. Algumas nações e organismos transnacionais comandam as ações em benefício de seus interesses.

“Globalizar-se” foi facilitado por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, que reduziu os custos de circulação. A containerização – uma inovação fundamental – permitiu que peças feitas no Brasil pudessem ser utilizadas para montar carros em Detroit. Os novos sistemas de comunicações permitiram a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias no espaço global (lançamentos da moda de Paris puderam ser quase imediatamente enviados a Manhattan por meio de maquiladoras de Hong Kong). Barreiras artificiais do comércio, como tarifas e cotas, foram reduzidas. Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990 (HARVEY, 2011, p. 22).

Para Mészáros (2009, p. 111), globalização significa o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação.

No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global. Também é importante enfatizar que a operação relativamente simples desse “duplo padrão” não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital. Sua duração se limita às condições da ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem a margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países “metropolitanos”, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo.

A própria globalização contribui com o tráfico humano, facilitando a circulação - entrada e saída de pessoas em distintos países -; o tratamento preconceituoso das autoridades ao considerarem as vítimas culpadas; ausência de dados sobre a dimensão do tráfico humano; dentre outros aspectos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁴, a globalização está relacionada como um dos fatores que favorecem o tráfico de pessoas, seja pela erosão na esfera dos direitos, seja na estabilidade econômica, dentre outros.

A globalização pode ter consequências graves [...] em termos da erosão dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais em nome do desenvolvimento, da estabilidade econômica e da reestruturação da macroeconomia. Nos países do hemisfério Sul, programas de ajustes estruturais levaram a um maior empobrecimento, particularmente das mulheres, perda dos lares e conflitos internos (OIT, 2006, p. 15).

O neoliberalismo, ideologia que pretende explicar o ser humano e a sua história em torno do mercado, faz dele o centro do ser humano, a partir do qual todo o resto se explica. Atua como mecanismo que possui hegemonia mundial, prevê um Estado mínimo e a supremacia do mercado como mecanismo regulador das relações sociais.

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*”, pelo qual a desigualdade

²⁴ OIT. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2006.

estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” – “livre opção econômica” e “livre escolha política” segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão (MÉSZÁROS, 2009, p. 99).

Esse caráter totalitário deriva das raízes do liberalismo clássico e defende a ideia de que o mercado é um mecanismo que assegura a justiça das relações humanas e ao estabelecer a liberdade de mercado, automaticamente, todos os problemas sociais ficam superados. Nesse sentido, o livre mercado supõe trabalhadores que competem livremente e oferecem seu trabalho a quem ofertar melhor retribuição, porém, no mercado de trabalho, empregador e empregado não dispõem das mesmas condições.

Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 2009, p. 733).

O empresário sempre impõe suas condições e, ao trabalhador, resta apenas uma suposta liberdade em aceitar ou não a oferta, visto que, diante de suas necessidades de sobrevivência, se vê obrigado a aceitar. Não existe, portanto, escolha para o trabalhador.

A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precederam largamente a ordem burguesa); o que é distintivo deste regime é que a exploração se efetiva no marco de contradições e antagonismos que a tornam suprimível sem a supressão das possibilidades mediante as quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: *a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário – a redução da produção de riqueza* (ou seja, a produção de bens e serviços necessários à vida social, a produção de valores de uso) (NETTO, 2010, p. 08).

O modelo foi aplicado primeiramente no Chile, de Pinochet; depois na Grã-Bretanha, de Thatcher; e nos Estados Unidos, de Reagan, expandindo-se para todo o mundo capitalista (exceto os países asiáticos); e depois da “queda do muro de Berlim”, para o Leste Europeu.

A ideologia neoliberal assume a defesa dos interesses do capital, camuflado por um discurso de direitos, liberdade, igualdade, mérito e competência, no âmbito da globalização.

(...) é preciso que haja concorrência para manter a expansão permanente da produção, segue-se que a preservação da competitividade é também necessária para a sobrevivência do capitalismo. Qualquer enfraquecimento da concorrência, por meio, por exemplo, da monopolização excessiva, é capaz de produzir uma crise na reprodução capitalista (HARVEY, 2011, p. 96).

E para o neoliberalismo avançar, o Estado deve garantir, entre outros aspectos, o lucro das empresas; a elevação da taxa de juros; tributar menos os rendimentos mais altos; criar altos níveis de desemprego para diminuir o poder dos sindicatos; promover privatizações; e cortar gastos sociais para estabelecer a igualdade forçada entre os membros da sociedade.

A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, permite retomar as teses neoliberais que atribuem a crise “ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do Keynesianismo e do *Welfare State*” (Behring, 2009, p. 309).

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca de estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucros; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (BEHRING, 2009, p. 309).

O capital, portanto, não possui compromisso com os trabalhadores, mas com o lucro, ou seja, com a máxima extração de mais-valia (MARX, 2010a) e, para isso, o modo de produção capitalista não é apenas um modo de produção, mas de agir, pensar, viver.

A contrarrevolução neoliberal que então ocorreu não só veio para quebrar o poder do trabalho, mas também para estabelecer as leis coercitivas da concorrência como “executoras” das leis da acumulação sem fim do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 96).

Ao Estado cabe o mínimo, por isso suas funções devem ser reduzidas; deve promover a ordem, paz social, justiça; e cuidar da segurança. As Políticas Sociais passam a ter caráter eventual e compensatório, com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza, propondo uma política assistencialista.

O encolhimento do espaço público e a ampliação do espaço privado, a recusa de marcos regulatórios estatais ou da instância da lei e dos direitos, a ideia de soberania do mercado e da competição sem peias e sem tréguas, a percepção dos seres humanos como instrumentos descartáveis, a obtenção da maximização dos lucros a qualquer preço e os recursos tecnológicos “desregulados” e “flexíveis” criam as condições para o crescimento do crime organizado transnacional, que opera numa clandestinidade perfeita, com capacidade para aterrorizar, paralisar e corromper o aparelho judiciário e político, infiltrando-se nos governos, nos parlamentos, nas administrações públicas e desfrutando de total impunidade (CHAUÍ, 2011, p. 323).

As peculiaridades do neoliberalismo brasileiro garantem um Estado protetor que atende aos interesses de grandes grupos econômicos e é absolutamente repressor para responder às questões sociais colocadas por essa mesma ordem social.

Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto (HARVEY, 2011, p. 16).

A junção da globalização com o neoliberalismo demonstra que o capital agrava as expressões da questão social, como são exemplos a deterioração do meio ambiente; o agravamento da desigualdade social e exclusão social; as políticas sociais minimalistas, domesticadoras, quando não punitivas da pobreza; a globalização da pobreza, que avança também entre os países desenvolvidos; e o desmonte dos direitos sociais.

Na sequência da Segunda Guerra Mundial e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, especialmente na Europa Ocidental, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de “as três décadas gloriosas” – da reconstrução do pós-guerra à transição dos anos 1960 aos 1970, mesmo sem erradicar as suas crises periódicas (cíclicas), o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos 1960 assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente desconsiderado o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo

– como “sociedade afluyente”, “sociedade de consumo” etc. (NETTO, 2010, p. 9).

Porém, para Netto (2010, p. 9-10), na entrada dos anos 1970, a “onda longa expansiva” da dinâmica capitalista esgotou-se e:

[...] a conjunção “globalização”/“neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópico-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro [...].

As transformações no seio da produção capitalista, desde os finais dos anos 1970, provocaram mudanças radicais e substantivas nos processos e nas condições de trabalho de milhares de pessoas no mundo inteiro, atingindo inicialmente as economias centrais e, posteriormente, espalhando-se pelos países periféricos, onde se encontra o Brasil, produzindo um cenário no qual convivem a acumulação e concentração da riqueza com a ampliação do desemprego, a precarização do trabalho e o agravamento da pobreza.

Dessa forma, fica explícito que, em momentos de crise, a classe trabalhadora é a que mais sofre na sociedade, exatamente por não possuir os meios de produção e por apresentar grande dependência da classe que o emprega. Resgatando Marx (2010b, p. 25):

Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto a [classe] dos proprietários na situação próspera da sociedade, *nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores* [...].

Harvey (1992, p. 143) aponta que o mercado de trabalho, por exemplo, passou por reestruturação radical e devido a uma forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro:

[...] os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como

“nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito menos comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

A transformação industrial ocorrida a partir dos anos 1970 proporcionou mudança significativa nas relações entre capital e trabalho. Tornou-se possível poupar um grande número de mão de obra, a partir da intensificação tecnológica e as inovações nas tecnologias dos transportes tornaram mais fácil o deslocamento da produção, para áreas com salários baixos e fraca organização do trabalho.

O centro – grupo que diminuiu cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, em seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno. A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregos nos últimos anos (HARVEY, 1992, p. 144).

Devido a essa facilidade de deslocamento entre os países, a produção passa pela desterritorialização, processo em que as empresas podem dividir a produção entre muitas unidades pequenas localizadas em qualquer região do mundo.

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam. Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência, e um socorro temporário das montadoras de Detroit teve de ser organizado. A economia britânica estava igualmente com sérias

dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários dos Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. A Islândia, cujos bancos tinham especulado nesses mercados financeiros, ficou totalmente falida (HARVEY, 2011, p. 13).

Assim como o neoliberalismo surgiu como resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo e a possibilidade de saída da crise de forma diferente, que depende muito do equilíbrio das forças de classe (HARVEY, 2011).

Armados pela doutrina neoliberal, governantes como Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o general Augusto Pinochet, por exemplo, esmagaram os trabalhadores, criando desemprego e arrocho salarial e proporcionando aos capitalistas a garantia e facilidades na obtenção de lucros.

De outro modo, através dos governos já mencionados, Thatcher/Inglaterra (1979-1990), Ronald Reagan/EUA (1981-1989), e no Brasil, com José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e atualmente, Dilma Rousseff (2011 aos dias atuais), o ideário Neoliberal se faz presente, trazendo um arcabouço de ordem política, social, econômica e cultural de ajustes fiscais, repressão sindical frente às lutas da classe trabalhadora, contenção dos gastos públicos na área social, abertura e flexibilidade para o mercado conduzir e gerenciar suas funções sem regulamentação e controle estatal. Neste contexto, as políticas sociais de atendimento aos direitos sociais universais, conquistados em lutas anteriores, pela classe trabalhadora, são substituídas por ações imediatistas, focalizadas e assistencialistas do Estado – vide a ênfase nas políticas de assistência social, com condicionalidades, enfocadas na pobreza e critérios de corte de renda, exemplo cabal o Programa Bolsa Família (BENATTI, 2014, p. 51).

Os programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) impuseram austeridade, a fim de pagar aos bancos, e proliferaram em todo o mundo, permitindo o sucesso da política de repressão salarial, de 1980, quando ricos ficaram muito mais ricos. A justificativa era, e ainda é, de que eles investem, mas não necessariamente na produção e no aumento do emprego. A maioria prefere investir em ações, isso porque operações financeiras geram mais dinheiro do que produzir coisas (HARVEY, 2011).

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de

riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais (NETTO, 2010, p. 11).

A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos compõem uma realidade que se apresenta na vida de centenas de milhões de trabalhadores desempregados e/ou com vínculos de trabalho precarizados pelo mundo todo e, claro, o aumento do trabalho precário vem acompanhado pela evidente ausência e perda de direitos e garantias sociais.

Uma tal determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea que adquire a *lei geral da acumulação capitalista*, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e planetarizado daquela *lei geral*, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a *lei geral* opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social (NETTO, 2010, p. 10-11).

A relação contraditória entre capitalismo e natureza é permeada pela deterioração do meio ambiente, pelo esgotamento e pela necessidade de perpetuação de recursos naturais disponíveis para a acumulação permanente de capital.

A criação perpétua de novas necessidades é uma condição essencial para a continuidade da expansão infinita da acumulação do capital. É aqui que as tecnologias e a política de criação de novas necessidades vêm à tona como a ponta da acumulação sustentável (HARVEY, 2011, p. 92).

O programa de ajuste prevê, dentre outros elementos, a supressão ou redução notável dos obstáculos à livre circulação de capitais, bens e serviços, priorizando as exportações e, por outro lado, marginalizando o mercado interno.

De acordo com Anderson (1995, p. 9-10), o neoliberalismo é “um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido”. O marco de criação do neoliberalismo data do pós-guerra (em 1944), com o *O Caminho da Servidão*, de Hayek. Seu impulso inicial foi basicamente uma

reação teórica e política ao Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*). O argumento básico do autor é que “o novo igualitarismo [...] deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”.

Defendia-se que as principais raízes da crise capitalista do período pós-Segunda Guerra, era o poder, considerado pernicioso, dos sindicatos, que haviam desequilibrado as bases de acumulação capitalista, cuja proposta central era manter um Estado forte somente nas questões do controle do dinheiro e do poder dos sindicatos. A partir daí, a meta dos governos deveria ser a estabilidade monetária, alcançada a partir do seguimento de algumas prescrições: disciplina orçamentária, contenção de gastos sociais e manutenção da taxa natural de desemprego (ANDERSON, 1995). O enfraquecimento do Estado nação é a principal premissa do desenvolvimento de políticas neoliberais.

Sob os imperativos do capital financeiro e neoliberalismo, há uma série de medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e enfraquecimento do movimento sindical, neutralizando, em grande medida, os avanços e as conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora nos anos de 1980.

A ação reguladora do Estado retrai-se com a ofensiva neoliberal, mais mercado livre e menos Estado Social, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, fiscalização e ao atendimento, pela assistência social, daqueles impossibilitados de vender sua força de trabalho e, por outro lado, a classe trabalhadora é assolada pelos processos de privatização de empresas estatais e por uma ofensiva mercantilização na área dos serviços sociais e de infraestrutura, como saúde, educação, previdência, saneamento, habitação, segurança, etc.

O projeto que se apresenta é materializado no novo imperialismo e teve, no Consenso de Washington²⁵, sua base doutrinária e política, operacionalizado pelo Banco Mundial, FMI e pela Organização Mundial do Comércio (OMC),

²⁵ O Consenso de Washington foi um encontro conduzido pelos EUA e organismos financeiros (FMI, Banco Mundial - BM e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) ocorrido em 1989, em que se realizou uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

transformando as principais alavancas institucionais da integração e do ajuste das economias periféricas às necessidades do capitalismo internacional.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil se inicia na década de 1980, com a informatização produtiva, os programas de qualidade total e a implantação de métodos de gestão participativa. O processo de reestruturação produtiva do capital provoca significativas alterações no capitalismo recente, de modo que ainda não há uma visão conclusiva da configuração que vem se instalando (ANTUNES, 2006).

No Brasil, durante a década de 1980, ocorrem os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Inicia-se o emprego da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germina a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica (ANTUNES, 2006).

Também é iniciado um processo de implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que promovem o envolvimento dos trabalhadores com os planos das empresas.

Nesses primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva caracterizou-se pela retração dos custos, mediante a redução da força de trabalho, de que foram exemplos os setores automobilístico e de autopeças, e também os ramos têxtil e bancário, entre outros. De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (círculos de controle de qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, entre os principais elementos (ANTUNES, 2006, p. 18).

Nos anos 1990, a reestruturação produtiva do capital desenvolve-se de forma mais intensa, no País, por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com aumento das formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, e do processo de descentralização produtiva.

Foi, portanto, a partir dos anos 90, sob a condução política em conformidade com o ideário e a pragmática definidos no Consenso de Washington, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores.

Há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil, que também são por demais evidentes (ANTUNES, 2006, p. 19).

Intensifica sob o influxo da acumulação flexível e a produtividade é potenciada por diversas formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, exigindo trabalhadores qualificados, polivalente e multiprofissionais, além do processo de desterritorialização da produção, caracterizado por transferência de fábricas para regiões sem tradição industrial.

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que aparece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços [...] (ANTUNES, 2006, p. 19).

Ao se referir ao sistema do capital como um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão, Mészáros (2009, p. 131) afirma que:

Dada a determinação mais interna de sua natureza, as funções políticas e reprodutivas materiais devem estar nele radicalmente separadas (gerando assim o Estado moderno como a *estrutura de alienação por excelência*), exatamente como a produção e o controle devem nele estar radicalmente isolados. No entanto, neste sistema, “expansão” só pode significar *expansão do capital*, a que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização. É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma e separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as “personificações do capital”, cuja “liberdade” consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis mais altos da política. Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão*, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada*.

Com a justificativa de que as empresas estatais são ineficientes, burocráticas e corruptas, uma onda de privatizações percorre o mundo, sob a alegação de que a única maneira de melhorar o desempenho é transferi-las ao setor privado.

Indústrias administradas pelo Estado, assim seguiu o mantra, tiveram de ser abertas ao capital privado, que não tinham para onde ir, e serviços de utilidade pública como água, eletricidade, telecomunicações e transporte – para não falar de habitação, educação e saúde – tiveram de ser abertas para as bênçãos da iniciativa privada e a economia de mercado (HARVEY, 2011, p. 32).

A geografia do desenvolvimento e da subsequente crise tem sido desigual. O epicentro da crise da bolha imobiliária, localizado a princípio nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, na Irlanda e Espanha, espalhou-se para outros lugares.

No entanto, verificam-se os impactos da crise financeira também em países pobres, conforme mostra Harvey (2011, p. 39):

México, Equador, Haiti e Kerala, na Índia, que dependiam fortemente das remessas dos trabalhadores de outros lugares, de repente viram os rendimentos familiares secarem na medida em que os empregos na construção civil no exterior eram perdidos e, empregadas domésticas, demitidas. Desnutrição e mortes por fome aumentaram em muitos desses países mais pobres, desmentindo a ideia de que populações marginalizadas não são de alguma forma afetadas por crises financeiras no mundo capitalista avançado.

Ao analisar os vários argumentos sobre a crise do capital, Benatti (2014, p. 57) refere que:

[...] concordamos com Oliveira (2009) quando diz que não é uma crise que nasce nas finanças, não é uma crise financeira, mas é uma crise do capitalismo produtivo e nasce dela, entretanto, segundo o autor, se expressa no capital financeiro (moeda e valor de troca). Destacamos que é uma crise de longa duração, pois, incide sobre a revolução da mais valia no mundo global, destacando o contingente dos novos operários dos países asiáticos (China e Índia) que são países periféricos, que criaram uma força de trabalho industrial (entre 500 e 600 milhões de operários) e se tornam, inquestionavelmente, potências industriais – sendo uma revolução fantástica – jamais vista sob o ponto de vista da força de trabalho capitalista.

As questões objetivas estão postas e enquanto o mercado/capital se internacionaliza, internacionaliza/privatiza as necessidades da população.

O mundo tem, afinal, sido feito e refeito várias vezes desde 1750, e a produção acumulada, bem como o padrão de vida medido em bens materiais e serviços, aumentou significativamente para um número crescente de pessoas privilegiadas por mais que a população total tenha subido de menos de 2 bilhões para cerca de 6,8 bilhões. O desempenho do capitalismo nos últimos duzentos anos tem sido nada além de surpreendentemente criativo. Mas hoje a situação pode estar muito mais próxima do que nunca do que Marx descreveu – e não só porque as

desigualdades sociais e de classe têm se aprofundado dentro de uma economia global muito mais volátil (já o fez antes – a vez mais preocupante foi nos anos 1920, antes da última grande depressão) (HARVEY, 2011, p. 46).

“Com base nas tendências atuais (2008), o número de pessoas cronicamente famintas poderia dobrar até 2025, chegando a 1,2 bilhão” (HARVEY, 2011, p. 71).

Novas estatísticas mundiais, que tratam do *ranking* das desigualdades de renda no mundo, publicadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), mostram o Brasil ocupando o terceiro lugar, segundo o relatório sobre desenvolvimento humano para a América Latina e Caribe, e a distribuição de renda, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O índice de Gini utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, de 0 a 1, onde 0 corresponde à igualdade de renda e 1 à completa desigualdade, mostra que no Brasil o índice é 0,56.

Nos últimos 40 anos, mais de 35 milhões de pessoas ultrapassaram a faixa de pobreza no País, porém, esse número poderia ser bem maior se não fosse a desigualdade persistente.

De acordo com as estatísticas, o País permanece com um dos maiores índices de concentração de renda e propriedade do mundo e a prevalência dos programas focalizados na pobreza extrema tem permitido a redução dos índices de miséria, mas, por outro lado, a desigualdade tem-se ampliado.

Argumento político geral utilizado para apoiar a concentração de riqueza nas classes superiores defende que elas podem usar e usam sua riqueza para reinvestir e assim criar empregos, produtos novos e, portanto, uma nova riqueza, que pode no fim do dia beneficiar a todos potencialmente (mediante um efeito cascata, entre outros) e assim gerar mais demanda, porém, o que falta a esse argumento é que os capitalistas têm a capacidade de escolher no que vão reinvestir: se na expansão da produção ou usar sua riqueza para comprar ativos, como ações e títulos, propriedades, objetos de arte, ou participar de alguma empreitada especulativa, como uma empresa de equidade privada, um fundo de cobertura, ou algum outro instrumento financeiro, a partir dos quais podem obter ganhos de capital. Nesse caso, seus reinvestimentos não desempenham papel algum no fortalecimento da demanda efetiva (HARVEY, 2011).

Paradoxalmente, a crise de acumulação de capital na era da globalização tem criado novas e grandes dificuldades, em vez de resolver as iniquidades do sistema há muito tempo contestadas, como os “otimistas” porta-vozes da “globalização”, sem nenhum problema, querem nos fazer acreditar, pois as margens da viabilidade produtiva do capital estão diminuindo (daí o impulso à mais-valia absoluta) [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

A formação de crises, segundo Harvey (2011, p. 99), sinaliza que qualquer uma das condições, citadas a seguir, pode retardar ou interromper a continuidade do fluxo do capital e assim produzir uma crise que resulta na desvalorização ou perda do capital.

A análise da circulação do capital aponta para vários limites e barreiras potenciais. A escassez de capital de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, as desproporcionalidades entre os setores, os limites naturais, as mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas (incluindo a concorrência versus o monopólio), a indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva encabeçam a lista.

Diante de um contexto marcado pela crise do capital, pela violência e pelo neoconservadorismo, como propor lutas por justiça, direitos e uma ética mais democrática da ordem social, que abarque as diferenças e as identidades sexuais? Como pensar as demandas LGBTs, mais precisamente as questões de travestis e transexuais, visto que os direitos de pessoas LGBTs, quando tratados, são objeto, no campo do direito liberal?

CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO DO TRÁFICO DE PESSOAS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA



Fonte:

Disponível

em:

<https://www.google.com.br/search?q=tráfico+internacional+de+travesti&espv=2&biw=1600&bih=775&source=lnms&tbn=isch&sa=x&ved=0ahukewj8qmbxltrjahwk7yykhrivduoq_auiicgd#tbn=isch&q=tráfico+de+peças&imgsrc=oy-agz_d8vb2om%3a>

Fui traficada por uma máfia italiana, mas eu fui apresentada por brasileiros (Mayanne).

3.1 Tráfico de Pessoas

O tráfico de pessoas está diretamente ligado à exploração da mão de obra em regime de escravidão, que esteve e está presente em todas as nações.

Nos últimos dois séculos, a mão de obra escrava e servil foi sendo substituída pelo trabalho assalariado, tornando-se ocupação de muito valor. Com a formalização do trabalho, surgiram os direitos trabalhistas fundamentais, em que o Estado tem o dever de garanti-los.

Nas últimas décadas, o enfrentamento do trabalho escravo tem sido feito por meio de denúncias e fiscalizações, e a empresa, quando flagrada e autuada em situação irregular, é interditada e multada.

O tema do tráfico de pessoas tem sido amplamente discutido no campo do direito e, em especial, no campo dos direitos humanos.

Considerado e tratado como crime e praticado inclusive na Antiguidade, o tráfico de seres humanos consiste na comercialização de pessoas entre territórios, que são deslocadas com a finalidade de exploração, assumindo características diversificadas no contexto contemporâneo.

O Brasil moderno, ao mesmo tempo que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região. O país parece um mapa simultaneamente geográfico e histórico, contemporâneo e escravista, republicano, monárquico e colonial, moderno e arqueológico. Toda a sua história está contida no seu presente, como se fosse um país que não abandona nem esquece o pretérito; memorioso (IANNI, 2004, p. 63).

O tráfico de pessoas está longe de ser considerado um fenômeno novo, pelo contrário, ocorre no Brasil desde a época da colonização, quando negros da África eram trazidos em embarcações, e comercializados nos mercados como mercadorias para trabalhar em fazendas coloniais. Trata-se de um fenômeno secular, de alta rentabilidade econômica, que segue as regras básicas da acumulação capitalista, mesmo sendo atividade ilegal e criminosa.

A origem do tráfico de mulheres no Brasil confunde-se com o surgimento do sistema escravocrata, período de quase 300 anos em que centenas de milhares de pessoas eram trazidas para o Brasil para trabalharem como escravas, sendo que muitas mulheres juntamente com crianças eram deslocadas e obrigadas ao trabalho doméstico, contudo, por serem tratadas como “bens”, geralmente eram vítimas de exploração sexual e quando resistiam sofriam diversos castigos físicos (TORRES, 2012, p. 82).

Para interpretar e compreender o Brasil contemporâneo e o meio que cerca a realidade, é preciso buscar dados indispensáveis do terreno histórico.

A escravatura foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu principalmente dela. O que não era baseado ou dependente do trabalho escravo tendia a ser menor, secundário, irrelevante ou um produto das oscilações, avanços e retrocessos do regime escravagista. Foram séculos de escravatura, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir (IANNI, 2004, p. 57-58).

Para Ianni (2004, p. 61), ao interpretar a formação social brasileira, Caio Prado privilegia três processos históricos fundamentais para caracterizar o Brasil contemporâneo, revelando como o presente se articula com o passado, sintetizados nos seguintes aspectos: “o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado”.

De acordo com Ianni (2004, p. 64), em geral, as determinações externas, vinculadas às forças internas, que articulam e orientam o subsistema econômico, que se cria e recria com as mudanças, rupturas e expansões da formação social brasileira.

É muito forte o peso do passado, dos vários passados nacionais e regionais, compreendendo tradições, anacronismos, exotismos, ecletismos, formas sociais pretéritas próximas e distantes de organização da vida e trabalho. Os séculos de escravismo marcaram funda e largamente a formação social brasileira, em suas peculiaridades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Hoje, o tráfico de pessoas passou por transformações e revela uma complexidade que, para ser entendida, se deve levar em conta outros fatores, como: questões de gênero, exploração sexual, crime organizado, violação dos direitos humanos, dentre outros. O tráfico de pessoas tem sempre a finalidade de explorar a vítima, seja com viés sexual, por meio do trabalho doméstico servil, trabalho agrícola, casamento servil, ou mesmo remoção de órgãos.

Os números e dados sobre o tráfico de pessoas no Brasil são subnotificados, visto que não existem estudos suficientes que possibilitem apresentar toda a realidade sobre o fenômeno no País. A própria característica do tráfico, por ser um crime, dificulta a obtenção de dados objetivos.

Outros fatores que contribuem para a falta de dados são os aspectos transnacionais, característicos desse tipo de fenômeno, e a própria dificuldade, muitas vezes, da própria vítima compreendê-lo como crime, e, portanto, ver-se como vítima.

De acordo com a pesquisa Pestraf, atualmente, o tráfico de pessoas tem se configurado como a terceira atividade criminal mais lucrativa do mundo, gerando cerca de 7 bilhões de dólares anuais de lucro, ficando atrás, em termos de rentabilidade, somente do tráfico de drogas e de armas.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas encontra grandes desafios, como a falta de compreensão acerca do fenômeno; a difícil detecção, prevenção e punição; o silêncio que impera entre os envolvidos; bem como a falta de ações efetivas do Estado.

O crescimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual fez com que algumas medidas fossem implementadas. O Protocolo de Palermo trouxe um conceito geral sobre o que é o tráfico de pessoas e, dessa forma, os países signatários, dos quais o Brasil também faz parte, poderiam utilizá-lo, adequando às suas realidades, e trazendo uma conceituação para as ações no estágio atual e para o seu enfrentamento.

De acordo com o Protocolo de Palermo, tráfico de pessoas é o recrutamento, transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recursos, à força, ou outras formas de coação, por rapto, por fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou pela oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens, para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.

O conceito de tráfico inclui as modalidades nacional e internacional e abrange as diferentes finalidades, além da exploração sexual, como o trabalho escravo, adoção ilegal e tráfico de órgãos.

O tráfico de pessoas utiliza-se das relações de gênero, elencando mulheres como as principais vítimas desse tipo de violência, para fins de exploração sexual, modalidade que tem mais visibilidade. Seguindo a perspectiva das relações de gênero, travestis e transexuais também têm enfrentado os problemas advindos do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial.

A dimensão do tráfico de travestis e transexuais brasileiras destinado ao comércio sexual em países da Europa faz levantar a problematização sobre as condições de vida, exploração, coerção e, muitas vezes, escravidão, a que essas sujeitas estão submetidas e consequentes desdobramentos das ações de combate e enfrentamento ao tráfico de pessoas nesses países.

É importante destacar que, de acordo com a Pestraf, mesmo se tratando de um fenômeno multidimensional e multifacetado, cujos fatores determinantes são de ordens política, socioeconômica, cultural, jurídica e psicológica, o tema não se constitui em questão social e política relevante para os sujeitos governamentais e não governamentais que atuam em áreas afins.

A Pestraf é a primeira pesquisa realizada no País a afirmar que o tráfico de pessoas ocorre nas regiões de fronteira e litorâneas (externas e internas) e faz conexão com as redes locais e transnacionais e foi importante marco científico em relação à temática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial no país e traz importante contribuição, fazendo com que governo, parlamentares e a mídia brasileira dessem visibilidade ao tema.

É importante destacar que o enfrentamento do tráfico de pessoas é questão complexa, inserida no contexto da crise estrutural do capital e que não está descolada da política antimigratória, que se utiliza do discurso da defesa da vítima para impedir a entrada de imigrantes indesejados, na maioria das vezes humilhados, desqualificados e impedidos de embarcar ou de permanecer no país de destino. Há uma pretensa preocupação com a segurança e o bloqueio das fronteiras e o desejo de conter a imigração ilegal.

Vários países da Europa, como a França, apontam a imigração inclusive como raiz da crise econômica e esse argumento é utilizado por partidos de extrema direita por todo o continente europeu.

Compreender o fenômeno do tráfico em suas múltiplas dimensões: como fenômeno econômico global; atividade do crime organizado internacional; elemento de um contexto de intensas desigualdades de gênero, raça e classe; e parte de processos de transformação cultural, é com certeza um grande desafio.

No campo das desigualdades socioeconômicas é que se situa o problema da capacidade de manter sua força de trabalho em território nacional por meio da oferta de trabalho, de condições dignas de vida e da garantia de direitos de cidadania.

No caso do Brasil, país em que um desenvolvimento justo e igualitário ainda é projeto longe de ser concretizado, as alternativas oferecidas pelo tráfico, que na verdade não retrata a real face do fenômeno, constituem-se em atraente meio de vida para um contingente significativo de mulheres, e também de travestis e transexuais.

O capital também teve a opção de ir para onde o trabalho excedente estava. As mulheres rurais do Sul global foram incorporadas à força de trabalho em todos os lugares, de Barbados a Bangladesh, de Ciudad Juárez a Dongguan. O resultado foi uma crescente feminização do proletariado, a destruição dos sistemas camponeses “tradicionais” de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo. O tráfico internacional de mulheres para a escravidão doméstica e prostituição surgiu, na medida em que mais de 2 bilhões de pessoas, cada vez mais amontoadas em cortiços, favelas e guetos de cidades insalubres, tentavam sobreviver com menos de dois dólares por dia (HARVEY, 2011, p. 21).

O Brasil caracteriza-se como país principalmente de origem de vítimas de tráfico de pessoas e o crescimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, fez com que algumas medidas fossem implementadas.

O tráfico de pessoas no mundo apresenta uma dinâmica bastante flexível, no que tange às rotas dos países de origem, trânsito e destino das vítimas.

A OIT²⁶ aponta as características mais marcantes que envolvem os países de origem, ou seja, aqueles de onde as vítimas são oriundas. São localidades que apresentam aspectos de vulnerabilidade social; descaso das autoridades para com a população; violação de direitos humanos; falta de perspectivas da população quanto a uma vida digna. São países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como: África do Sul, Albânia, Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, Filipinas, Gana, Mali, Marrocos, México, Nepal, Nigéria, Peru, Polônia, República Dominicana, República Tcheca, Rússia, Sérvia e Monte Negro (Kosovo), Suriname, Tailândia, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.

Já os países de destino, onde a exploração sexual se efetivará, caracterizam-se por ser historicamente desenvolvidos, mas também há países em

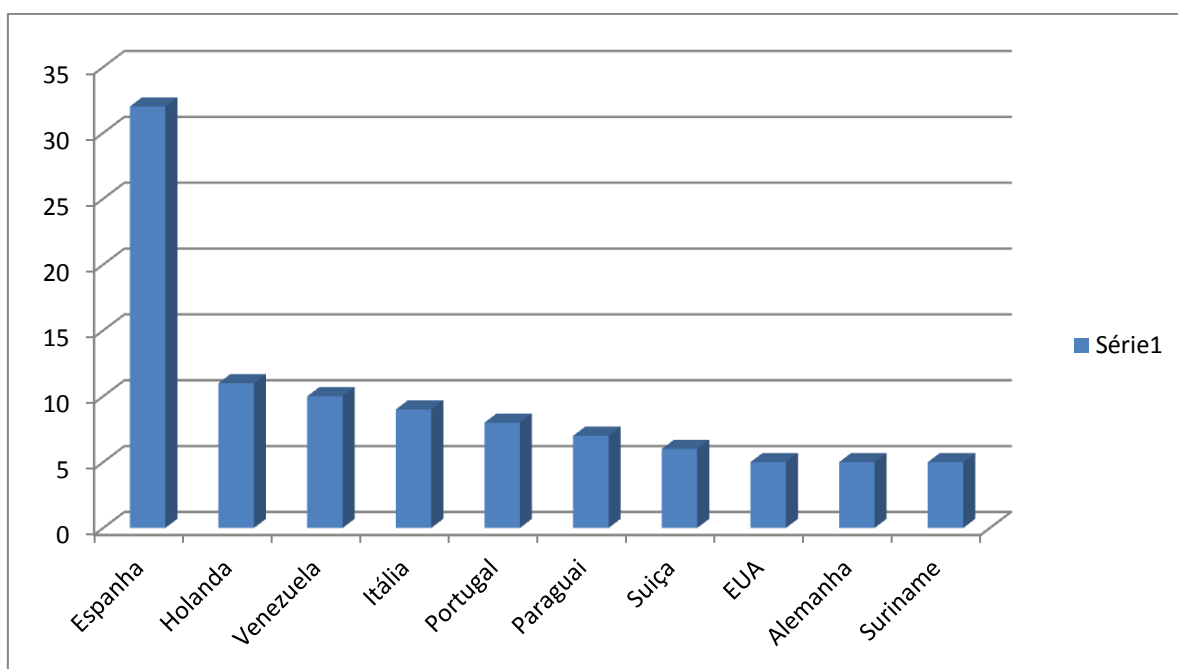
²⁶ OIT. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2005, p. 48.

desenvolvimento, como: Alemanha, Arábia Saudita, Bélgica, Canadá, Costa do Marfim, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Holanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Líbano, Líbia, Noruega, Nigéria, Paraguai, Reino Unido, Suécia, Suíça, Suriname, Tailândia e Turquia.

Em pesquisa realizada pela Pestraf²⁷ a partir do banco de matérias jornalísticas, foram identificadas 241 rotas do tráfico de mulheres com a finalidade de exploração sexual. Dentre elas, 131 internacionais e 110 nacionais, porém, é importante ressaltar a dinâmica com que essas rotas se apresentam. Não são fixas, visto que, com a intensificação da fiscalização, a partir do conhecimento de autoridades, acabam deslocando-se parcial ou totalmente.

O destino mais frequente de brasileiras, segundo os estudos de casos apresentados pela Pestraf, em 2002, é a Espanha, seguida pela Holanda, Venezuela, Itália, Portugal, Paraguai, Suíça, Estados Unidos, Alemanha e Suriname, conforme os dados do Gráfico 1.

²⁷ Pesquisa de Mídia. Pestraf. Banco de Matérias Jornalísticas / Relatórios Regionais da Pestraf.

Gráfico 1 – Destino mais frequente de brasileiras

Fonte: Pestraf, 2002.

A organização criminosa Conexão Ibérica tem destaque, no transporte para a Espanha, de mulheres brasileiras, muitas vezes com Portugal como país de trânsito, devido ao controle de imigração apresentar menos dificuldades.

A Espanha é considerada um dos principais países europeus de destino de mulheres brasileiras vítimas do tráfico de pessoas, na década de 2000, porém Teixeira (2008, p. 277), ao se referir ao fluxo migratório de travestis, aponta que:

O fluxo migratório das travestis foi identificado por Don Kulick (1998, 2008) desde os anos 70 tendo a França como destino preferencial até 1982. Segundo Larissa Pelúcio (2005), esse fluxo se acentuou nos anos de 1980 e nos anos 90 a Itália se consagrou como o destino preferencial das travestis. Embora, a partir do início deste século, países como a Espanha, a Suíça e a Holanda passaram a integrar o roteiro das travestis [...]

Mayanne relata que embarcou em São Paulo com destino a Paris, na França, como país de trânsito. Chegando à França, viajou de carro de Paris até Lyon e depois seguiu até Lausanne, na Suíça. Esse mesmo roteiro foi utilizado por Patrícia, em sua viagem. *“Atravessei pela pequena fronteira por uma mata”* (Mayanne).

Conta que, a princípio, o destino seria a Itália, porém, naquele momento, a requisição de travestis e transexuais para trabalhar no mercado do sexo era a Suíça, evidenciando que a escolha do país de destino não parte delas, mas sim da rede envolvida.

Graças a deus que eu não fui pra Itália, que eu fui pra Suíça, porque a hora que eu tava lá, na casa esperando, a cafetina falou: “E aí amiga, você quer ir pra Suíça?”. O telefone tocando, só tava eu e era a minha vez e eles queriam pra Suíça (Mayanne).

Ainda de acordo com a pesquisa da Pestraf, as modernas rotas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual têm a Europa, os Estados Unidos, o Japão e Israel como ponto de início da rede e destino final das pessoas traficadas, que se originam de países da Ásia, da Europa Oriental e da América Latina, principalmente. Recentemente, observa-se redução no fluxo de pessoas vindo da Ásia, em função de maior regulação interna, e aumento no número de mulheres oriundas da Europa Central e América Latina.

Uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a modalidade geográfica do capital, ou trabalho (ou ambos), torna-se fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais (HARVEY, 2011).

Entender a dinâmica do tráfico, bem como as determinações e proporções que o fenômeno apresenta, se faz necessário para compreender a própria dinâmica e natureza do capitalismo, que se desloca dos locais onde a lei atua com maior rigor e onde a “mercadoria”, que nesse caso são suas vítimas, se torna mais rara e cara, e voltando-se para outros onde a legislação e a fiscalização são mais fluidas e a “mercadoria” é abundante e barata.

A disponibilidade do trabalho não é mais um problema para o capital, e não tem sido pelos últimos 25 anos. Mas o trabalho desempoderado significa baixos salários, e os trabalhadores pobres não constituem um mercado vibrante. A persistente repressão salarial, portanto, coloca o problema da falta de demanda para a expansão da produção das corporações capitalistas. Um obstáculo para a acumulação de capital – a questão do trabalho – é superado em detrimento da criação de outro – a falta de mercado (HARVEY, 2011, p. 22).

A pobreza e a desigualdade de renda incidem diretamente no fenômeno quando se trabalha com o recorte de gênero, porém, ao somar as

interseccionalidades de classe, etnia e, principalmente, a identidade de gênero, os fatores que corroboram para esse processo também se complexificam, devido à violência e ao preconceito, mais precisamente a transfobia, que caracteriza o cotidiano de muitas travestis e transexuais.

Neste sentido, fica iminente o investimento ao combate à pobreza e a desigualdade social, legislação e políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e discriminação de pessoas LGBT. A aprovação de uma legislação que criminaliza a homofobia e equipara os crimes de ódio a pessoas LGBTs ao racismo, é necessária e precisa ser prioridade nas lutas dos movimentos LGBT.

Social e economicamente vulneráveis, suas vítimas são atraídas pela expectativa de melhorar de vida, e, em geral, sofrem com o trabalho precário e migrações irregulares, portanto, devem ser consideradas as várias vulnerabilidades, como a falta de acesso a políticas públicas, ao emprego; a ocorrência de violência, como forma de pensar o enfrentamento e a prevenção ao tráfico.

3.2 Legislação sobre o Tráfico de Pessoas

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, mais conhecido como Protocolo de Palermo, ratificado por 40 países, no ano 2000, para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas é o principal acordo internacional que trata do tema do tráfico.

O Brasil o ratifica quatro anos depois e, em 26 de outubro de 2006, o Decreto Presidencial 5.948 institui a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e ações norteadoras da atuação do Poder Público na área de enfrentamento ao tráfico humano em nosso país. O documento estrutura-se em três grandes eixos estratégicos: 1 – Prevenção; 2 – Repressão e responsabilização de seus autores; 3 – Atendimento à vítima.

Antes dele, contudo, outras iniciativas construíram o terreno para que se chegasse aos termos dos atuais acordos internacionais. As principais iniciativas nessa área foram: em 1910, foi assinada a Convenção Internacional pela Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, em Paris, por delegados de 13 países. Outra

tentativa legal de enfrentar o tráfico surgiu a partir de tratado aprovado em 1926, no contexto da Liga das Nações, e precursor da Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição, aprovada pela ONU em 1949 e promulgada somente em 1958. A Convenção de Genebra, em 1956, que utilizou o conceito de tráfico utilizado na convenção de 1926. A Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pelo Brasil em 1994. E as resoluções da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993.

Mas foi somente na Conferência da Mulher, realizada em Beijing/China, em 1995, que, ao estabelecer os principais parâmetros para a garantia dos direitos das mulheres, que se assinalaram a importância e necessidade de um forte compromisso internacional para integrar a perspectiva de gênero nos programas e políticas nacionais. Finalmente, em 1996, o Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de Crianças para Fins Comerciais, realizado em Estocolmo/Suécia, elaborou um plano de ação para lidar com essas questões, que tem orientado as práticas governamentais e não governamentais relativas à questão.

Com toda essa bagagem, em 2000 o Protocolo de Palermo foi aprovado e se tornou de extrema relevância tanto para o direito internacional quanto para as leis internas brasileiras. No primeiro, pela construção histórica que, pós-segunda guerra, culmina na percepção mundial de que havia a necessidade de privilegiar os direitos do ser humano, da pessoa humana, com o intuito de impedir atrocidades como as ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, a comunidade internacional se manifestou no sentido de entender o direito como “condição de possibilidades”. Isto é dizer, passou-se a entender que o direito, sobretudo o direito humano, é pressuposto à existência plena de uma sociedade livre de preconceitos de raça, gênero, crença, etc. (LEAL, 2013, p. 120).

O Protocolo de Palermo trouxe um conceito geral sobre o que é o tráfico de pessoas e, dessa forma, os países signatários, dos quais o Brasil também faz parte, poderiam utilizá-lo adequando-o às suas realidades, trazendo conceituação para as ações no estágio atual e para o seu enfrentamento, definindo o conceito sobre o tráfico, quem são as pessoas normalmente afetadas por ele e ações que devem se perpetuar com a finalidade de impedir o desatendimento aos preceitos fundamentais da pessoa humana.

O Protocolo de Palermo, nesse exato sentido, assenta no que diz respeito aos indivíduos que sofrem com o crime organizado, mais especificamente com o tráfico, a necessidade de impedir que a atuação de um grupo de indivíduos (os agentes do crime organizado) aja no sentido inverso aos propósitos almejados pela construção dos direitos humanos. Isto é, *coisificar* e mercantilizar a pessoa humana. O próprio significado de pessoa para o direito pressupõe a diferença entre esta e uma coisa. Uma coisa possui dono, não é livre, não dispõe de seu próprio destino. A pessoa, em seu sentido jurídico, irradia direitos. Ela é um sujeito, um ente, que se expressa e age livremente mediante direitos garantidos (LEAL, 2013, p. 121).

O Protocolo de Palermo (2000) define o tráfico como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos.

Determina, ainda, que:

O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a).

Além do Protocolo de Palermo, no Brasil, o Código Penal é instrumento jurídico utilizado para tratar do tráfico de pessoas. Trata-se de crime envolto de discriminação e preconceito para com suas vítimas, e uma das expressões máximas de violação dos direitos humanos, conforme o artigo 231-A do Código Penal brasileiro.

Destaca-se que, em seu artigo 231, na edição de 1940, entendia o tráfico de pessoas como “promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” e na redação dada pela Lei 12.015, de 2009, o artigo 231-A passa a caracterizar o tráfico interno como: “promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual”.

Apesar do debate sobre prostituição forçada, turismo sexual e prostituição ganhar visibilidade no Brasil nos anos 1990 (PISCITELLI, 2004), a inclusão de travestis decorre principalmente a partir das alterações no Código Penal brasileiro, em 2005, que substitui a palavra “mulheres” por “pessoas”, o que demonstra que, anteriormente, travestis eram pensadas a partir do universo de homens, seguindo o suposto alinhamento entre sexo e gênero, e que, portanto, estavam fora do alcance jurídico da esfera desse tipo de tráfico (TEIXEIRA, 2008).

Utilizamos, nesta pesquisa, a definição de tráfico contida no Protocolo de Palermo, mesmo reconhecendo que seu foco é restrito porque caracterizado apenas pelo uso da violência, abuso de autoridade e coerção e, no caso de travestis e transexuais, verifica-se a necessidade de problematizar esse conceito, visto que, na maioria, em caso de tráfico de pessoas, há o seu consentimento, diferentemente do que acontece com outros segmentos como, por exemplo, as mulheres.

Tal como descrito, o conceito de tráfico inclui as modalidades nacional e internacional e abrange as suas diferentes finalidades: trabalho escravo, adoção ilegal, tráfico de órgãos e exploração sexual.

3.3 Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

No Brasil, o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas é assinado em 2001 e ratificado, em 12 de março de 2004, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto 5.017, que trata do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (2000), o qual, dentre outros pontos, traz a definição recente do Tráfico de Pessoas.

Baseada nos princípios de direitos humanos (Artigos 1º e 3º), a política antitráfico brasileira declara que nenhum direito da vítima é condicionado à sua cooperação com a justiça (Artigo 3º, III), orientando as políticas públicas do Estado brasileiro na atuação do enfrentamento ao tráfico de pessoas, especialmente o de

mulheres, para fins de exploração sexual, em três grandes eixos: 1) prevenção ao tráfico de pessoas; 2) repressão ao tráfico e responsabilização de seus autores; e 3) atenção às vítimas.

Essa política de enfrentamento ressaltou os princípios da dignidade da pessoa humana, promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos, não discriminação, proteção e assistência integral às vítimas, independente da colaboração em processos judiciais ou da nacionalidade, dentre outros, além de adotar várias diretrizes como o incentivo à cooperação internacional, articulação com entidades nacionais e internacionais, estruturação de rede de enfrentamento, envolvendo todas as esferas do governo e da sociedade civil e garantia de acesso amplo às informações e estabelecimento de canais de diálogo entre o Estado, a sociedade e os diferentes meios de comunicação acerca do tema (TORRES, 2012, p. 147).

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de inscrever a preocupação com aspectos coercitivos, alinha nossa legislação com acordos internacionais e apoia iniciativas que visam a combater o tráfico de pessoas, seja para fins de exploração sexual ou qualquer outra finalidade.

Importante ressaltar, no que tange à atenção às vítimas, que a política de combate ao tráfico de pessoas deve garantir sua segurança e bem-estar, diferentemente do que ocorria antes do Protocolo de Palermo, que não oferecia nenhum respaldo às vítimas.

A atenção às vítimas é importante não só para protegê-las contra o tráfico, mas também contra a revitimização, por parte do governo, o que exige atenção especializada e que conte com profissionais capacitados de diversas áreas.

Com a ratificação do Protocolo e com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o País propõe as primeiras políticas públicas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Nesse sentido, lança o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), inaugurando a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a partir da promulgação do Decreto 5.948, de 26 de outubro de 2006, conferindo ao tráfico humano classificação como problema multidimensional que necessita de ações articuladas, e envolvendo pela primeira vez todos os diferentes atores e agências governamentais necessários para seu enfrentamento. A discussão é inserida no âmbito das políticas específicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres, para assegurar, inclusive, a participação da sociedade civil no processo.

As diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas são desdobradas em ações de competência de órgãos e entidades públicas das áreas de justiça e segurança pública, relações exteriores, educação, saúde, assistência social, promoção da igualdade racial, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, direitos humanos, proteção e promoção dos direitos da mulher, turismo e cultura, visto que, dado o seu caráter complexo e multidimensional, o enfrentamento ao tráfico de pessoas requer ações conjuntas e coordenadas entre as várias áreas afetadas ao problema (TORRES, 2012, p. 155).

O objetivo do PNETP é efetivar as ações preventivas, repressivas e de atenção às vítimas, ao estabelecer propostas, prazos definidos e responsáveis pela execução de cada ação.

Baseado em outros cinco planos nacionais, que tratam de assuntos afetos ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, a elaboração do PNETP pauta-se no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual infanto-Juvenil (2002), no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (2003), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006).

É compromisso do PNETP:

Garantir os recortes de **gênero, orientação sexual**, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, entre outros, é uma preocupação que perpassa todo o Plano e será levado em conta na implementação das suas ações (I PNETP).

As prioridades destinadas ao enfrentamento do tráfico, no PNETP, estão destacadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Prioridades no enfrentamento do tráfico

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS – PNETP	
EIXO 1 – PREVENÇÃO	
Prioridade 1	Ações
- Levantar, sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas, informações e experiências sobre o tráfico de pessoas	- Levantar, sistematizar e disseminar estudos, pesquisas, informações e experiências já existentes no âmbito nacional ou internacional sobre o tráfico de pessoas - Realizar estudos e pesquisas sobre tráfico de

Quadro 1 – Prioridades no enfrentamento do tráfico

	peças - Incentivar a criação de linhas de pesquisa e extensão sobre tráfico de pessoas em universidades
Prioridade 2	Ação
- Capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva dos direitos humanos	- Realizar cursos e oficinas, com a produção de material de referência, quando necessário, para profissionais e agentes específicos
Prioridade 3	Ações
- Mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidade em geral sobre o tema do tráfico de pessoas	- Apoiar projetos artísticos e culturais com enfoque no tráfico de pessoas - Promover e realizar campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas - Sensibilizar atores de setores específicos com relação ao tráfico de pessoas
Prioridade 4	Ações
- Diminuir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas de grupos sociais específicos	- Disponibilizar mecanismos de acesso a direitos, incluindo documentos básicos, preferencialmente nos municípios e comunidades identificadas como focos de aliciamento de vítimas de tráfico de pessoas - Promover a regularização do recrutamento, deslocamento e contratação de trabalhadores.
EIXO 2 – ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS	
Prioridade 5	Ações
- Articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico	- Formular e implementar um programa permanente e integrado de formação em atendimento, na perspectiva dos direitos humanos - Integrar, estruturar, fortalecer, articular e mobilizar os serviços e as redes de atendimento - Definir metodologias e fluxos de atendimento, procedimentos e responsabilidades nos diferentes níveis de complexidade da atenção à vítima - Realizar capacitações articuladas entre as três esferas de governo, organizações da sociedade civil e outros atores estratégicos - Realizar articulações internacionais para garantir os direitos das vítimas de tráfico de pessoas
EIXO 3 – REPRESSÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE SEUS AUTORES	
Prioridade 6	Ação
- Aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos	- Criar um subgrupo de especialistas para elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos
Prioridade 7	Ação
- Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores	- Capacitar profissionais de segurança pública e operadores do direito, federais, estaduais e municipais
Prioridade 8	Ações
- Fomentar a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no	- Padronizar e fortalecer o intercâmbio de informações entre os órgãos de segurança

Quadro 1 – Prioridades no enfrentamento do tráfico

enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão do tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores	pública em matéria de investigação dos casos de tráfico de pessoas - Promover a aproximação e integração dos órgãos e instituições envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas
Prioridade 9	Ação
- Criar e aprimorar instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas	- Desenvolver, em âmbito nacional, mecanismos de repressão ao tráfico de pessoas e, consequentemente, responsabilização de seus autores
Prioridade 10	Ação
- Estruturar órgãos responsáveis pela repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus agentes	- Ampliar os recursos humanos e estrutura logística das unidades específicas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, como um dos crimes contra os direitos humanos, nas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal
Prioridade 11	Ações
- Fomentar a cooperação internacional para repressão ao tráfico de pessoas.	- Propor e elaborar instrumentos de cooperação bilateral e multilateral na área de repressão ao tráfico de pessoas - Fortalecer e integrar projetos de cooperação internacional na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas - Articular ações conjuntas de enfrentamento ao tráfico de pessoas em regiões de fronteira

Fonte: Elaboração própria, a partir do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A partir de 2009, a temática do tráfico de pessoas ganha prioridade e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, assume o desafio de implantar o Sistema Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, passando a organizar e apoiar a implementação do I PNETP.

O Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas gerou novas políticas públicas, estratégias e ações neste campo no que se refere à repressão do tráfico e atenção às vítimas. Dessa forma, a partir das discussões sobre o tráfico de mulheres incentivadas pela Política Nacional, ganha espaço a criação da Rede Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual (TORRES, 2012, p. 165).

É importante ressaltar que as ações apresentadas no I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas ainda não foram estruturadas, no âmbito de uma política pública eficaz.

Como exemplo disso, o país ainda não possui um banco de dados oficial capaz de gerar relatórios sobre esse tipo de crime em suas diferentes modalidades. Outra ação prevista e ainda não efetivada no primeiro PNETP é a realização de uma

pesquisa nacional sobre as ações desenvolvidas com dados que pudessem subsidiar os relatórios oficiais.

Anália Belisa Ribeiro, coordenadora do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, considera outros desafios, enquanto política pública, no que concerne aos Núcleos²⁸ e Postos Avançados implantados pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), que, por sua vez, não conseguiram delinear uma face pública que os identifique quanto à estruturação de redes inteligentes e qualificadas de enfrentamento ao crime organizado transnacional, gerando, assim, descompassos quanto à atuação deles e promovendo desalinhos no atendimento e na proteção às vítimas do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas.

Os comitês Interinstitucionais têm importante papel como instrumentos típicos de integração das diferentes esferas do poder público, e da sociedade e também da própria sensibilização social a respeito da complexa realidade do tráfico de pessoas, garantindo que essa promoção resulte em ações assumidas pelas várias instituições.

²⁸ A Portaria 31, de 20 de agosto de 2009, da Secretaria Nacional de Justiça, definiu as atribuições gerais e específicas dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas dos Estados brasileiros da seguinte forma: Art. 2º Compete aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: I – Articular e planejar o desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, visando à atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil; II – Operacionalizar, acompanhar e avaliar o processo de gestão das ações, projetos e programas de enfrentamento ao tráfico de pessoas; III – Fomentar, planejar, implantar, acompanhar e avaliar políticas e planos municipais e estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas; IV – Articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema estadual de referência e atendimento às vítimas de tráfico de pessoas; V – Integrar, fortalecer e mobilizar os serviços e redes de atendimento; VI – Fomentar e apoiar a criação de Comitês Municipais e Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; VII – Sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas e informações sobre o tráfico de pessoas; VIII – Capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva da promoção dos direitos humanos; IX – Mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidades em geral sobre o tema do tráfico de pessoas; X – Potencializar a ampliação e o aperfeiçoamento do conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores; XI – Favorecer a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão a esse crime e responsabilização dos autores; XII – Impulsionar, em âmbito estadual, mecanismos de repressão ao tráfico de pessoas e consequente responsabilização dos autores; XIII – Definir, de forma articulada, fluxo de encaminhamento que inclua competências e responsabilidades das instituições inseridas no sistema estadual de disque denúncia; XIV – Prestar auxílio às vítimas do tráfico de pessoas, no retorno à localidade de origem, caso seja solicitado; XV – Instar o Governo Federal e promover parcerias com governos e organizações estrangeiras para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; XVI – Articular a implementação de Postos Avançados a serem instalados nos pontos de entrada e saída de pessoas, a critério de cada Estado ou Município.

O desenvolvimento e a implantação do II PNETP, conforme previsto na Política Nacional, deverá estabelecer metas específicas em longo, médio e curto prazos, um cronograma, responsáveis governamentais e, necessariamente, um orçamento detalhado. A sociedade civil, sem dúvida, tem papel importante no monitoramento da implementação da política e do II Plano Nacional. O protagonismo da sociedade civil na elaboração do I PNETP deve ser destacado.

O I PNETP teve duração de 2 anos, de 2008 a 2011, e o II Plano, que está em vigor desde fevereiro de 2013 e terá duração de 4 anos, possui como objetivos:

- I - Ampliar e aperfeiçoar a atuação de instâncias e órgãos envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime, na responsabilização dos autores, na atenção às vítimas e na proteção de seus direitos;
- II - Fomentar e fortalecer a cooperação entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais no Brasil e no exterior envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- III - Reduzir as situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, consideradas as identidades e especificidades dos grupos sociais;
- IV - Capacitar profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- V - Produzir e disseminar informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento; e
- VI - Sensibilizar e mobilizar a sociedade para prevenir a ocorrência, os riscos e os impactos do tráfico de pessoas.

Enquanto o I PNETP apresentava três linhas para um enfrentamento efetivo: A prevenção ao tráfico de pessoas; a repressão ao crime e responsabilização de seus autores; e atenção às vítimas, o II PNETP apresenta um aprimoramento para cinco linhas operativas: Aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas; integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimentos, organizações para prestação de serviços

necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas; capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; produção, gestão e disseminação de informação sobre o tráfico de pessoas; campanhas e mobilização para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Assim como na Política Nacional de Enfrentamento de 2006, no II PNETP, há uma visão da necessidade de criar e consolidar uma cultura de educação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e também a valorização da transparência e do acesso fácil às informações sobre o tráfico de pessoas como forma de prevenção.

3.4 Travestis e Transexuais, o Voo da Beleza²⁹ e Algumas Interfaces com o Tráfico de Pessoas

No Brasil, dentre as inúmeras barreiras encontradas por travestis e transexuais estão a transfobia e, conseqüentemente, sua marginalização. Questões ligadas à violência e discriminação são constantes e marcam o cotidiano de travestis e transexuais, que muitas vezes revelam os lugares de exclusão social, econômica, sexual, cultural e de gêneros pelas quais se situam no cenário urbano.

Basta realizar uma busca pela palavra travesti, pelo Google, para se deparar com notícias ligadas à violência, aos assassinatos e à marginalidade que envolvem travestis.

Já está constatado que a desigualdade de gênero contribui e é um dos fatores determinantes que colocam mulheres entre as principais vítimas do tráfico de pessoas no mundo, porém, ainda nessa perspectiva de gênero, é preciso considerar as várias desigualdades existentes em relação às travestis e transexuais.

Eribon (2008) entende que um dos princípios estruturantes das subjetividades de pessoas LGBTQs consiste em procurar os meios de fugir da injúria e da violência e, nesse sentido, a cidade sempre foi o refúgio. São muitos os relatos daqueles que

²⁹ O Voo da Beleza denomina a operação em que as travestis eram detidas pela polícia, na Europa, para serem expulsas. Muitas migravam ilegalmente, seja para a Itália, França ou Espanha, para trabalhar como profissionais do sexo, e quando eram detidas, essas sujeitas esperavam por um voo para retornar para suas cidades de origem. O trabalho realizado por Vale (2005) relata em depoimentos a migração de travestis da cidade de Fortaleza/CE, para Paris/França, e as experiências com o processo de imigração e o retorno ao Brasil.

deixaram o lugar onde nasceram e onde passaram a infância para se instalar em cidades mais acolhedoras.

No decorrer do século XIX, a reputação de certas cidades, como Nova York/EUA, Paris/França ou Berlim/Alemanha, atraía multidões de LGBTs vindos de todo o país e, com frequência, do exterior, desenvolvendo, na cultura *gay*, no imaginário coletivo, uma verdadeira mitologia da cidade e capital (ERIBON, 2008, p. 32-33).

Essa mitologia da cidade – e, portanto, da migração para a cidade – durante muito tempo coexistiu com uma mitologia mais geral da viagem e do exílio, não mais para a capital, mas para outros países, outros continentes. Houve – e, com certeza, ainda há – uma fantasmagoria do “outro lugar” nos homossexuais, um “outro lugar” que ofereceria a possibilidade de realizar aspirações que tantas razões pareciam tornar impossíveis, impensáveis, em seu próprio país.

Eribon (2008) deixa claro, em sua obra, que o centro de sua reflexão é a questão *gay*, para falar da homossexualidade masculina, e, às vezes, abre alguma exceção, quando cabe, mencionando as lésbicas, e possibilita, assim, um contraponto com as experiências de vida de travestis e transexuais.

O mercado do sexo é um tema que merece nossa atenção, ao lidar com travestilidades, uma vez que, sob o ponto de vista da representação social, se constitui como um vasto espaço de trabalho para as travestis que passam a ser vistas apenas como profissionais do sexo. Como a própria Antra aponta, 90% das travestis brasileiras atuam na prostituição.

Para Teixeira (2008, p. 277) os cenários da prostituição surgem “[...] como significativos espaços de sociabilidades no campo de diferentes pesquisadores que se aventuraram a investigar o cotidiano das travestis desde o trabalho inaugural de Helio Silva (1993)”.

Embora essa atividade ainda seja uma realidade, o mercado do sexo não deve ser compreendido como único, apesar da própria militância travesti surgir com a prostituição³⁰.

A prostituição de travestis não é apenas uma fonte de renda, mas várias afirmam que experimentam prazeres com clientes que as pagam ou com clientes que, atraentes, regateiam ou não têm dinheiro. As travestis, ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, a veem como um trabalho, assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que conseguiriam ganhar em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes, nesse contexto podem desenvolver ainda mais sua autonomia, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos (KULICK, 2008, p. 151).

A violência sofrida nas ruas, no caso de profissionais do sexo, também é constante e se reflete de várias formas. Consideradas abjetas, são desrespeitadas e agredidas verbal e fisicamente, sofrendo violência inclusive por parte dos cafetões e cafetinas que comandam a prostituição nas ruas.

Cafetinas e cafetões desenvolvem papel importante na vida de travestis e transexuais profissionais do sexo, porém, muitas vezes, essa relação é marcada por exploração e extorsão, desde a cobrança de estadia, alimentação, porcentagem dos programas e pedágio pelos pontos nas ruas, inclusive, sob ameaças.

As mães³¹ ou madrinhas³² são termos êmicos³³ e, na maioria das vezes, também são travestis e transexuais que acolhem e oferecem orientações quanto à

³⁰ Em junho de 1980, cerca de mil manifestantes - entre os quais também havia lésbicas, gays, negros e prostitutas - marcharam pelo centro de São Paulo, em protesto pela violência dirigida a essa população pelo delegado de polícia José Wilson Richetti. Com faixas contendo, entre outros dizeres, "Libertem os travestis", elas mobilizaram-se como movimento social pela primeira vez (GREEN, 2000; FACHINNI, 2003; TREVISAN, 2004), ainda que somente em 1993 viesse a ocorrer o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (FACHINNI, 2005). Também deve ser lembrado o surgimento de grupos de travestis pautado pela realidade da epidemia de aids, no Brasil. Em 2005, a articulação política das travestis possibilitou que fosse criada a Antra, para, entre outras questões, segundo a sua presidente, Keila Simpson, "mostrar à sociedade que travestis e transexuais não vivem somente das noites, se prostituindo (ANDRADE, 2005)" (DUQUE, 2009, p. 25).

³¹ O termo êmico é utilizado para definir, na rede de relações, aquela a quem se deve respeito. Nesse contexto, indicaria também uma origem, um pertencimento a um determinado grupo (TEIXEIRA, 2008). Aquela que, desde o início, já no processo de transformação do corpo, na transição hormonal, dá conselhos, bem como outros cuidados.

³² Termo êmico utilizado para definir aquelas que geralmente também são travestis e transexuais e oferecem qualquer tipo de apoio no decorrer da vida, seja financeiro ou emocional.

³³ Significa termo utilizado na antropologia para descrever categorias e valores internos próprios às sociedades e grupos em estudo. No caso do universo de travestis, significa que faz parte dos seus valores e do seu cotidiano.

sua vida, em âmbitos pessoal e profissional, e podem desempenhar ainda um papel de exploração.

A cidade de São Paulo é considerada uma capital privilegiada para modificações no corpo, a prática de prostituição e tem servido, inclusive, como localidade intermediária nas viagens para a Europa. Travestis e transexuais jovens vindas de estados do Norte e Nordeste com destino a São Paulo, são acolhidas por redes e podem passar por extorsão ou não.

Há relatos em que são induzidas a injetar silicone líquido industrial no corpo³⁴, procedimento que muitas vezes é financiado e cobrado por cafetões.

Na viagem para a Europa, travestis e transexuais utilizam desde recursos próprios, empréstimo, ajuda financeira de amigas, ou, ainda, podem ser financiadas por pessoa, ou grupo, já estabelecida na Europa. Podem, ainda, ser exploradas e até se tornarem vítimas do tráfico de pessoas.

São incentivadas e muitas vezes forçadas por seus cafetões e cafetinas brasileiros, que cobram preços abusivos para facilitar sua viagem.

Antes de eu ir com essa máfia italiana, eu ia com outro esquema lá de Campinas. Mas muito pior, mas aí a gente escapou. Ela queria fazer cirurgia em mim e me mandar pra Europa. Queria fazer o seio, meu nariz e a pálpebra. Eu queria fazer só o seio, mas ela falava: “Não, bicha, vamos fazer tudo”. Mesmo assim quando a gente não queria e ia fazer alguma cirurgia, vamos supor, eu ia fazer só o nariz, a hora que eu acordava já tava com o nariz, gogó, cara puxada, orelha, tudo pra ficar endividada. As clínicas já era máfia entre eles, porque, quanto mais eles faziam, mais eles ganhavam e ela também. Aí eu fugi, bem. Catei minha malinha e fugi (Mayanne).

Na ocasião em que são financiadas, ao chegar à Europa, são levadas para casas de prostituição de parceiros dos cafetões e cafetinas brasileiros, onde permanecem sob regime de servidão de dívida. São obrigadas a pagar pela viagem

³⁴ “(...) são as *bombadeiras* que injetam silicone líquido no corpo das travestis. As *bombadeiras* são, na sua imensa maioria, travestis também. Cabe a elas ‘fazer o corpo’, através da inoculação desse líquido denso e viscoso, no corpo das suas clientes. O processo é dolorido, demorado e arriscado. As *bombadeiras* são travestis que ‘fazem o corpo’, isto é, injetam silicone industrial em diversas partes do corpo daquelas travestis que desejam ter formas mais volumosas e arredondadas e, assim, associadas ao feminino. *Bombadeiras* não são propriamente agentes médicos ou de cura, mas lidam diretamente com o corpo, sua transformação, cuidados e embelezamento, o que, para as travestis, relaciona-se com uma aparência feminina e, assim, com a saúde, como já insisti nesta tese” (PELÚCIO, 2006, p. 260-261)

e pelos gastos, como aluguel e alimentação, cobrados com altos valores e sob ameaças, livrando-se apenas após quitar sua dívida para com a quadrilha.

3.4.1 Promessas, sonhos e expectativas

Não teve promessa nenhuma, eles só ofereceram se eu queria ir, que lá eu ia ganhar muito dinheiro (Mayanne).

Na busca por uma vida economicamente mais favorável, travestis e transexuais brasileiras historicamente patologizadas, criminalizadas, ridicularizadas e violentadas, têm se deslocado com destino à Europa para trabalhar no mercado do sexo, e nessa busca acabaram descobrindo possibilidades de viverem vidas mais promissoras (PELÚCIO, 2011).

Vidas muitas vezes indocumentadas, vividas nos entre espaços criados por vasta rede de sociabilidade e negócios, mas que tem garantido a muitas a oportunidade de conhecer lugares famosos, comer em bons restaurantes, conhecer outras culturas e línguas, mas, sobretudo, experimentar o privilégio de sobreviver (PELÚCIO, 2011).

Tornar-se uma europeia³⁵ exerce relevância na vida de travestis e transexuais, principalmente para aquelas que são profissionais do sexo, visto que passam a ser mais respeitadas em seu ambiente social.

Ser uma “europeia” confunde-se com a ideia de ser “bela” (termo que aponta para o sucesso na transformação/feminilização), como também de ser “fina”, isto é, mais sofisticada, justamente por ser viajada e, por causa disso, angariar um tipo de conhecimento tido como mais qualificado do que o adquirido no Brasil (PELÚCIO, 2011).

³⁵ Tornar-se uma europeia é um termo êmico utilizado para se referir à travestis e transexuais que partem rumo à Europa para trabalhar no mercado do sexo.

Eles chegaram e falaram pra mim “tem uma rua na Itália que a gente tá comandando, você não quer ir pra Itália? Pensei comigo: “Eu negrinha, o que eu vou fazer na Itália? Porque a gente tem essa cabeça, que quem vai pra fora, são só aquelas travestis perfeitas que saem em revistas. Aí eles falaram: “Não, lá morena ganha dinheiro. Você tá meio gordinha, precisa emagrecer, mas você vai ganhar dinheiro. Só que é tanto que você tem que pagar (Mayanne).

Mayanne refere que não houve outras propostas, além de conseguir reunir um bom montante em dinheiro, porém enfatiza mais uma vez as condições de trabalho, questão essa que se mostra bastante incômoda, ao ter que lidar com a exposição na rua, principalmente considerando o momento de chegada, em que ainda não dominava o idioma e não tinha estabelecido uma rede de relações nem com outras travestis e transexuais daquele espaço.

Não teve outra proposta, só que eu ia ganhar mais, que eu não ia ficar exposta na rua (Mayanne).

Eu queria comprar uma casa pra minha família. Era um sonho e o dela (Patrícia) também, porque a gente tinha uma casa muito pobrezinha. Eram dois cômodos e um banheirinho com descarga, entende? Mas eu não queria só aquilo, queria mais. E no Brasil era muito difícil porque trabalhava, trabalhava e comprava um tijolinho. Trabalhava comprava um saquinho de cimento, trabalha e comprava um saquinho de cal, entendeu? Eu queria comprar uma casa (Mayanne).

Conforme descreve Pelúcio (2005), no retorno ao Brasil, as conquistas podem ser verificadas mediante aquisição de carros, casas, terrenos, com maior destaque para os cuidados com corpo, cabelos, próteses, cirurgias plásticas, além de roupas, perfumes e joias.

Assim, eu queria colocar meus seios, porque eu tinha silicone, e meu sonho era tirar aquele silicone e colocar peito. E ter uma bagagem cultural, de falar outra língua. Assim, eu falar: “Que legal, eu fui pra Suíça”. Falar outra língua. Eu nunca imaginei que eu fosse falar tão bem quanto eu falo (Mayanne).

Patrícia relata que seu sonho também era comprar uma casa, bem como colocar próteses de silicone nos seios, porém destaca que, além das conquistas materiais, obteve também o respeito da família, dos vizinhos e da comunidade, conquista que, para ela, não tem valor menor.

Quando eu cheguei de lá pra cá, eu fui mais respeitada do que era antes, e pelos outros da rua também, porque onde eu passo: “Nossa, você foi mesmo. Você conseguiu!” (Patrícia).

Nossa, eu queria ir, porque a gente tinha uma amiga que foi antes e que voltou e que humilhava a gente. Pensa numa pessoa que humilhava! Mas quando ela foi deportada da Itália, nós que ajudamos ela (Mayanne).

Nota-se que, além do dinheiro e dos bens materiais conquistados, a experiência de viver na Europa representa, para as entrevistadas, um novo *status* diante de suas famílias e também de vizinhos, da comunidade e, inclusive, de outras travestis e transexuais.

O contato com a família era frequente e ambas mantinham a família economicamente, com remessas de dinheiro.

3.4.2 Travestis, transexuais e tráfico de pessoas

Há vários fatores que diferenciam o tráfico internacional de travestis e transexuais do tráfico de mulheres. Verifica-se que travestis e transexuais traficadas, geralmente, têm o conhecimento de que trabalharão no mercado do sexo e a maioria que se submeterá à exploração sexual e servidão de dívida.

Outra questão que se coloca em relação ao tráfico de travestis e transexuais com a finalidade de exploração sexual e o tráfico de mulheres, nessa mesma modalidade, é que as primeiras geralmente ficam livres assim que saldaram suas dívidas, enquanto as mulheres traficadas raramente ficam livres dos traficantes (TORRES, 2012).

Os casos de travestis e transexuais vítimas do tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual, exigem o esforço de analisar o entendimento delas sobre essa condição, visto que muitas encontram, nesse tipo de prática, uma alternativa, uma saída para a cruel realidade brasileira, que ceifa, todos os dias, vidas de várias travestis, por meio da violência. Elas não compreendem muitas vezes o fenômeno como crime e não se consideram vítimas, independentemente do seu consentimento.

Caracterizam, o tráfico de pessoas, o cárcere privado, uso da violência e a exploração da vítima e perda total da liberdade.

Ao analisar o que define o tráfico de pessoas, verifica-se que, mesmo se não houver cárcere privado, o uso de violência e a perda total de liberdade, mas ocorrer exploração da vítima, há tráfico de pessoas, porém, qual a compreensão sobre exploração da vítima? Qual o entendimento acerca desse elemento, que necessita de questionamento constante?

Era uma brasileira casada com um italiano mafioso. Esses aliciadores eu descobri a partir de outras travestis aqui no Brasil. Chegando lá eles usaram todas as formas deles. “Ó, se você não pagar sua família morre. Ta vendo ali? Você vai ali, você desce, se a policia te pegar, você não me conhece”. (Mayanne).

Mesmo afirmando que foi traficada, Mayanne refere que é muito difícil uma pessoa ser enganada a tal ponto de ser traficada, principalmente se for travesti ou transexual, partindo do pressuposto de que, no Brasil, já trabalham como profissionais do sexo antes de seguir em busca de novos horizontes no exterior. Portanto, sabem que vão manter esse tipo de trabalho. Outro aspecto levantado por ela é no sentido de que, atualmente, há muita informação acerca do tráfico de pessoas, o que poderia impedir ou dificultar que uma pessoa seja traficada.

Pode até acontecer de uma pessoa ser enganada, mas eu acho muito difícil, porque hoje tem muita informação. A própria novela³⁶ trouxe informação. Nas cidades grandes, têm mais acesso, talvez nas cidades pequenas do interior do país, pode acontecer. Eu já estava com 28 anos já, já estava bem sabendo o que eu ia fazer, bem ciente do que eu ia fazer, entendeu? (Mayanne).

Eu vejo muitas reportagens que as meninas fala: “Ai, eu fui enganada porque falaram pra mim que eu ia fazer faxina”. Não, quando vieram em mim, foram bem sinceros, chegando lá você vai ser prostituta. To te oferecendo uma oportunidade (Patrícia).

Nota-se que as sujeitas apresentam a compreensão de que foram traficadas, não por serem aliciadas para exercer a prostituição no exterior, visto que já tinham conhecimento sobre essa questão, mas por serem enganadas quanto ao contrato que possuíam com os aliciadores e por considerarem que a quebra do acordo

³⁶ Refere-se à novela Salve Jorge, da Rede Globo de Comunicações, que tratou do tema do tráfico internacional de pessoas.

referente ao valor pago e às condições de trabalho que encontraram ao chegar naquele país constituíam-se como uma relação de exploração e extorsão.

A hora que você vai, eles falam assim pra você: “Você vai pagar €1.200”. Chegando lá, o dinheiro que eles te deram para você levar, você já tem que pagar a “carrinha”³⁷ que foi te buscar” (Mayanne).

Mayanne segue relatando o descontentamento com o acordo firmado com a quadrilha, considerado, por ela, abusivo.

Assim, é um filme que eu fiquei me tremendo de medo, eu suava. Nessas horas, eles engana a gente um pouco. Chegando lá, um homem veio, me pegou, colocou no carro, falou assim: “Você trouxe muita mala”. Foi, foi, foi, viajou o dia inteiro, chegou à noite. Parou na frente do prédio, eu nem conhecia elevador direito, viu bem? (Mayanne).

Ao mencionar que não estava familiarizada com o elevador, Mayanne demonstra que vivia uma vida simples no interior de São Paulo e que aquela realidade era impactante e a assustava.

Chegou lá, parou em frente ao prédio, fui recebida por uma menina que tinha sido traficada também, brasileira, linda a menina, de Vitória. Logo depois, chegou a brasileira de São Paulo, esposa do italiano da Sicília, que era mafioso. Que tinha trago as meninas e as travestis. Chegou: “Oi, tudo bem? Eu sou a Stela”. Bem arrogante, assim, sabe? Bem traficante mesmo (Mayanne).

A intimidação e as ameaças ocorrem e são artifícios muito utilizados nas relações entre a pessoa traficada e traficante, como relata Mayanne.

E falou assim: “Vem aqui, bicha, ta vendo aquela rua ali? Você vira ali, é a rua das bicha”. Eu falei: Mapoa³⁸, dá licença, não é assim que você chega trabalhando na rua das bicha, as bicha vão me cortar lá embaixo. Ela disse: “Não, bicha, aqui nós estamos na Europa, não acontece isso não, pode ir”. Eu falei: Não, eu ouço sempre na televisão, eu vejo as minhas amigas, que aqui a gente tem que pagar ponto, comprar, tem que comprar isso. “Não, eu sou a Stela, qualquer coisa você fala que ta na minha casa.” Ela mandou um cara me levar com um cachorro e eu já tive que pagar esse cara também. Tudo que a gente fazia, tinha que pagar. Essa parte a gente é enganada (Mayanne).

³⁷ O carro que foi buscá-la no aeroporto.

³⁸ Mapoa quer dizer mulher em bajubá, um dialeto africano muito utilizado no universo LGBT.

De acordo com Mayanne, Stela não era cafetina, mas apenas trabalhava no deslocamento de pessoas, mulheres, travestis e transexuais, com destino à Europa, e, em seu caso, para trabalhar no mercado do sexo.

Porque cada país é um babado. Você chega em Paris, tem que pagar o ponto para as outras, entendeu? Nessa parte, eu acho que fui enganada, lesada. Com a Patrícia, foi tranquilo, porque eu já estava lá (Mayanne).

Patrícia conta que viveu outro esquema, segundo ela, chamado de “metade/metade”, onde todo programa que fazia, metade era dela e a outra da cafetina da casa que mantinha todo o controle daquele lugar.

Eu já fui traficada por uma máfia e trabalhar com outra. Tudo o que eu ganhava era metade da pessoa e metade meu. A cafetina atende telefone, agenda os programas, marca tudo e faz tudo. O duro é que lá não tem como enganar ela. Ela controla tudo (Patrícia).

Além do controle da casa, a cafetina controlava o horário e as pessoas que ali viviam e trabalhavam. Como a parte de divulgação e os anúncios em jornais, assim como o agendamento de todos os programas era feito por ela. Patrícia relata: *“Praticamente obrigava atender o cliente. Independentemente do horário, acordava para atender o cliente”*.

Diante da situação de imigrante irregular e das ameaças contra a própria vida e de suas famílias, as entrevistadas relatam que permanecer longe da polícia significa ficar longe de problemas e, portanto, não viam as autoridades policiais como forma de sair daquela situação. *“Eu corria da polícia até porque eu tava num país que eu nunca tinha visto, tava tudo difícil” (Mayanne).*

Para descrever o quarto em que vivia, Patrícia relata com ironia que morava dentro de um guarda-roupas. Explica que o quarto ficava atrás de uma parede, cuja passagem se dava por uma porta camuflada.

Morava dentro do guarda-roupa. Era uma casa só de clandestina. Tinha uma parede falsa. Se a polícia invadissem, entrava dentro da parede, mas teve um dia que não teve jeito. A polícia já sabia que aquela parede existia e aí me pegaram. Na verdade, só pegaram meu passaporte, levaram pra delegacia e mandaram eu ir lá (Patrícia).

Mayanne conta que a ação policial da cidade onde viveu é outra coisa, que difere da do Brasil, elencando o tratamento recebido pela polícia suíça como

exemplar. “*Lá eles são educados, não é igual aqui. Eles dão uma carta pra você se retirar do país. Não te maltrata, nada*” (Mayanne).

Mayanne relata que o prédio em Lausanne, em que ficou, assim que chegou à Suíça, não existe mais. Segundo ela:

Tinha muita prostituição, não só do Brasil, trazia muitas pessoas da África, da Colômbia. Eu conheci todo tipo de pessoas. Era um prédio que tinha droga, um prédio bem afastado, acontecia de tudo ali, estupro, puta que não queria pagar, as donas jogava na rua. Aí tem a máfia, que é a máfia dos albaneses, que leva e traz mulheres (Mayanne).

É recorrente, nos apontamentos de Mayanne, que ela foi enganada. Além das precárias condições de trabalho na rua, cita também outra forma de coação, que é a retirada do passaporte, devolvido apenas após a vítima quitar a dívida.

Quando você chega lá, eles pega o teu passaporte, segura teu passaporte e você tinha que pagar uma dívida, até então sem condições porque até o espaço da rua eu não tinha. Então, assim, no meu caso, foi só quando eu cheguei, porque depois eles não precisavam pedir dinheiro pra mim, que eu mesmo dava, mas acontecia com as outras pessoas, entendeu? Assim, elas saíam muito pra rua, elas comprava muita roupa, elas ia muito pra boate, elas bebia muito, entendeu? Eu não, eu fui no intuito, eu vim devendo e eu vou pagar. No dia que eles chegaram em mim, fazia cinco dias que eu tava, tava aquela coisa, não ganhava muito porque eu não sabia falar. Chegaram em mim e falaram: “Ah, você tem que pagar”, eu falei: Ó, eu sou travesti o suficiente de te pagar só que você não me aperta, não me ameaça, porque comigo o negócio é mais embaixo. Porque eu sempre fui maloqueirinha, sabe? (Mayanne).

O meu passaporte ficava comigo, ficava dentro da minha bolsa (Patrícia).

A partir das narrativas de Mayanne, constata-se que compreende sua parte na dinâmica daquela relação vertical, permeada por uma assimetria que a colocava numa posição desfavorável para negociar suas condições de trabalho. Por outro lado, não deixa de criar o que se identifica como estratégias de sobrevivência.

Chegando lá, eu fiquei amiga deles, eu não virei inimiga, que é burrice das travestis chegar lá e virar inimiga. Sua vida difícil, fica pior. Eles mesmos chamam a polícia pra você. Sua vida vira um inferno. Então, logo em seguida eu percebi tudo isso. Mas, se eu não pagava, elas ameaçava. Eu falei: Eu vou fazer de tudo pra sair, pra me livrar de vocês, porque depois que eu pagar vocês, eu to livre. Então eu fazia de tudo pra pagar (Mayanne).

Sobre o valor pago por elas, consideram abusivo, visto que, além do valor fixo de €12.000, referente ao deslocamento e acolhimento na chegada delas na Europa, ainda haviam outras taxas cobradas, que não eram previstas e que, por outro lado, acabavam sendo incorporadas às suas dívidas.

O valor que eles cobravam não era justo, porque fora os €12.000, eu tinha que dar € 1.000 pra um, € 1000 pra fazer não sei o que, fora um presentinho que a cafetina ou até mesmo outra travesti mais esperta, mais maloqueirinha, queriam, igual aqui no Brasil, tá cheio (Mayanne).

Patrícia permaneceu praticamente todo o tempo da entrevista quieta, fazendo pequenas inferências e, muitas vezes, quando lhe era dirigida alguma questão, Mayanne é quem respondia.

Exemplo disso ocorreu quando a questionamos sobre sua compreensão sobre o tráfico de pessoas e a experiência que viveu e a prima Mayanne responde.

Com essa aqui (Patrícia) foi diferente. Eu entrei na cabeça dela porque ela tinha medo de ir, no entanto ela não tinha peito e tinha medo de ir. Eu falava: “Ai, cada homem lindo, muito acué³⁹, veado. Não é que nem no Brasil. Tô me sentindo milionária”, eu falava pra ela (Mayanne).

Mayanne explicita que se sentia realizada e utilizava sua persuasão para convencer também a prima da possibilidade de realizar seus sonhos, seguindo seus passos rumo à Suíça.

Porém, Mayanne relata algo fundamental para compreender as tramas do tráfico de pessoas que envolvem travestis e transexuais com a finalidade de exploração sexual na Europa, que vai além da autorrealização da prima. Segundo ela, há um esquema de captação em que travestis e transexuais já traficadas atuam recrutando outras pessoas, incidindo, inclusive, no valor da dívida que possuem com os traficantes.

Porque todo mundo ganha. Ela ganhou (a cafetina), no entanto, quando ela (Patrícia) foi, eu também ganhei nas costas dela, entendeu? Eu tirei um pouco da minha dívida, arrumando ela pra eles (Mayanne).

Portanto, Mayanne trabalhou na captação de outras travestis e transexuais e a ida de Patrícia serviu para que parte da sua própria dívida fosse saldada. Ela

³⁹ Acué significa dinheiro, em bajubá.

relata que essa prática é bastante recorrente entre pessoas envolvidas nesse esquema e que não demorou para que também se incluísse, inclusive levando para a Suíça outras travestis e transexuais de sua cidade de origem.

Eu sempre levava as bichas daqui. Quando eu arrumava um lugar bom pra ganhar dinheiro, eu vinha e buscava. Porque todas nós éramos muito pobres, pobre de tudo, pobre de espírito, pobre de tudo (Mayanne).

A situação de Patrícia e as condições de trabalho encontradas por ela foram bem diferentes daquelas apontadas por Mayanne.

Mas quando ela veio, já tinha eu, então era mais fácil. Eu saí na frente e abri portas pra ela. Ela não sofreu o que sofri. Ela não estava sozinha como eu, quando cheguei (Mayanne).

Mayanne foi trabalhar em um apartamento em que todos os programas eram agendados por uma pessoa que desempenhava o papel de cafetina. Assim, não precisou se arriscar nas ruas, porém relata que o valor dos programas eram sempre controlados pela cafetina e seu lucro era menor do que o que obteria se estivesse trabalhando nas ruas.

Existe um apartamento, aqui é seu quarto, eles põe um anúncio no jornal, na internet, igual aqui no Brasil, que agora existe, o que achei maravilhoso, porque as travestis agora não ficam mais na rua. Só fica se quiser (Patrícia).

3.4.3 Idioma

A maioria das travestis e transexuais brasileiras veem uma temporada na Europa, trabalhando como profissional do sexo, como garantia de um futuro melhor, com melhores condições de vida. Porém, quando chegam ao país europeu de destino, enfrentam vários problemas, como a passagem pela imigração, que tem sido dificultada, devido ao contínuo estreitamento das fronteiras europeias; a dificuldade de encontrar moradia; a barreira diante da falta de domínio de outro idioma.

Eu fui aprendendo com eles, porque é super difícil. Pra aprender foi uns três meses (Patrícia).

Eu fui obrigada rapidamente a aprender o idioma, foi muito difícil porque eu não sabia falar o preço (valor do programa). O carro parava e falava: “Preço”, era difícil. O que você fazia no sexo. Só que a gente dava sorte porque tinha muito português (Mayanne).

O idioma é apontado pelas sujeitas como um aspecto dificultador na nova realidade vivida por elas, principalmente quando associado às outras adversidades enfrentadas.

3.4.4 Relação com outras travestis, transexuais, outras colegas de trabalho e cafetões

A relação com outras travestis, transexuais e colegas de trabalho, segundo relatam as entrevistadas, principalmente no início, era muito conflituosa, porque eram vistas como pessoas que iam disputar o espaço com elas.

No começo era mais difícil, era travesti que não aceitava você trabalhando na área dela, te ameaçava, mas depois não. Depois você vai enfrentando também, senão elas aproveita de você. E a gente muitas vezes fazia até amizade, sabe? (Mayanne).

É, no começo assusta, porque você não conhece ninguém. Eu ainda conhecia a Mayanne, então, isso me ajudou muito (Patrícia).

3.4.4.1 A presença dos cafetões

O cafetão vinha uma vez por semana e a gente sabia que tinha que dar o dinheiro pra ele, então não podia faltar (Mayanne).

Mayanne conta que nunca teve problemas com os cafetões, porque sempre buscou manter uma relação harmoniosa e, principalmente, cumprir com o pagamento de sua dívida, sem atrasos. Patrícia também sempre procurou cumprir os compromissos firmados com os cafetões para evitar problemas.

Eles cobravam tudo, 500 francos pra você morar, sem comida, sem nada. E mais 500 de sua dívida. Então, você tem que ter 1.000 francos na semana pra dar pra ele. Só que se você for esforçada, você tira isso num dia. Eles não gostavam que ficasse devendo (Mayanne).

Se você trabalhava, se você era certinha, aí eles não ligavam muito, mas se você tá atrasando muito, aí eles te pegam e não tem como enganar eles, porque eles sabem de tudo (Patrícia).

3.4.5 Relação com os clientes

Quanto à relação com os clientes, tanto Mayanne como Patrícia citam que sempre foram muito respeitadas e que não sofreram episódios de violência, por parte deles, diferentemente do comparado à época em que trabalhavam no Brasil, se referindo aos clientes brasileiros.

Lá os clientes são ótimos. Nem se compara o Brasil com a Europa. Pelo menos da Suíça. Na Itália, já ouvi outras histórias. Na Suíça, eles são muito educados. A violência vinha dos albaneses e iugoslavos. Eles te batiam e te roubavam (Mayanne).

Quando eu morei em Portugal, um cliente matou uma mapoa (Patrícia).

Soube de uns dois ou três assassinatos envolvendo prostitutas, mas com travestis não. Lá não tem violência praticamente, você tá segura (Mayanne).

Segundo elas, exercer a prostituição naquele país proporciona muita segurança, apesar de eventuais riscos, mas que não são comparados à realidade brasileira. Por mais que tivessem o conhecimento de alguma profissional do sexo que tenha sido espancada, ou até mesmo assassinada, para elas, se trata de uma questão muito ínfima, diante do que deixaram para trás, quando seguiram rumo àquele país.

O tráfico de travestis e transexuais geralmente ocorre com o consentimento das vítimas, as quais têm o conhecimento de que trabalharão no mercado do sexo e serão exploradas, mas, mesmo assim, acreditam que se trata de uma oportunidade para obter melhores condições de vida. Independentemente de todos esses fatos que diferenciam o tráfico desse segmento para o de mulheres e homens com destino para a exploração sexual. Mas travestis e transexuais não deixam de ser

vítimas, quando há algum dos fatores que caracterizam o tráfico de pessoas, como ameaça, uso da força, ou outras formas de coação; rapto, fraude, engano, abuso de autoridade; ou de situação de vulnerabilidade; ou entrega ou aceitação de pagamentos, ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração.

Porém, deve-se analisar e refletir sobre a situação de travestis e transexuais que se encontram no mercado do sexo e que se deslocam para outro continente em busca do sonho e da realização pessoal e profissional, para atentar às particularidades que essa realidade apresenta.

Ainda sobre a situação de travestis brasileiras traficadas e exploradas por redes criminosas organizadas e vinculadas ao tráfico internacional de pessoas, a pesquisadora Flavia Teixeira (2008, p. 285) aponta que se deve manter certa cautela e enfatiza que podem existir casos, porém, no universo de sua pesquisa, voltado a travestis com destino à Itália:

[...] as condições para a permanência nos primeiros tempos se estabelece por acionamento de redes informais de amizade, gênero e parentesco. Em vários trabalhos sobre migração é possível identificar o acionamento de redes sociais que possibilita a saída e a recepção nos locais de destino. Essas ações, que envolvem as informações sobre o local, o compartilhamento ou a indicação de abrigo, até mesmo o empréstimo ou a compra de passagens, são reconhecidas e nomeadas por diferentes sujeitos envolvidos na transação como “ajuda”. As redes sociais acionadas pelas travestis para alcançarem seus sonhos, embora mantenham semelhanças com as acionadas por diferentes sujeitos “em trânsito”, poderiam ser precipitadamente identificadas como rede de aliciamento e extorsão.

Segundo Teixeira (2008), a exploração de travestis vai além do universo da prostituição e pode se dar inclusive com qualquer migrante indocumentado que sai de suas origens em busca de trabalho em outro país. No caso de travestis, mesmo aquelas que vão por conta própria e morar sozinhas em apartamentos, sem o controle de cafetinas, podem ser exploradas pelos próprios proprietários, que cobram aluguéis exorbitantes, além de exigirem pagamento de garantia do imóvel (caução), o que coloca as travestis em condição desfavorável para negociar.

Teixeira (2008) ainda aponta que, na Itália, muitas travestis vivem em situação análoga à do Brasil, sem que a compreendam como cárcere ou exploração sexual. Observa-se a mesma forma de moradia coletiva, comum no Brasil, em que

uma travesti é a proprietária ou locatária do imóvel e as outras residem num sistema de pensionato, pagando diárias referentes ao custo da moradia. Em algumas casas, a alimentação está incluída no preço da diária, em outras não. Não há regra específica para esse contrato. No Brasil, o preço é estabelecido diariamente e na Itália semanalmente.

Para a pesquisadora Adriana Piscitelli (2013), que assumiu a coordenação técnica de pesquisas realizadas por instâncias do governo brasileiro, com diversas parcerias, a fim de identificar indícios de tráfico de pessoas entre brasileiras deportadas e não admitidas que retornavam ao Brasil pelo aeroporto de Guarulhos, há uma complexa discussão política em torno do assunto em disputa. Destaca, ainda, o tratamento discriminatório e humilhante ao qual são submetidas as migrantes brasileiras nos aeroportos europeus, particularmente pela polícia migratória.

Ao destacar os aspectos culturais, permeados por relações de poder, nas demandas por estrangeiras na indústria europeia do sexo, Piscitelli (2013, p. 58) refere que:

Nesses espaços, às vezes, representantes de diversas instâncias governamentais e não governamentais se sentiam decepcionados. Eles queriam informações sobre vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual, e os resultados delineavam um quadro de brasileiros/as que sofriam abusos da polícia e dos empregadores, vinculados à sua situação migratória irregular e também a processos de racialização e inferiorização que favoreciam a intensa exploração do trabalho migrante. Nesse quadro, parte significativa das trabalhadoras sexuais estava longe de ser alvo dos abusos mais intensos.

De acordo com Teixeira (2008), a Itália parece seguir a perspectiva apontada por Adriana Piscitelli (2006), em que as medidas para erradicar o mercado do sexo são consideradas como antitráfico e vice-versa.

Há uma ideia de proteger pessoas, principalmente mulheres de locais pobres, evitando que se tornem vítimas desse tipo de crime, porém, sob esse discurso oficial, escondem-se muitas vezes políticas antimigratórias, que têm como objetivo fechar as fronteiras para imigrantes.

A própria dinâmica do capital, principalmente em contextos de crise, faz proliferar discursos de grandes magnitudes em que compreendem o imigrante, na

maioria das vezes originários de países periféricos, como um inimigo e que precisa ser combatido.

Enquanto no Brasil as conotações sobre os mercados do sexo estão vinculadas às discussões sobre a problemática do turismo sexual e do tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual, que se desenvolveram concomitantemente à presença crescentemente visível de estrangeiros à procura de sexo e ao aumento dos deslocamentos de brasileiras para trabalhar no mercado do sexo no exterior.

Na Itália e na Espanha, essas conotações estão relacionadas com a problemática do tráfico de pessoas, num debate cuja intensidade aumentou paralelamente à crescente inundação dos mercados por estrangeiras de regiões pobres do mundo. Nesses países, porém, diferentemente do Brasil, essas discussões não podem ser separadas dos esforços para conter a migração internacional originada em regiões “pobres” do mundo. Nessa imbricação, em países como Espanha, a prostituição adquiriu novos ares transgressores (PISCITELLI, 2013, p. 65).

O endurecimento na política de circulação de estrangeiros e de migração, na primeira metade da década de 2000, impactou sobre as leis acerca da prostituição de maneiras diferentes, em diversos países da União Europeia, reformulando-as de acordo com a repressão à migração irregular e ao tráfico internacional de pessoas⁴⁰.

As leis relativas à prostituição vigentes na Itália e na Espanha estão afinadas com modelos abolicionistas. Prestar atenção no processo mediante o qual elas foram reformuladas no período recente permite perceber as articulações que se estabeleceram entre prostituição, migração e tráfico de pessoas. A Espanha oferece um exemplo particularmente claro desse processo (PISCITELLI, 2013, p. 72).

A preocupação com o tráfico de pessoas surge na história em dois momentos marcados pelo desconforto em relação à migração, prostituição e com as relações entre ambos.

⁴⁰ Em meados da década de 1990, no marco das reformas do pós-franquismo, a Espanha havia alterado a legislação relacionada à prostituição. Na Lei do Código Penal de 1995 (art. 188.1), o exercício da prostituição não era considerado delito; apenas o era quando envolvia adultos coagidos/forçados e menores. O proxenetismo era penalizado, mas só se considerava proxenetismo o lucro obtido como resultado de coação, engano ou abuso de poder (MESTRE, 2004). Essas leis foram reformuladas em 1999 e em 2003, em um processo que conflui com alterações na Lei de Extranjeria. Nas reformulações, a obtenção de lucros da prostituição, mesmo envolvendo maiores que agem de maneira voluntária, passou a ser delito (RIOPEBRE, 2010). Essa lei (art. 318 bis) considera delito favorecer a imigração ilegal, com agravantes, se o fim é a exploração sexual e, mais ainda, se houver coação, engano, privação da liberdade ou abuso de condições de vulnerabilidade (CANTARERO, 2007; PISCITELLI, 2013, p. 72).

Ao comparar os resultados de pesquisa sobre a construção de narrativas acerca do tráfico no passado e o debate atual, é possível estabelecer relações entre a intensa preocupação com esse tema nas viradas dos séculos XIX e XX, dois momentos marcados pela profunda inquietude em relação à migração (SCHETTINI, 2006). (PISCITELLI, 2013, p. 81).

Apesar do aumento da visibilidade, nos últimos anos, os poucos números de casos registrados sobre o fenômeno podem ser explicados em virtude da complexidade com que se apresenta e da pouca divulgação, que corroboram para a falta de conhecimento sobre o fenômeno, por parte das instituições; a legislação restrita a um tipo de tráfico (internacional, envolvendo mulheres e para a prostituição); a relação com o crime organizado; o enfoque mais na questão da prostituição e do turismo sexual, por serem mais visíveis e frequentes.

Teixeira (2008, p. 298) aponta que “Mesmo quando o discurso oficial e a mídia insistem na associação entre prostituição e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, percebo a ausência de políticas públicas para a proteção das vítimas”.

CONCLUSÃO

Há uma série de medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical, que neutralizam, em grande medida, os avanços e as conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora nos anos de 1980.

O Estado retrai sua ação reguladora com a ofensiva neoliberal, de mais mercado livre e menos Estado social, pulverizando os meios de atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalização e ao atendimento, por meio da assistência social, daqueles que estão impossibilitados de vender sua força de trabalho. Por outro lado, a classe trabalhadora é assolada pelos processos de privatização de empresas estatais e pela ofensiva mercantilização na área dos serviços sociais e de infraestrutura, como saúde, educação, previdência, saneamento, habitação, segurança, etc.

Por esses motivos, o tráfico de pessoas encontra conjunturas econômicas relacionadas à reforma do Estado, implementada a partir dos anos 1980, que vêm resultando em constantes crises financeiras, programas de reajuste estrutural em várias áreas, principalmente nas políticas sociais, na previdência e no trabalho, trazendo reflexos como a precarização do emprego e deterioração das condições de trabalho, de degradação das condições de sobrevivência, e a consequente emergência de novos fluxos migratórios transnacionais.

A presente pesquisa permite afirmar que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual de travestis e transexuais segue a lógica do mercado e as regras básicas que criam as condições necessárias para que a acumulação do capital floresça. O tráfico de pessoas está diretamente ligado à exploração da mão de obra em regime de escravidão, que esteve e está presente em todas as nações.

Outra questão que envolve o tráfico de pessoas está relacionada aos números e dados sobre o fenômeno no Brasil, que são subnotificados, visto que não existem estudos suficientes que apresentem a realidade detalhada dessa prática. A própria característica do tráfico, por ser considerado crime, dificulta a obtenção de dados objetivos, tendo em vista a complexidade do fenômeno, pois há uma rede constituída para produzir esse ocultamento e tornar cada vez mais difícil o acesso aos poucos dados registrados.

Há outros fatores que contribuem para a falta de dados, como o aspecto transnacional, característico desse tipo de fenômeno, e a própria dificuldade, muitas vezes, de compreensão da própria vítima sobre o crime, e, portanto, de colocar-se como vítima.

Verifica-se, ainda, que o tráfico de pessoas encontra grandes desafios, como a falta de compreensão acerca do fenômeno; a difícil detecção, prevenção e punição; o silêncio que impera entre os envolvidos; bem como a falta de ações efetivas do Estado. Seu enfrentamento, portanto, é uma questão complexa por estar atrelada à política antimigratória, que se utiliza do discurso de defesa da vítima para impedir a entrada de imigrantes indesejados, na maioria das vezes humilhados, desqualificados e impedidos de embarcar ou de permanecer no país de destino.

Esta tese apresentou o desafio de compreender o fenômeno do tráfico de pessoas em suas múltiplas dimensões: como fenômeno econômico global; como atividade do crime organizado internacional; como elemento de um contexto de intensas desigualdades de gênero, raça e classe; e como parte de processos de transformação cultural. Pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados no que se refere à compreensão dos elementos constitutivos desse fenômeno, bem como das especificidades que envolvem travestis e transexuais, e os mecanismos de enfrentamento utilizados pelos referidos órgãos que atuam com tal realidade.

A partir das hipóteses construídas inicialmente de que a homofobia, ou, mais especificamente, a transfobia, representada pelas formas de violência e discriminação, funciona como processo facilitador para o ingresso de travestis e transexuais na prática do tráfico de pessoas e que a violação de direitos e suas expressões na questão social, e a falta de políticas públicas que assegurem direitos a travestis e transexuais contribuem com esse processo.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa permitiu problematizar sobre o universo de travestis e transexuais no que diz respeito aos deslocamentos transnacionais e

ao mercado do sexo. Sabe-se que faz parte da cultura desse público tornar-se europeia; que se trata de uma experiência muito valorizada entre elas; e que o tráfico de pessoas se apropria desses desejos para fazer as suas vítimas.

É importante ressaltar que é preciso aprofundar o debate sobre o entendimento do tráfico de pessoas que envolve travestis e transexuais. O tráfico de travestis e transexuais existe, não é lenda urbana e pôde ser afirmado a partir da pesquisa qualitativa que envolveu as sujeitas desta pesquisa. Em alguns casos, inclusive, as próprias travestis e transexuais vítimas do tráfico tornam-se também aliciadoras de outras travestis e transexuais, prática que se aproxima das noções de fraude, coação ou abuso de situação de vulnerabilidade que caracterizam o tráfico de pessoas.

Porém, como aponta Teixeira (2008) a respeito da dimensão do deslocamento transnacional do sexo, em muitos casos, há uma rede de travestis e transexuais que já vivenciaram essa experiência e que acabam colaborando nesse processo, sem que, necessariamente, seja considerado como abuso nessas relações e/ou tráfico de pessoas.

Na área do Serviço Social, pode-se afirmar que é no cotidiano profissional que o/a assistente social encontra as dificuldades, os desafios, mas também as possibilidades para assegurar as condições de trabalho e os direitos da população usuária. Um profissional que dispõe de um projeto ético-político que norteia o seu trabalho, contribui para uma sociabilidade sem preconceito, opressão, exploração, moralismo, conservadorismo e, em contrapartida, aponta para o respeito à autonomia, democracia, superação da inferiorização do outro, e ainda perpassa necessariamente pelo respeito à diversidade sexual.

Caracteriza-se, portanto, como compromisso do/a assistente social apropriar-se das discussões de gênero e sexualidade, mesmo que haja uma lacuna em sua formação profissional, para também compreender como o próprio capitalismo se aproxima dessas questões para justificar a barbárie.

Reiteram-se alguns aspectos relativos às lacunas na literatura e a própria dificuldade e também o esforço da Abepss de situar essa temática nos seus grupos de pesquisa⁴¹. No plano da formação profissional, é também temática oculta, bem

⁴¹ GTP. Grupo Temático de Pesquisa. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.

como na própria agenda de debates da categoria profissional. Trata-se de questão acadêmica, mas também política.

Nesse sentido, a construção desta tese, por um lado, apresenta originalidade e ineditismo e, por outro, enfrentou vários desafios seja pelas particularidades do Serviço Social, falta de literatura, dificuldade da profissão incorporar essa temática da diversidade sexual, sexualidade e relações de gênero no plano da formação profissional, seja por sua articulação com o tráfico de pessoas envolvendo travestis e transexuais.

Esta pesquisa não esgota a produção de conhecimento acerca da problemática sobre travestis e transexuais vítimas do tráfico de pessoas, mas traz uma contribuição e aponta para a necessidade de novos estudos e pesquisas.

O GTP foi criado em dezembro de 2010 durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado no Rio de Janeiro, como estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social e ainda o isolamento dos/as pesquisadores/as, mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área (ABEPSS, 2013, apud QUEIROZ *et al.*, 2014, p. 233). Para nortear as discussões, apresenta como ementa: Sistema capitalista-patriarcal-racista-heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidade. Ressalta-se ainda que, devido às especificidades de cada ênfase, constituem-se as ementas individuais: a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo, Serviço Social e Projeto Ético- Político do Serviço Social. b) Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial. c) Questão geracional – Velhice: A contextualização da velhice no mundo contemporâneo. Aspectos demográficos e suas repercussões sociais. O envelhecimento como expressão da questão social. As transformações no mundo do trabalho: o trabalhador brasileiro em tempo de capital fictício e o sistema de proteção social. O trabalho desprotegido e as incertezas da proteção previdenciária no horizonte do trabalhador que envelhece. As dimensões sócio-históricas, as lutas políticas e as conquistas no âmbito dos direitos da pessoa idosa. O cenário atual: indicadores e perspectivas relacionadas ao cuidado, à proteção social e ao protagonismo político. As políticas públicas para a velhice no Brasil. Aspectos culturais: entre o estigma, a compaixão e o respeito. Os novos papéis sociais na velhice. O idoso entre a dependência e autonomia nas relações sociais e familiares. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social e a questão do envelhecimento. d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo. (Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/20>>. Acesso em: 9 dez. 2015).

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília/DF: Cfess/Abepss, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. (Org.). **Riqueza e misérias do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

AYRES, José Ricardo C. M.; FRANÇA JR., Ivan; CALAZANZ, Gabriela J. 1993. **Aids, vulnerabilidade e prevenção**. Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo. Mimeografado.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço social, ética e direitos humanos**. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ, 2004.

BEHRING, Elaine. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília/DF: Cfess/Abepss, 2009.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital** – um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto – Abepss Sul II - 2012/2014. Tese (Doutorado)- Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) São Paulo, 2014.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e gênero das travestis**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona/Espanha: Edicions Belaterra, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética. **Coletânea de Leis**. São Paulo: Cress 9ª região, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, 2009.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro/RJ: Companhia de Freud, 2008.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões**: experiência e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil. Curitiba/PR: Multideia, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988, v. I.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintomas e angústia**. Rio de Janeiro/RJ: Imagino, 1998.

FROEMMING, Cecília N. **O sujeito de direitos fora da heterossexualidade**: diversidade sexual e política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre/RS, 2008.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1982.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Trad. Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2006.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília/DF: Cfess/Abepss, 2009.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IRINEU, Bruna A. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO, 2009.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Fiocruz, 2008.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo *et al.* **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do Ceru**. São Paulo: Humanitas, 1998.

LEAL, Maria Lúcia. **Mulheres brasileiras na conexão ibérica: um estudo comparado entre migração irregular e tráfico**. Verônica Maria Teresi, Madalena Duarte. Curitiba/PR: Appris, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre/RS: Nuances, 2010.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed., Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História oral: exercício democrático da palavra**. Texto Didático. São Paulo: PUC-SP: 2014.

_____. **A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise**. Texto de apoio didático, 2009.

_____. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 27. ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2010a. v.1 .L.1.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978. Os Pensadores.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 27. ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2010. v.1 .L.1.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 23. ed., Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2009. v. 2. L. 1.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo à teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *queer*. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 28, p. 101-128, 2007.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Texto da comunicação de José Paulo Netto na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”. III ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 2010.

ONU. **Protocolo adicional à convenção das nações unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças**. Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime; 2000.

PELÚCIO, Larissa. Corpos indóceis - a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. Plurais na singularidade – reflexões sobre travestilidades, desejo e reconhecimento. In: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre/RS: Nuances, 2010.

PELÚCIO, Larissa. **Três casamentos e algumas reflexões**: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. Florianópolis/SC: Revista Estudos Feministas, 2006.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos - notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 217-248, Campinas/SP, 2005.

PERES, Wilian Siqueira. **Travestis**: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos brasileiros nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ, 2013.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH - Rompa o silêncio. In: _____. (Org.) **Rompendo silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre/RS: Nuances, 2007.

_____. **A pesquisa fora do armário**: ensaio de uma heterotopia queer. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia da UFRGS, Rio Grande do Sul: 2006.

QUEIROZ, Fernanda Marques de *et al.* Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) ano 14, n. 27 (jan./jun. 2000), Brasília: Abepss, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 107: 2011.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

SEDWICK, Eve. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, n. 28. Campinas/SP: 2007.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro/RJ: Relume-Dumará: Iser, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis. Uma trajetória do movimento LGBT no Brasil. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre/RS: Nuances, 2010.

SIMPSON, Keila. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SIQUEIRA, P.; QUINTEIRO, M. (Orgs.). **Tráfico de pessoas**: quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro?: a escravidão no Século XXI. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

SOUSA FILHO, Alípio. Por uma teoria construcionista crítica. **Revista Bagoas**: Estudos gays – gêneros e sexualidades, Natal/RN, v. 01, n. 01, jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, Flavia Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. **Cadernos Pagu** (31). Campinas/SP, 2008.

_____.; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (Orgs.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2005.

TORRES, Hédel de Andrade. **Tráfico de mulheres** – exploração sexual: liberdade à venda. Brasília/DF: Rossini Corrêa, 2012.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality and its discontents**: meanings, myths and modern sexualities. London: Routledge and Kegan Paul, 1986.

SPIVAK, Gayatri C. Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropologia**, v. 39, p. 297-336, ene./dec. 2003.

TORRES, H. de A. **Tráfico de mulheres** – exploração sexual: liberdade à venda. Brasília/DF: Rossini Corrêa, 2012.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza**: travestilidades e devir minoritário. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2005.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, n. 2, 2001.

ZAMBRANO, Elizabeth. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TÓPICOS DA ENTREVISTA

Caracterização da sujeita

1. Faixa etária: () de 15 a 20 () de 20 a 25 () de 25 a 30 () de 30 a 35 () de 35 a 40 () de 40 a 45 () mais de 45 anos
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Orientação sexual: () Homossexual () Heterossexual () Lésbica () Bissexual () Travesti () Transexual
4. Identidade de gênero: () Masculino () Feminino
5. Pertencimento étnico-racial
6. Estado civil: () Solteira () Casada () União Estável () Divorciada () Outros: _____
7. Escolaridade: () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação
8. Profissão: _____
9. Ocupação: _____
10. Renda mensal (em salários-mínimos):
() Até 1 SM () De 1-3 () De 4-5 () De 6-7 () Acima de 8
11. Vínculo empregatício: () Formal () Informal
12. Situação da residência: () Própria () Alugada () Financiada () Cedida
13. Conhece ou participa de algum movimento social voltado para questões de pessoas trans ou LGBT?

Trajetória de vida

1. Como foi sua infância e adolescência? (violência e preconceito)
2. Como se dá (ou se deu) a constituição da transformação do corpo? Enfrenta problemas nessa constituição? Quais?
3. Tem o reconhecimento do uso do nome social respeitado?

4. Políticas públicas: Como se dá o acesso à saúde, educação, assistência social, segurança?
5. Quais experiências de trabalhos possui? Possui alguma atividade paralela?

Tráfico de travestis e transexuais

6. Você se considera vítima do tráfico de pessoas? Por quê?
7. Você poderia comentar detalhadamente sobre esse processo desde o aliciamento, trâmites burocráticos, experiências vividas cotidianamente durante o período em que foi vítima do tráfico de pessoas?
8. Como eram as relações e condições de trabalho (espaço físico, relação com as colegas de trabalho, clientes, cafetões e autoridades)?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA

1. Enfrentou problemas/dificuldades para concluir/frequentar a escola?
2. Como foi financiado o processo de transformação do corpo?
3. Qual sua experiência com a prostituição?
4. Recebeu ajuda de alguém para dar entrada no mercado do sexo? Se sim, de quem? ____ De que forma? ____.
5. Colabora financeiramente com alguém? Companheiro, familiares, parentes, amigas?
6. Já sofreu algum tipo de violência? () Negligência () Psicológica () Sexual () Física () Preconceito e discriminação
7. Qual sua aproximação com as pessoas que facilitaram o deslocamento transnacional?
8. Quais as propostas/promessas ofertadas?
9. Quais as expectativas/idealizações da Europa como destino para mobilidade social?
10. Além das propostas e promessas, quais outros motivos que a levaram ao deslocamento transnacional?
11. Qual sua compreensão sobre a proteção de pessoas trans no país de origem e no destino?
12. Qual sua compreensão acerca do tráfico de pessoas?
13. Por que você se considera vítima do tráfico de pessoas?
14. Houve consentimento? De que forma?
15. Para qual (quais) país(es)?
16. Como foi a recepção no país de destino? Alguém a recebeu?
17. Havia o domínio do idioma local? Se não, como foi o contato?
18. Já possuía o conhecimento prévio de que iria trabalhar no mercado do sexo?

19. Com quem e qual era o acordo que a levou?
20. Havia a presença de uma *madrinha*, cafetão, cafetina ou quadrilha?
21. Qual a relação com as colegas de trabalho, clientes, cafetões e autoridades?
22. Como se deu o financiamento do deslocamento transnacional?
23. Adquiriu dívidas? Quais? Para quê? Com quem? Quanto? Como era a forma de cobrança e pagamento da dívida?
24. Se sentiu de alguma forma coagida em aceitar a proposta?
25. A pessoa que a enviou mantém contato com pessoas no país de destino?
26. Embarcou direto para o país de destino ou houve um país de passagem?
27. Onde permaneceu no país de destino? Casa, apartamento, outros: ____?
28. Como era a relação com outras pessoas trans?
29. Como eram as condições de moradia, alimentação?
30. Havia alguma forma de controle?
31. Morava no mesmo local de trabalho?
32. Como eram os locais e as condições de trabalho (espaço físico, jornada de trabalho)?
33. Havia alguma forma de ameaça?
34. Com quem permanecia seu passaporte?
35. Podia sair e chegar quando quisesse?
36. Mantinha contato com amigos e familiares no Brasil durante esse período? Como era?
37. Como era a forma de pagamento?
38. Enviava dinheiro para alguém no Brasil? Família, *madrinha*, outros: ____.
39. Era obrigada a fazer programas? Como?
40. Qual o valor dos programas?
41. Havia consumo de drogas?

- 42. Havia assistência médica?
- 43. Quanto tempo permaneceu fora do país?
- 44. Fez turismo naquele país ou outro(s)?
- 45. Houve relações afetivas? Se sim, como?
- 46. Qual o montante de dinheiro que conseguiu durante esse período?
- 47. Como utilizou esse dinheiro?
- 48. Como era (antes e durante o período que permaneceu fora) e como é (após o retorno ao país de origem) a relação com a família?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu ... RG ..., abaixo assinado, estando devidamente esclarecido (a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada “Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto de crise do capital”. Realizada pelo pesquisador Kleber Mascarenhas Navas, aluno do doutorado em Serviço Social realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da professora Dra. Maria Lúcia Martinelli, concordo em participar da pesquisa e divulgar na coleta de dados, como no tratamento e divulgação da pesquisa textual e audiovisual.

São José do Rio Preto, de 2015.

Assinatura do pesquisador:

Assinatura da entrevistada: